



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**A GENEALOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL ATRAVÉS DOS
DISCURSOS DAS COLUNAS DE CLARICE LISPECTOR EM 1959 E EM 1960.**

KAOANA SOPELSA

CASCADEL – PR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**A GENEALOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL ATRAVÉS DOS
DISCURSOS DAS COLUNAS DE CLARICE LISPECTOR EM 1959 E EM 1960.**

KAOANA SOPELSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. José Carlos dos Santos

CASCADEL - PR

2017

DEDICATÓRIA

A todxs aquelxs que se entendem
e se identificam enquanto mulheres.
Nossos dias são árduos, mas, unidxs,
temos motivação e força para lutar!

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965

S687g

Sopelsa, Kaoana

A genealogia das relações de gênero no Brasil através dos discursos das colunas de Clarice Lispector em 1959 e em 1960. / Kaoana Sopelsa.— Cascavel, 2017. 151 f.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017

Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Análise do discurso. 2. Educação não-formal. I. Santos, José Carlos dos. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 370.9

CIP – NBR 12899

KAOANA SOPELSA

**A GENEALOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL
ATRAVÉS DOS DISCURSOS DAS COLUNAS DE CLARICE
LISPECTOR EM 1959 E EM 1960.**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE/UNIOESTE

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

José Carlos dos Santos (Dr., Unioeste) Presidente _____

2º Examinador:

Mara Rubia de Sant'Anna - (Dr., UESC) - membro
externo _____

3º Examinador: Alexandre Sebastião Ferrari Soares (PhD., Unioeste) membro
interno _____

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço à Universidade do Oeste do Paraná/UNIOESTE e ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Mestrado/PPGE – *Campus* de Cascavel, pela oportunidade de realizar o sonho de ter sido uma mestranda e de poder ter realizado a pesquisa sobre Clarice Lispector e seus pseudônimos, dentro das relações de gênero, temática a que eu tanto desejei me dedicar. Agradeço especialmente ao meu orientador, professor doutor José Carlos dos Santos, por me acolher e por fazer dessa experiência, por mim anteriormente idealizada, algo extremamente agradável. Como exímio orientador, extremamente profissional, respeitoso academicamente e nas relações professor-aluna, sempre foi paciente, disponível e sábio no processo de desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Amelio e Idoneis, por me apoiarem e acreditarem em minha minha capacidade e reconhecerem a minha dedicação. À minha irmã, Aline, inteligente e dedicada, agradeço a inspiração durante toda a minha vida, sem mencionar o sempre presente incentivo. A vocês três, meu amor eterno!

Aos professores doutores Alexandre Sebastião Ferrari Soares, Mara Rubia de Sant'Anna e Josiele Kaminski Corso Ozelame, membros da banca de qualificação e defesa, agradeço por seus olhares sobre a pesquisa, interferindo oportunamente para que ela melhorasse.

Às amigas Karine Biasotto, Silvana Vaillões e Fernanda Pereira, e por todxs xs amigxs que compreenderam a minha ausência durante esse processo da minha vida, que exigiu muito do meu tempo, e também daquelxs que contribuíram para a realização deste trabalho, seja indicando leituras, seja incentivando a pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, tanto da Pedagogia quanto da disciplina de Letras, pelos almoços e encontros, pelas jantas e palestras, em sempre excelente companhia.

Ao meu companheiro, Vladimir José de Medeiros, por pacientemente me auxiliar com as dúvidas de metodologia, por me ouvir, ler e reler partes da pesquisa, por não se cansar de ouvir minhas epifanias acerca da escrita, e por, durante nosso cotidiano, enquanto ele escrevia sua tese e eu a minha dissertação, continuarmos nos respeitando e nos amando, entendendo a importância da dedicação para a construção dessas grandiosas obras.

RESUMO

A GENEALOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL ATRAVÉS DOS DISCURSOS DAS COLUNAS DE CLARICE LISPECTOR EM 1959 E EM 1960.

CLARICE LISPECTOR ATUOU COMO COLUNISTA DE JORNAIS EM MEADOS DO SÉCULO XX, ACONSELHANDO MULHERES ACERCA DE CONDUTAS, FORMULANDO UM POSSÍVEL ESTEREÓTIPO DE MULHER. ATRAVÉS DO LIVRO CORREIO FEMININO ENTRAMOS EM CONTATO COM O DISCURSO DA AUTORA, ONDE A ANÁLISE DO DISCURSO NOS PERMITIU IDENTIFICAR O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO QUE GENEALOGICAMENTE PERCORREU DO ALTO AO BAIXO, PERPASSANDO PELOS DISPOSITIVOS DO DISCURSO NORMATIVO QUE A AUTORA VIVENCIA. A QUESTÃO FUNDAMENTAL A SER RESPONDIDA É COMO A AUTORA SE POSICIONA ACERCA DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO NO PERÍODO REFERIDO, CONSIDERANDO O IMPACTO QUE ELAS PROPORCIONARAM NA EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL, COMO REFLEXO DAS INFLUÊNCIAS E DAS INTERFERÊNCIAS DISCURSIVAS. A MAIOR PARTE DO DISCURSO EFETIVADO MANTÉM O PADRAO FEMININO, DE MULHER QUE É MÃE E ESPOSA, E BEM-SUCEDIDA QUANDO BONITA. HÁ MOMENTOS EM QUE A AUTORA PARECE TRANSGREDIR ESSE DISCURSO NORMATIVO, PORÉM RETORNANDO AO ARQUÉTIPO, MAS SUAS TRANSGRESSÕES TRAZEM SIGNIFICATIVAS REFLEXÕES SOBRE A NORMATIVIDADE.

PALAVRAS-CHAVE: PAPÉIS DE GÊNERO, EDUCAÇÃO INFORMAL, CLARICE LISPECTOR JORNALISTA, COLUNAS FEMININAS.

ABSTRACT

THE GENEALOGY OF GENDER RELATIONS IN BRAZIL THROUGH THE SPEECHES OF CLARICE LISPECTOR SPEAKERS IN 1959 AND 1960.

CLARICE LISPECTOR ACTED AS A COLUMN OF NEWSPAPERS IN THE MIDDLE CENTURY, ADVISING WOMEN ABOUT CONDUCTS, FORMULATING A POSSIBLE STEREOTYPE OF WOMAN. THROUGH THE BOOK FEMALE COURIER WE CONTACT THE AUTHOR'S SPEECH, WHERE THE ANALYSIS OF THE SPEECH ALLOWED US TO IDENTIFY THE DISCURSIVE OPERATION THAT GENEALOGICALLY PERCORNEED FROM THE HIGH TO THE DOWN, PERPASSING BY THE DEVICES OF THE NORMATIVE SPEECH THE AUTHOR LIVES. THE FUNDAMENTAL ISSUE TO BE ANSWERED IS HOW THE AUTHOR IS POSITIONED ABOUT THE SOCIAL ROLES OF GENDER IN THE PERIOD REFERRED TO, CONSIDERING THE IMPACT THAT THEY PROVIDED IN FORMAL

AND INFORMAL EDUCATION, AS A REFLECTION OF THE INFLUENCES AND DISCURSIVE INTERFERENCES. THE MAJOR PART OF THE EFFECTIVE SPEECH KEEPS THE FEMININE STAND, OF WOMAN WHO IS MOTHER AND WIFE, AND WELL SUCCESSFUL WHEN PRETTY. THERE ARE MOMENTS IN WHICH THE AUTHOR SEEMS TO TRANSGRESS THIS NORMATIVE SPEECH, BUT RETURN TO THE ARCHETYPE, BUT THEIR TRANSGRESSIONS BRING SIGNIFICANT REFLECTIONS ON THE NORMATIVITY. KEY WORDS: GENDER PAPERS, INFORMAL EDUCATION, CLARICE LISPECTOR JOURNALIST, FEMALE COLUMNS.

KEY WORDS: GENDER PAPERS, INFORMAL EDUCATION, CLARICE LISPECTOR JOURNALIST, FEMALE COLUMNS.

SOPELSA, Kaoana. **A genealogia das relações de gênero no Brasil através dos discursos das colunas de Clarice Lispector em 1959 e em 1960.** 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A GENEALOGIA DO DISCURSO: AS ANALOGIAS DO CORPO	14
2.1 A Antiguidade Clássica	26
2.2 O Discurso Religioso	29
2.3 No Despertar da Razão em Diante	30
2.4 O Discurso Médico-Social-Higienista Brasileiro	32
2.5 Da Monarquia à República: um corpo moderno	35
2.6 A Eugenia, Esportes e os Médicos Higienistas	39
3 OS PAPÉIS SOCIAIS DA FAMÍLIA E DOS GÊNEROS	44
3.1 A Fuga nas Relações e Papéis de Gênero	48
3.3 Mantendo as Aparências	50
3.4 As Falhas de Conduta	52
3.6 Maternidade e Educação	57
3.7 As Feias	60
4 CONHECENDO CLARICE	64
4.1 Os Primeiros Passos da Autora	64
4.2 A Busca pelo Amor e o Sentimento de Exílio	75
4.3 Clarice Mãe	76
4.4 Clarice Jornalista e o Uso de Pseudônimos	78
5 OS DISPOSITIVOS DO DISCURSO	83
5.1 Os Exemplos da Imprensa	89
5.2 Pseudônimo Tereza Quadros	93
5.3 Pseudônimo Helen Palmer	95
5.4 Pseudônimo Ilka Soares	96
5.5 Refletindo sobre o Casamento	97
5.7 O Papel Social Feminino	111
5.8 Zelar pela Maternidade	113
5.9 O que Desejar/Esperar do Homem	120
5.10 A Mulher Esclarecida	124
5.11 A Aparência Feminina	131
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
7 REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

E tudo isso que eu estou dizendo é apenas um preâmbulo qualquer que justifique meu gosto de te dar tantos conselhos. Porque dar conselhos é de novo falar de si. E cá estou eu...

(Do conto *Cartas a Hermengardo*, de Clarice Lispector)

No final do século XIX e o início do século XX ocorreram significativas mudanças para o Brasil, mudanças que perpassaram muito sensivelmente as esferas sociopolíticas. Essas mudanças tiveram como finalidade reformular as instituições do país e implantar alterações que se refletiram no cotidiano dos brasileiros e o impactaram como novas normas e novos padrões de conduta e comportamento a serem adotados por todos os cidadãos.

A Proclamação da República (1889) foi um desses momentos da história nacional em que a normalização se tornou mais visível. Com esse movimento foram criadas muitas possibilidades para uma diferente forma de pensar. O espírito republicano passou a enfatizar a modernidade, a evolução social, a juventude, a força e a beleza física e a miscigenação. Assim, um discurso normativo emergia de muitas fontes, fontes como a medicina social ou sanitária, higienista e eugenista, que trouxe ditames comportamentais, firmando os ditos novos padrões sociais.

Essa matriz fundamentou as preocupações do Estado em relação à sociedade. O Estado, através da releitura do modelo familiar, o modelo nuclear – com pai, esposa e filhos – aprofundou a percepção da superioridade masculina e colocou na maternidade não somente o motivo para a união conjugal, pensada através da saúde, da moral e da utilidade da prole, mas também colocou o amor, o sentimento, a paixão, no interior do matrimônio. Esse discurso acabou por aprofundar a naturalização do machismo reinante.

A matriz política teve forte influência do saber científico elaborado na segunda metade do século XIX. A sociologia spenceriana, herdeira de outras matrizes do pensamento sociológico e evolucionista, reinava como a filosofia do pensamento e propunha a diferença biológica entre os sexos. A sociologia era o saber monumental sobre o qual os demais saberes se desdobravam. Nessa linha, a instituição familiar e o modelo adaptado pelo discurso higiênico serviram para auxiliar outras instituições,

como o direito, a religião, a medicina e os modos de governo. Assim, dos fins de um para os inícios de outro século começa e se desdobra em importância o período do rádio, do cinema e da imprensa, que foram ostensivamente utilizados como meios oficiais de comunicação e ou como instrumentos educativos da população e sempre repercutindo aquele saber sociológico inicial, contribuindo com a reprodução e a repetição de estereótipos pautados nos papéis sexuais e na sua diferença.

Foi nesse diapasão que o discurso higiênico se vinculou às ideias da eugenia e da prática esportiva, com preocupações acerca do aperfeiçoamento racial, adestramento pessoal, disciplina social e corporal, objetivando a padronização de indivíduos produtivos, saudáveis, belos, seguidores de uma moral preestabelecida e conscientes de seus deveres e de suas obrigações. Assim, regras e rituais foram inseridos a partir de um discurso que predominou e causou diversos efeitos sociais.

Avançando nas décadas iniciais do século XX, ainda na República de Getúlio Vargas, o que passa a ocorrer é um contexto de centralização política, de censura, de controle ou expulsão de estrangeiros e de manipulação de informações ao lado desse saber fundador. Inicia-se a formulação do Estado Novo, que utiliza o Departamento de Imprensa e Propaganda e a educação para censurar opositores e tudo o que não se enquadrava em um perfil de virtude cívica, de ordem e de bons costumes, além de divulgar e de legitimar um poder centrado na figura simbólica e mitológica do “pai”. Nesse ínterim ocorre a união com os Estados Unidos da América a partir da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a interferência do modo de vida americano no Brasil.

Chega-se então ao contexto onde Clarice Lispector está inserida, estudando, aprendendo, vivendo, escrevendo, amando. Estrangeira naturalizada, era judia de nascimento, que atuou como colunista de jornais de meados do século XX, escrevendo e aconselhando mulheres acerca de condutas, de aparência, de funções femininas, formulando um possível estereótipo de mulher bela e bem sucedida quando mãe e esposa.

Através do livro *Correio Feminino* entramos em contato com a compilação organizada por Aparecida Maria Nunes (2006), composta pelas colunas “Um retrato de mulher”, “Saber viver nos dias que correm”, “Retoques do destino”, “Aulas de sedução” e “Entre mulheres”, escritas por Clarice para os jornais¹ mediante os

¹ Clarice escreveu para vários jornais e revistas, dentre eles Pan (1940, Rio de Janeiro); Vamos Ler (1940/1941, Rio de Janeiro); Folha de Minas (1944, Belo Horizonte); Comício (1952, Rio de Janeiro);

pseudônimos Tereza Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares. Acreditando em Benjamin Moser (2011), quando afirma que Clarice escreveu sobre sua vida durante toda sua carreira, criando personagens que demonstrassem seus momentos, e acreditando também na epígrafe da autora, propositalmente inserida no início da introdução, encontramos uma “outra Clarice”. Assim, colocamos os pseudônimos como parte desses personagens, tanto quanto como parte de sua vida os discursos que os mesmos nomes apresentam porque reveladores desse perfil não editado nas suas obras fenomenais. Entretanto, não há pretensão de elucidar acerca dos jornais em que essas colunas foram publicadas.

O recorte temporal aqui escolhido são os textos dos anos 1959 e 1960. Essa delimitação, a princípio, decorreu da percepção de que eram textos que marcaram a transição de seu modo de vida e de seu retorno ao Brasil. É o período em que os artigos de jornais fluem mais que os romances; é também quando Clarice se torna divorciada e não mais vive às sombras de seu ex-marido Maury, a transitar por entre continentes, como a Europa e a América do Norte, por exemplo. Nessas fontes escritas ficou então mais visível a sua relação de profissional da imprensa, escritora, mãe e mulher de um lar desfeito. Por outro lado, esta pesquisa não tem como marco um recorte temporal rígido das fontes e, por essa razão, busca ancorar-se também em algumas que foram além ou que constam aquém dessa época.

A metodologia a que se recorre para fazer análise também é uma justificativa da não rigidez. A análise do discurso na perspectiva foucaultiana nos permitiu identificar o funcionamento discursivo que genealogicamente percorreu do alto ao baixo, do estrutural para o microfísico, do sistema à pessoa, perpassando pela ciência como fonte do saber aos vários dispositivos de disciplina e agentes pedagógicos, como a imprensa, o rádio e a escrita, de forma geral.

São esses dispositivos do discurso normativo que a autora vivencia e que delimita um campo simbólico de significados e de funções sociais dos universos femininos e masculinos como distintos entre si, pensando sempre no casamento como instituição auxiliadora do Estado e da Igreja – instituições essas que possibilitam a

Correio da Manhã (1959/1961, Rio de Janeiro); Diário da Noite (1960/1961, Rio de Janeiro); Senhor (1959/1964, Rio de Janeiro); Manchete (1968/1969, Rio de Janeiro); Fatos e Fotos (1976/1977, Brasília); Jornal do Brasil (1967/1973, Rio de Janeiro). Na imprensa escrita, seu trabalho foi marcado pela heterogeneidade das funções que desempenhou (colaborando com crônicas, entrevistas, artigos para páginas/colunas femininas), executando tarefas que, *a priori*, não se identificavam com o fazer do texto literário. (BRITO, 2006, p. 12).

formação de cidadãos servidores do Estado, dentro da moral religiosa. Assim, casar era transformar homens em pais e provedores, e mulheres em esposas e mães. Aos homens cabia o ambiente público e às mulheres o privado, na maior parte do tempo.

[...] a imprensa não especificamente pedagógica faz circular perspectivas; informa; põe ordem no mundo; procura fixar sentidos e disciplinar conflitos; organiza relações; é o ponto de convergência de uma multiplicidade de falas; educa para uma certa maneira de ver; informa e coloca em forma o real; incorpora e promove práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, além, é claro, de medir o espaço público e o privado. (CAMPOS, 2009, p. 22).

Pode-se observar, desta forma, a partir da imprensa, a construção dos papéis de gênero de seus estereótipos, modelos incorporados e vinculados por esse discurso, que acaba por reproduzir desigualdades sexuais, conservadorismo, inserindo a mulher em funções domésticas e privadas em um invólucro de maternidade. Rotula-as como submissas, tendo seu corpo e sua aparência ditados a partir de escolhas masculinas. Na sequência, esses ditames se cristalizam como “naturais”, a partir da repetição (COLLING, 2015 & PINSKY, 2014).

A questão fundamental a ser respondida pela leitura dos textos de Clarice é: como a autora se posiciona acerca dos papéis sociais de gênero, do comportamento e da personalidade das mulheres, no período acima referido?

Ao pensar os artigos para colunas de jornais produzidos por Clarice, consideramos o impacto que eles proporcionaram na educação formal e informal como reflexo das influências e das interferências discursivas. Esse impacto tem a ver com o que disse Campos, sobre olhar uma educação para além das paredes escolares, ou seja, uma educação como normalização do indivíduo no sentido de destinação de crenças e de valores que o fazem habitar o mundo de um modo próprio: num tempo, num espaço, num segmento social: “Por isso, acredito que o jornal educava, promovendo a aprendizagem de determinado discurso”, disse a autora (CAMPOS, 2009, p. 20).

É nessa genealogia de saber que encontramos os papéis sociais e os discursos de gênero do período. Se a categoria gênero (ou se o gênero como categoria) pretende transpor os silêncios e a invisibilidade acerca das relações sociais, explicitando os papéis de homens e mulheres inseridos na sociedade, os textos de Clarice servirão como fonte para se auscultar esse diálogo, intrincado pelas matrizes de pensamento advindas da ciência, da religião e da ciência política.

Utilizando a perspectiva da Análise do Discurso, a partir das lições de Michel Foucault, é possível analisar os dispositivos de poder e de formação de condutas adotados e vinculados pela imprensa. Essa genealogia chega até a contemporaneidade de Clarice Lispector para “explicar” o seu caminho percorrido até a naturalização de um discurso sobre papéis sociais de homens e de mulheres. O caminho percorrido por essa naturalização será demonstrado pela produção jornalística de Clarice Lispector, observando o discurso direcionado às mulheres brasileiras. É válido salientar que as condições do discurso: emissor, receptor e mensagem nas análises discursivas não serão desenvolvidas na análise.

A pesquisa foi dividida em cinco partes, sendo a primeira delas referente à construção genealógica do discurso, vale dizer, à explicação do método adotado, percorrendo a antiguidade clássica, o discurso religioso, o despertar da razão, os médicos higienistas. Aponta-se o alvorecer da República em contraste com a Monarquia brasileiras, e o quanto o discurso eugênico fomenta dispositivos como a prática desportiva, o corpo para o trabalho, o nascimento eugênico, a miscigenação chegando aos papéis sociais, aos núcleos familiares e aos gêneros. Esse transcurso é muito pertinente para elucidar sobre as teses fundadoras que irão fomentar os discursos de ciência, de identidade nacional e de formação racial do Brasil.

A segunda parte da pesquisa preocupa-se ainda com a construção do discurso médico higiênico, eugênico, burguês e contemporâneo da fonte, mas na perspectiva da negação, da interdição e da exclusão, porque demonstra os perfis daqueles que não se enquadram no discurso, ou seja, faz a crítica da fuga das relações de gênero, da aparência fora dos limites preestabelecidos, do julgamento social, do que era considerado como falha de conduta.

Na sequência, a terceira parte demarca já a introdução da biografia de Clarice Lispector na genealogia do saber. Procura-se ressaltá-la desde seu nascimento ao início da carreira como escritora, passando por seu casamento, maternidade e consequente exílio e desembocando no divórcio e no retorno ao Brasil.

A quarta parte discorre sobre a carreira de Clarice como jornalista, o uso e a caracterização dos pseudônimos, passando para a apresentação do objeto de análise, levando em conta os conselhos dados pela autora e a aproximação de suas colunas com os Manuais de Conduta e revistas femininas publicados em periodicidade próxima e a caracterização da imprensa brasileira. O objetivo será demonstrar a

dispersão do saber, ou seja, que a matriz do saber científico perpassa por outros lugares de saber e envolve a autora como a um campo discurso.

Por fim, porém não menos importante, na quinta parte os textos de Clarice são analisados enfocando o matrimônio, os papéis sociais de gênero, a maternidade e os estereótipos de homens e de mulheres. Essa parte também se pauta por um retorno aos dramas da vida pessoal da autora com a finalidade de conectar o fazer da imprensa no momento histórico que vive com seu “fracasso” dentro dos padrões estabelecidos.

Ao ler as colunas de Clarice Lispector sem a elucidação acerca da genealogia do discurso não se fazia possível distinguir os estereótipos naturalizados que, inclusive, permeiam os discursos midiáticos ainda neste século XXI. Com o decorrer da pesquisa, tornou-se possível desconstruir o modelo patriarcal que se mostra tão opressor, tanto para homens quanto para mulheres, ao exigir uma separação sexista através de condutas, de comportamentos, de caráter, de ocupações, entre outros aspectos.

A pesquisa pretende mostrar a construção do discurso patriarcal e seus muitos desdobramentos, especialmente nos papéis de gênero. Intencionamos desnaturalizar, desnormalizar, para elucidar acerca da violência simbólica e da desigualdade gerada no meio social.

2 A GENEALOGIA DO DISCURSO: AS ANALOGIAS DO CORPO

Os papéis de gênero são historicamente construídos e se prestam a definir valores e comportamentos conforme o período e a cultura da qual se esteja falando. Estereótipos, tipificação, modelos e rótulos são trazidos e veiculados através de muitos meios, especialmente pelo discurso midiático e pela ação de sujeitos e ou de instituições. Por um lado, é possível dizer que tais papéis reproduzem a ordem social vigente, o que inclui as desigualdades sociais, dentre as quais a de gênero, na medida em que os discursos imagéticos – escritos, oralizados, dramatizados, etc. – se pautam em conservadorismos que atribuem às mulheres papéis tradicionais de ambiente doméstico, como a maternidade, o asseio do corpo, a aparência e os sentimentos feminizados como se fossem características principais e ou naturais desses sujeitos. Esses atributos acabam, mediante a sua ritualização, cristalizados como “naturais”, construindo formas de pensar e de agir e colocadas ao consumo de um público leitor de jornais impressos.

Essas representações construídas sobre a mulher e seu modo idealizado de ser foi o resultado de um jogo de saberes sobre os corpos num momento histórico em que se discutia a identidade nacional dos sujeitos, do Estado e da economia nacional. Essa discussão tinha como âncora um determinado pensamento filosófico/sociológico, uma determinada base racional fundadora que fornecia um horizonte de pensamento e que relacionava o corpo humano com uma analogia que partia da religião ao controle social em uma República que palpava uma desejada identidade nacional, cravejada pelo mito da miscigenação.

Essa imaginação foi instrumentalizada mediante alguns dispositivos que repercutiam no meio social. Esses dispositivos podem ser apontados tal como foram ditos por Foucault, em texto de Fabiana de Amorim Marcello:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT apud MARCELLO, 2014, p. 200).

A construção desses dispositivos que convergiriam para uma identidade nacional, do Estado e da economia no início do século XX, pode ser percebida mediante a observação e análise de várias fontes. Em se tratando de literatura e ou de artigos de autoria de Clarice Lispector, as várias colunas de jornal em que foi colaboradora ou para as quais foi contratada como editora responsável, essa perspectiva disciplinar está presente. Não se trata de afirmar que Clarice cria novos parâmetros de pensar. Ao contrário: as suas letras se dissipam por dentro uma imaginação social que – pode-se dizer – era típica de um tempo marcado por dispositivos, porque o delimitar cria um campo axiológico próprio, um campo de uma axiologia que tinha como característica convergir ciência e política, táticas e estratégias para construir uma normalização social.

Se considerarmos essa imaginação social como um contexto de produção, de recepção e de tempo de um autor, confrontando história como representação² e história como realidade social, podemos lembrar aquilo que destaca Borges (2010) acerca dessa relação:

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... (BORGES, 2010, p.98).

Assim, portanto, nessa perspectiva da imaginação social, a literatura é registro e leitura, bem como interpretação do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e de construção de uma sociedade com todo o seu aparato mental e simbólico – literatura é um campo do possível.

Leitura, interpretação e posição social da autora são aspectos visíveis de Clarice nas colunas de jornais. Clarice expressa um modo de pensar, quase sempre

² De acordo com Campos (2009), o conceito pode trazer tanto referências individuais quanto coletivas, construindo símbolos, verdades relacionadas com o que parece e o que é, onde as representações particulares se relacionam e direcionam para as coletivas, a partir de conceitos, da moral, de ideologias, por exemplo. Não há neutralidade nos discursos, e as representações criadas neles se dão por meio de imagens que demonstram anseios, crenças, ou seja, demonstram um sistema de valores. As representações constroem padrões, identidades, e também excluem e demonstram diferenças.

através do comportamento de personagens e colocando em relevância certos modos ou certas características que deveriam marcar a mulher moderna.

Esse termo, “moderno”, ou o seu homônimo, “moderna”, merece uma consideração porque, nesse período dos últimos anos 1950, tem significado bem preciso. Nessa época, “moderno” se considerava o Estado conforme a tradição weberiana: o Estado burocrático; era também moderno o comportamento de pessoas que se colocavam a favor de reformulação de costumes. Seu fundo simbólico, no entanto, é muito mais rizomático: modernidade é um apelo ao conceito de ciência do século XIX, com base nas ciências biológicas, de caráter evolucionista e progressista. Esse termo adquiriu, então, em todos os âmbitos sociais e institucionais, um caráter reformista.

Na história de educação brasileira, por exemplo, esse caráter ficou bem explicitado. A princípio, na primeira metade do século XIX, surgiram personalidades pioneiras, como Nísia Floresta, discípula de Comte, e as precursoras do feminismo no Brasil. Elas fundaram o Colégio Augusto, propondo a ampliação do currículo do ensino feminino nos moldes clássicos e humanísticos, e, mesmo apesar de tanto esforço, não conseguiram ir adiante.

A partir da segunda metade do século, a situação começa a modificar-se lentamente, acompanhando os passos da transformação da sociedade – e aproximando-se cada vez mais da realidade presente no nosso recorte temporal.

Vale lembrar que, com a fundação da ABE – Associação Brasileira de Educação –, no início do século XX, a realidade passa a ser outra, e a educação, tanto feminina quanto masculina, assume o papel de instrumento indispensável ao “progresso social do país”. Como afirmam Joice Meire Rodrigues e Eliza Cristiane de Rezende Marques, citando ao final Marta Maria Chagas de Carvalho, “[...] era o chamado período do ‘entusiasmo pela educação’ que tinha como objetivo ‘investir’ na montagem de um aparelho escolar que assegurasse a organização da ‘nação’ por meio da organização das culturas” (RODRIGUES e MARQUES, 20--, s.p.).

Uma imaginação social moderna, portanto, será encontrada em “Retratos de mulher”, escrita que, de acordo com Aparecida Maria Nunes (2006), trata de encanto, de elegância e de esperteza; em “Saber viver nos dias que correm”, texto em que Clarice demonstra querer fortalecer o consumo, fazendo do cotidiano algo mais objetivo e funcional. Já no texto “Retoques do destino”, a autora fala sobre o papel social feminino no Brasil, passando pela dissimulação, pela astúcia, pela diplomacia

e pela delicadeza como armas femininas. Em “Aulas de sedução” propõe que a mulher deveria usar a beleza como meio de autoafirmação, de sedução e de manutenção do casamento. Já na coluna “Entre mulheres”, através do uso de crônicas, de contos e de assuntos domésticos, Clarice aconselha um bom comportamento feminino na gestão do lar, dos filhos e da família.

Clarice se pronuncia, nessas colunas, através de pseudônimos. O uso de pseudônimos não é algo ainda esclarecido e diversos biógrafos dão versões diferentes sobre eles. Sabe-se que Clarice se utilizou de nomes como Tereza Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares³. Para tanto, a categoria gênero será de grande auxílio para entender como as fontes descrevem o papel social dos homens e das mulheres do período brasileiro, com recorte específico nos anos de 1959 e 1960, momento em que Clarice volta na condição de divorciada para o Brasil, após morar em outros países com seu ex-marido.

A sua obra na literatura e os artigos acima citados são produzidos nesse limite simbólico do recorte temporal. Na perspectiva da chamada genealogia do saber foucaultiana, deve se levar em consideração que a definição do modo de ser mulher está essencialmente ligada aos discursos produzidos por outras instituições, especialmente ligada aos processos educativo-escolares. Não se pretende aprofundar este tema pelo risco que representaria distender o assunto e, assim, perder seu foco estabelecido. Mesmo assim, porém, cabe aqui entender que, dentre os diversos dispositivos, os escolares têm importância fundamental porque nos remetem a considerar essa força construtora exercida pela educação formal, visto que será a escola uma das agências que terá grande empenho em normalizar os papéis e as construções de sujeitos sociais disciplinados. Foucault destaca:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo,

³ Os pseudônimos e alguns conteúdos das colunas jornalísticas serão analisadas a partir da obra *Correio Feminino*, uma compilação da autora organizada por Nunes e publicada em 2006.

que tudo possa servir para punir a mínima coisa. (FOUCAULT, 1987, p. 149).

Dessa forma, mediante a aplicação de um sistema punitivo, os instrumentos de "governamentalidade" – como a escola, por exemplo – fazem as pessoas sentirem os desvios que cometeram em relação a uma ordem, a um regulamento normatizador. O castigo funciona como um corretivo, assim como a gratificação se apresenta uma recompensa às pessoas adequadas – pensando essas imposições como uma interdição que intenciona submeter essas pessoas ao modelo trazido como certo.

É mediante dispositivos como os escolares que as representações sociais sobre os papéis de gênero detectam movimentos de construção de sujeitos históricos percorridos pelo investimento de uma normalização. O registro e a produção de saberes sociológicos e moralísticos fundaram-se em análises da história de grupos étnicos, de contingentes de migrantes e de populações urbanas e rurais, analisando os seus costumes, sua língua, suas tradições e seus sexismos. Enfim, analisando uma grande ordem de registros, esses estudos originaram e alimentaram a produção de ciências descritivas de uma psicologia, de uma moral, de uma psiquiatria e de uma ciência política, e todas essas áreas do conhecimento alinhadas com o propósito de bem governar. Bem governar consistia em dominar como as populações construíram as suas práticas, os seus silêncios, a sua invisibilidade, as suas relações pessoais, as redes familiares, os vínculos afetivos, os modos e as formas de comunicação. Governar consistia em decifrar essas construções sociais, assim criando as condições ideais para a boa governabilidade.

Assim, os textos ora em análise traziam informes sobre a ordem disciplinar social pretendida pelo sistema e os discursos de gênero trazidos nas colunas demonstram os papéis sociais pretendidos para homens e para mulheres, dialogando com a literatura em sua construção. O texto ou a informação veiculada pela nas colunas se caracteriza como um modo de educação informal cimentada pela perspectiva disciplinar:

[...] uma das maneiras de se compreender a educação é observá-la como a tentativa, deliberada ou não, de fazer o *outro* crer num determinado universo, de moralizá-lo segundo a ética hegemônica num dado período, de formá-lo e socializá-lo, enfim. Por isso, a educação das pessoas está longe de ser monopólio do espaço escolar, já que esse espaço é também atravessado pela cultura que circula na sociedade. (CAMPOS, 2009, p. 20)

A adaptação feita através da educação informal aqui tratada pela imprensa é um reflexo das influências e interferências sociais, e essas interferências, assim como suas construções e influências, são de interesse elucidativo para analisar a literatura como objeto de pesquisa. É nesse ambiente que se veicula um papel feminino no ambiente privado, o casamento, a maternidade, a sexualidade, o social, atividades, ocupações, relações pessoais, modo de vida, vínculos afetivos, sistemas simbólicos, sistema de comunicação, entre outros: “Ensinando gostos e modos de ser por meio de escritos, fotos, poemas e crônicas, os diários noticiosos [e, no nosso caso, a escrita de Clarice, nas colunas] instruíam o público consumidor a apreciar isto e não aquilo” (Idem, p. 21). É nesse ambiente discursivo, portanto, que será abordado o discurso de gênero de Clarice produzido nos últimos anos 1950.

Procurando compreender o funcionamento discursivo de colunas de jornais endereçados a sujeitos leitores femininos, utilizamos, fundamentalmente, a Análise do Discurso de linha francesa. Para essa tradição, o funcionamento discursivo é muito mais que retórica. A sua funcionalidade está diretamente ligada à produção de condutas que funcionam como dispositivos de poder. Dentre tais dispositivos está a imprensa, os manuais de etiquetas que prescrevem os comportamentos, as sociedades ou associações que veiculam o saber sobre o corpo da mulher. Por dentre esses dispositivos, a genealogia do discurso heteronormativo⁴ ganha forma baseada na concepção médico-higiênica, demonstrando o comportamento binário esperado nas relações de gênero e na construção da família nuclear higiênica.

Na história brasileira, na passagem do Império para a República, os médicos higienistas lançaram mão de uma campanha de reformulação sobre a família brasileira, campanha de extensão nacional pautada em um modelo nuclear, delimitado por esposa, marido e filhos. Para o bom funcionamento dessa instituição era preciso estabelecer mudanças cabíveis aos objetivos definidos *a priori*: uma família com filhos, preocupada com a educação e com a sobrevivência dos mesmos integrantes, com os

⁴ De acordo com o *Dicionário Crítico de Gênero* (2015), Richard Miskolci afirma que o termo foi criado em 1991 por Michael Warner, visando um modelo de heterossexualidade que organiza a vida das pessoas, vida essa pensada através do sexo biológico. Ou seja, as pessoas com o sexo biológico feminino necessariamente precisam se comportar de maneira feminina e delicada, enquanto as pessoas com o sexo biológico masculino precisam se comportar como machos, másculos. É o arquétipo binário que define dois estereótipos: o homem e a mulher, como opostos. Esse modelo fundado na heterossexualidade impõe também o padrão familiar reprodutivo, onde somente são aceitas famílias de modelo nuclear.

seus bens e com o seu comportamento social. Assim, alguns conceitos anteriores precisariam ser repensados.

De acordo com Jurandir Freire Costa (2004), práticas como casamento de mulheres muito jovens com homens idosos eram reprovadas, porque essas mulheres teriam um aparelho reprodutor imaturo, insatisfação sexual, podendo levá-las à masturbação – um vício responsável pela esterilidade, de acordo com o discurso médico-higiênico; ou ao adultério – que colocaria em risco a instituição familiar, de tamanho auxílio e importância ao Estado, ou mesmo à procura pelo aborto, ou o péssimo exemplo moral aos filhos. Nesse caso de casamento com mulher jovem, o ancião, com seu órgão reprodutor enfraquecido – de corpo insalubre –, estaria adulterando a instituição familiar através do uso de dinheiro ou de poder por comprar corpos femininos e corrompê-los de suas funções de progeneração, desviando-se do casamento por amor.

Reprovava-se o casamento por motivos financeiros; levavam-se em conta as condições morais e físicas dos noivos, assim como se reprovava a libertinagem, donde veio a necessidade e ou justificativa para o exame pré-nupcial, pelo cuidado com o contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Alegava-se que poderia haver transmissão aos filhos, podendo inclusive gerar má-formação dos nascituros, isso incidindo em maior mortalidade infantil, pelo desvio do amor e da sexualidade em relação à esposa. O grande fundamento moral era a recusa às concubinas ou prostitutas, porque poderia haver a indução da esposa ao adultério, bem como, da parte do homem enquanto pai e marido, o desprezo da importância do trabalho e da dignidade de suas obrigações.

Mesmo o homem celibatário, por exemplo – ainda segundo Freire –, que não procriava, que se recusava a ser pai, embora ser pai fosse algo tido como próprio de sua natureza masculina, podia casar-se velho quando deixava de constituir-se enquanto tal, porém não deixava de ser acusado por desvirtuamento do casamento, da esposa e da prole.

A homossexualidade também era alvo de severa normatização, visto que fugia dos princípios da procriação. Dizia-se que buscava a paixão, o prazer pelo prazer, trazendo possíveis casos de disfunções mentais. Isso tudo deveria deixar de existir, pois não se enquadrava na higiene moderna. Nesses aspectos do controle da sexualidade, o casamento ou a prole como resultado deste, é o foco da higienização dos costumes e dos papéis sociais masculino e feminino.

A releitura do papel feminino no casamento também foi abordada no tocante ao aleitamento da prole. Assim, o aleitamento foi pensado como algo natural ao feminino, ocupando o tempo livre da mãe, disciplinando-a, recolocando-a no espaço da casa e evitando a concorrência pública com o homem. Os discursos sobre o leite ou aleitamento materno realizado pela própria mãe começaram a ser descritos como algo mais saudável física e moralmente do que o aleitamento por uma mulher estranha. Esse discurso se contrapunha ao hábito da adoção da chamada "ama de leite", tão popular nesse período. Declarava-se que o hábito da ama poderia auxiliar na mortalidade infantil, alegava-se que a mãe desincumbida do aleitamento teria a sua vida sexual reestimulada precocemente e que a ausência a mãe na vida da criança seria comprometedora da saúde física e moral desse filho e do próprio casal.

Com efeito, a tradição médica e popular dizia que uma mulher, quando estivesse aleitando, não tinha mais o direito de manter relações sexuais, do contrário o leite estragaria. Então as mulheres, sobretudo as ricas, para poderem recomeçar a ter relações sexuais e assim segurar seus maridos, enviavam seus filhos para a ama de leite. Havia uma verdadeira indústria do aleitamento. As mulheres pobres faziam isso para ganhar dinheiro. Mas não havia nenhum meio de verificar como a criança estava sendo criada, nem mesmo se a criança estava viva ou morta. (...) Algumas amas tinham um índice de dezenove crianças mortas em vinte que lhe haviam sido confinadas. Era terrível! Foi para evitar essa desordem, para restabelecer um pouco de ordem, que encorajaram as mães a aleitar seus filhos. Imediatamente acabou a incompatibilidade entre a relação sexual e o aleitamento, mas com a condição, é claro, de que as mulheres não ficassem grávidas imediatamente depois. (FOUCAULT, 2015, p. 405).

Foucault fala de uma tradição francesa, mas, de acordo com Campos (2009), aqui, o aleitamento significava saúde infantil por trazer nutrientes naturais e por reforçar os laços de amor entre as mães e a prole, esta mãe altruísta, amorosa, regrada. Esse discurso reiterava a importância do casamento para a saúde, ou seja, com filhos saudáveis, em que os casais vissem na prole o motivo da união conjugal, gerando-os em prol do funcionamento do Estado e da conservação biológica da espécie.

A escolha do parceiro para o matrimônio nesse ínterim fazia-se importante, porque havia uma grande pressão social quanto ao bom funcionamento do casamento. Era buscada a base sólida para a família. O Estado tinha em vista um modelo familiar responsável, amoroso, harmonioso, visando como principal finalidade,

para a vida de homens e de mulheres, que se tornassem pais e mães. Ao pai cabia a subsistência familiar, a reprodução da raça e o patriotismo, ou seja,

[...] vai casar para ter filhos; trabalhar para manter os filhos; ser honesto para dar bom exemplo aos filhos; investir na saúde e educação dos filhos; poupar pelo futuro dos filhos; submeter-se a todo tipo de opressão pelo amor dos filhos; enfim, ser acusado e aceitar a acusação, ser culpabilizado e aceitar a culpa, por todo tipo de mal físico, moral e emocional que ocorresse aos filhos. (COSTA, 2004, p. 251).

Filhos saudáveis para um Estado saudável. Alcir Lenharo (1986) destacou o quanto, no período entre os anos 1920 a 1950, o corpo – sua beleza e destreza – foi alvo da medicina, da política e da religião. Ora enquanto educação física, ora como higienismo racial, domesticar o corpo, adaptá-lo ao trabalho e à edificação de uma nação, foi um grande investimento que envolveu desde a propaganda até a criação de leis educacionais, trabalhistas, de imigração, escolares, etc., para que o objetivo fosse alcançado (LENHARO, 1986).

Esse ambiente cultural favoreceu a sobrevalorização dos papéis masculinos, assim configurando um patriarcado que atribuía desiguais direitos entre homens e mulheres, seja no tocante ao trabalho, no tocante à educação dos filhos e até mesmo no sentido do amar. Os médicos higienistas justificam esse machismo argumentando que os homens são naturalmente mais racionais e inteligentes, podendo controlar a esposa e a prole. O discurso médico-higiênico serviu para aprofundar esse discurso da desigualdade, porque concentrava no masculino não somente o sentido de ser padreador da prole, mas também de sua posse sobre mulheres e fiscal dos filhos, provedor do lar e que era o sujeito apto para se aventurar no espaço público para cumprir esses papéis. Ao mesmo tempo, esse discurso também reintegrou essa mulher à família, ao amor filial, aos preceitos médicos, ao lar, ao cuidado com a prole; portanto naturalizou a mulher no espaço de vida privado (COSTA, 2004).

Cabe aqui reforçar a informação de que a imprensa era um dos veículos de comunicação desse campo discursivo, assim veiculando argumentos para a utilização em outras instâncias sociais, além de si mesma. Sua fácil circulação, a sua linguagem acessível, o reforço por gravuras ou imagens, criavam uma comunicabilidade mais objetiva com o seu público e um certo ar de confiabilidade nas informações transmitidas.

Nesse sentido, vale considerar os argumentos de Rosa & Ferreira sobre a publicidade:

[...] é possível formular que o discurso publicitário, por meio de seu universo simbólico, reproduz tendências sociais que definem ideias, atitudes, comportamentos e valores. Conseqüentemente, a publicidade leva à delimitação dos papéis masculino e feminino na sociedade, tornando as relações de gênero o princípio estruturante das demais. (ROSA & FERREIRA, 2014, p. 238).

É também nesse sentido que, de acordo com Foucault, o discurso está na ordem das leis, no pronunciado, no escrito, e demonstra perigo, porque fere, domina, faz servir, controla, organiza, conjura poderes, domina acontecimentos, exclui. Nesse aspecto, a neutralidade discursiva é uma utopia. Os conceitos de modernidade e higienismo, nesta pesquisa, são os suportes que foram utilizados para tornar esse discurso normalizado.

Essas práticas de normalização podem ser consideradas políticas, no sentido de ações coercitivas pelo convencimento, pela adesão ao discurso, pela conversão ao saber.

O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 2011, p. 49).

A busca pela proveniência, pelas meticulosidades, pelas singularidades e pelas inexactidões é parte da construção genealógica de um discurso sobre o corpo. Nele podemos encontrar a construção discursiva cravada como desejos, repressões, conflitos e inscrição de acontecimentos articulando o corpo com o sujeito histórico que aprende e age dentro do que lhe cabe, ou o sufoca. As fantasias construídas, os limites e o vazio instaurado inserem-se no corpo dominado e violentado pelo discurso cheio de regras que tem finalidades implícitas e que servem para algum propósito.

A domesticação desses corpos através do discurso impõe um ritual, com obrigações e direitos: por isso se redefinem os papéis sociais de homens e de mulheres. Em uma genealogia dos papéis sociais de gênero, é preciso aprender sobre a sua elaboração, passando pelos valores que se instauram, de que fontes eles bebem e que resistências criam. É com esses elementos que se podem compreender as marcas que o discurso crava nos corpos que o vivenciam, jamais separando-o das relações de força que com ele se beneficia e seus motivos particulares para mantê-lo.

É com a função de evitar as venerações, sendo “[...] eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica” (FOUCAULT, 2015, p. 267), que se utiliza a genealogia do poder, indo contra a centralização de dizeres em uma sociedade, desvendando quem constrói e por que o faz, na tentativa de desmascarar a sujeição construída por esse discurso.

Foucault acredita em uma espécie de “[...] batalha dos saberes contra os efeitos de poder do discurso científico” (Idem, p. 271), desvendando os mecanismos, as relações de poder que exercem domínios e efeitos sociais, compreendendo a mecânica do poder advindo do discurso, poder que reprime os indivíduos com seus mecanismos de repressão. Quando analisamos e apresentamos Clarice Lispector a partir de textos jornalísticos, temos a impressão de ser uma outra autora que não a venerada autora da literatura. Sua biografia, suas cartas pessoais, os pseudônimos e os textos redigidos, toda essa produção da sua vida mostra uma outra face sua – a face de um convívio hodierno de uma mulher sem marido, sem sua paixão e cuidadora de filhos.

O discurso sobre gênero pretende governar condutas, comportamentos, em um exercício de poder que objetiva dirigir os sujeitos sociais e suas ações, mantendo, fortalecendo, conduzindo e protegendo uma hierarquia e uma ordem política estabelecida. A manipulação das forças colocada pelo discurso é mantida por muita gente, pessoas que, especificamente aqui, podem ser chamados de pai, de irmão e de marido, através inclusive de veículos de informação como a imprensa, por intermédio da religião e convivência com as leis. Foucault utiliza o termo “governamentalidade” para caracterizar essas relações, que dizem respeito à moral, à família e a tantas outras formas. A governamentalidade do próprio Estado interfere diretamente nessas instituições, já que “[...] aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber como se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio” (FOUCAULT, 2015, p. 412).

De acordo com a genealogia da governamentalidade, “[...] muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e o discípulo” (Idem, p. 411) e esses governos se encontram dentro da sociedade e, por conseguinte, do Estado. Esses governos podem ser definidos como o “[...] governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política” (Idem, p. 412).

Esses governos estabelecem continuidade entre si, porque, quando o Estado está governado com funcionalidade de acordo com parâmetros estabelecidos, os demais governos e pessoas também estão se portando como o esperado, ou seja, a conduta dessas pessoas e de suas famílias também está funcionando. As pessoas estão sendo conduzidas para um fim predeterminado, condução que abrange o bom governo das relações humanas, dos recursos necessários para a sobrevivência, dos costumes e dos hábitos, passando pela forma de pensar, pela forma de agir, ou seja: “[...] fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos” (Idem, p. 418).

O modelo familiar foi um instrumento auxiliar – que já serviu a inúmeras instituições, como o direito, a religião e a medicina –, e será então utilizado para o governo amplo da população, uma instância ainda maior que a própria instituição chamada família. Por força dessa instância foi possível delimitar papéis sociais, adequar comportamentos, moldar modelos, sendo utilizada como ponto estratégico para campanhas de desenvolvimento populacional, de ambições, interesses individuais e gerais, sempre auxiliando o governo, definindo o que é público ou privado, o que é ou não estatal.

Os homens, com seu papel de provedores, pessoas que circulam no ambiente público, seriam responsáveis pela maioria das decisões referentes à família, enquanto a mulher, ambientada no que se chama de espaço privado, seria responsável pela criação da prole e pela organização geral do que é provido pelo homem, administrando a economia doméstica da melhor forma possível.

Esses homens e mulheres ajudam a concluir o que se define por soberania, atingindo os fins a que foram designados: o contrato social, a vida civil. O discurso higiênico, por exemplo, coloca como instância hierárquica principal o homem, recorrendo ao “[...] pai de família, que é o que se levanta antes das outras pessoas da casa, que se deita depois dos outros, que pensa em tudo, que cuida de tudo, pois se considera a serviço da casa” (Idem, p. 419). A família será esse grande instrumento para se exigir comportamentos, estabelecendo padrões de conduta avaliados como (a)normais, atingindo toda a população, sendo considerada parte da construção dos sujeitos, algo que já existia antes deles. Assim, ao analisar o período em que a escritora Clarice Lispector atuou no jornalismo, o que desejamos perceber, na sociedade regulamentada por um discurso que a disciplina, é através de que

instituições essa governamentalidade ocorre, como essas instituições procedem, como pensam e que táticas usam para marcar o corpo dos sujeitos históricos.

A fundamentação do discurso aqui analisado tem influências que vão além de seu tempo, ainda mais levando em consideração quem o escreve. Não estamos falando simplesmente sobre um discurso adotado dentro da sociedade paulistana ou carioca, pois estamos analisando uma estrangeira naturalizada, uma mulher que foi casada com um diplomata brasileiro e também por isso conheceu diferentes sociedades locais no mundo ocidental, isso antes de se divorciar e antes de retornar para ficar no Brasil. No aspecto da existência singular no Brasil, considera-se a estadia da família Lispector em Maceió, posteriormente em Recife, para só então residir no Rio de Janeiro. Religiosamente falando, a família se inseria no judaísmo, mas Clarice não se atinha simplesmente a ele, nem ao próprio cristianismo, pois que buscava também outras credences, como o ocultismo e até mesmo vivenciando momentos de ateísmo.

Essa singularidade nos remete a reviver a historicidade, a construção do discurso sexista com concepções que se referem à Antiguidade Clássica, recepcionadas pela leitura teológica, posteriormente por leituras científicas, psicanalíticas, teorias que são trazidas para a sua contemporaneidade e são abordadas no decorrer da análise aqui feita.

2.1 A Antiguidade Clássica

A Idade Moderna resgatou os sentidos de corporeidade, analogias, enfim, dispositivos da Idade Clássica greco-romana. Como disse Lenharo (1986), quando do discurso higienista e moderno no Brasil, houve práticas de admiração do corpo. A pensadora/autora Ana Maria Colling, em seu livro *Tempos Diferentes, Discursos Iguais: a construção histórica do corpo feminino*, inicia sua análise com os discursos gregos de Aristóteles e de Platão, afirmando que “[...] os fundadores dos vários discursos – religioso, médico, filosófico, psicanalítico e outros – são geralmente homens, que representam, numa relação de poder, o gênero feminino” (COLLING, 2014, p. 43). Conforme esse entendimento da autora, o saber filosófico contribuiu para a formação de um sistema binário e opositor entre homem e mulher, definindo como

“natural”⁵ de cada sexo uma determinada conduta social, onde a mulher “[...] produz seres humanos [e, portanto, é definido] que ela tem dificuldade em produzir conceitos, em pensar [...]” (Idem, p. 50), de acordo com Platão, sabendo que a filosofia andava intimamente ligada à medicina, trazendo em Hipócrates (considerado ser o Pai da Medicina e o maior médico da Antiguidade), que “[...] relaciona o fraco com o feminino e o forte como masculino [...]”, o pensamento do filósofo e do médico se fundem “[...] numa concepção da mulher vista como matriz, como um campo semeado por outro. O homem é a semente, o produtor, e a mulher é a reprodutora” (Idem, p. 53), razão por que a falha na fecundidade é sempre avaliada como culpa da mulher. Definimos aqui a função de mãe e todo um discurso de culpa sobre infertilidade, assim como o sexo feminino como frágil, submisso, e o masculino como forte, dominante. O historiador e filósofo Michel Foucault escreve sobre o mesmo período, tratando do casamento como um “[...] ato privado, que dizia respeito à família” (FOUCAULT, 2014, p. 94) no período helenístico, que começou com a transição de tutela do pai para o marido em relação à então esposa, transição na qual ocorria a “[...] transmissão do nome, constituição de herdeiros, organização de um sistema de alianças, junção de fortunas” (Idem, p. 96), para que o patrimônio fosse transmitido diretamente à prole. Essa situação, passível de mudanças, tornou-se posteriormente mais leve, onde a escolha sobre o casamento e com quem se unir passou a residir na esposa, sendo o casamento visto como uma “[...] união livremente consentida” (Idem, 97) e não mais uma decisão externa a um dos envolvidos, no caso, a mulher. A partir de então, “[...] a vontade da mulher era um fator determinante” (Idem, p. 98), e os papéis estabelecidos nessa união também passariam por transformações.

[...] os engajamentos da mulher implicavam a obediência ao marido, a interdição de sair, de noite ou de dia, sem a sua permissão, a exclusão de qualquer relação sexual com um outro homem, a obrigação de não arruinar a casa e de não desonrar o marido. Este, em compensação, devia manter sua mulher, não instalar uma concubina em casa, não maltratar sua esposa e não ter filhos das ligações que pudesse manter fora de casa. Mais tarde, [...] [a obrigação do marido] de prover às necessidades de sua mulher é tornada mais precisa; como também é especificada a interdição de ter uma amante, ou um favorito, e de possuir uma outra casa (na qual ele poderia manter uma concubina); [...] Os contratos de casamento assim desenvolvidos fazem o marido

⁵O termo refere-se a uma perspectiva biologicista, pretendendo que, a partir de determinações genéticas os sujeitos já nasçam com características predeterminadas. Entretanto, a construção desta natureza é uma produção discursiva, onde os sujeitos são produtos das práticas sociais, construção histórica e cultural, invenção.

e a mulher entrarem em um sistema de deveres e obrigações que, certamente, não são iguais, mas não compartilhados. (Idem, p. 99).

Torna-se uma espécie de vínculo pessoal, onde cada uma das partes possui uma posição específica, em um esquema de reciprocidade. Enquanto à mulher cabia a obediência em relação à liberdade de ir e vir por ele decidida, cabendo a ela o ambiente privado e seu cuidado, ao homem cabe o papel de provedor, daquele que transita pelo ambiente público, mantenedor financeiro, sem envolver esposa e prole em suas relações extraconjugais.

Historicamente no Ocidente a noção de feminino costuma designar o conjunto de características, qualidades e atributos social e culturalmente reconhecidos como parte da natureza da mulher. A ideia de feminino liga-se diretamente à sua oposição binária – o masculino – e é definida, em diversos contextos sociais, através de uma relação de negação, ou seja, aquilo que NÃO pertence ao masculino é, portanto, feminino. (SOARES et al., 2015, p. 242).

Ainda segundo a autora, constrói-se pela filosofia grande carga do sentido pré-conceitual em relação ao feminino. Tanto Platão como Aristóteles teriam descrito a mulher como um desvio, uma defeituosidade, sendo que o segundo vê, no geral, as fêmeas como dotadas de menos músculos, carne mais mole, voz fraca e aguda, e até com cérebro menor e por isso incapaz de ter acesso ao saber, onde tanto o filósofo quanto o médico citado encaram a menstruação como um “sinal de frieza feminina” já que é “um ser impuro” (COLLING, 2014, p. 58). Aristóteles acreditava ainda que a prole era importante garantia para a velhice, que poderia retribuir o tratamento que lhe foi ofertado. Essa seria mais uma razão para a procriação. Sobre o uso da razão e sua ligação com as relações de gênero, Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma:

[...] a Grécia, este dedo acusador que não cessa de apontar para nós e nos dizer que fora da razão não há saída. Gestos a nos alertar que poesia, que pensamento trágico, são perigosos e de que deles devemos nos livrar, no máximo dando a eles um lugar institucionalizado, a Literatura, onde fiquem arrinconados e sitiados, assim como esta sociedade de homens também arrinconaram e sitiaram as mulheres em suas casas, para que seu perigo não viesse habitar o espaço público. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 46-47).

A filosofia grega antiga respondia a esse modo de pensar e de ser bem localizados geográfica e temporalmente, contudo o mito eurocêntrico faz uso dela como se conhecimento universal fosse. Há, pois, essa matriz sempre recorrente, especialmente apelada pela antropologia, pela psiquiatria, pela sociologia e pela

história. A construção dos discursos dos papéis sexuais impede o saber local, impossibilita ao observador ver a singularidade, porque, plural, o mito fala antes daquele que vê. O autor acredita que ocorre uma “[...] invenção de uma cultura particular, num determinado momento” (Idem, p. 63), nos recortes, nos objetos, e, a partir de escolhas, geram-se invenções consideradas verdades. As verdades dependem desses recortes e dessas escolhas, dependem de quem as escreve e do que as motiva a escrever, dependem de uma hierarquia instituída e tida como imutável e real.

A cultura clássica da qual estamos ainda fortemente ligados fornece quadros para os papéis sexuais, quadros veiculados por meio de muitas especialidades de saber, neste caso o higienismo e a modernidade. No período de Clarice, esses papéis delimitados eram mais evidentes e mais constritores.

2.2 O Discurso Religioso

Segundo Mircea Eliade (1979), o discurso religioso está fundamentalmente marcado pelos sentidos simbólicos do corpo. Em busca de consolidar uma mistificação do corpo é que a teologia cristã utilizará Aristóteles e Platão para a construção da filosofia escolástica, mantendo a ordem de conduta social binária trazida pelos filósofos para a sociedade grega, em especial a ateniense, que relegava as mulheres ao ambiente privado tão somente. Tal filosofia justificava o seu entendimento sobre uma presumida inferioridade feminina não só pelo argumento da força física, mas também evocando questões de moral e de incapacidade cognitiva e, sempre que possível, recorrendo ao Antigo Testamento para lembrar o papel de Eva no mito do Éden, no pecado original, onde “Adão simboliza o intelecto submetido à sedução da imaginação e Eva a imaginação dos desejos terrestres, a serpente e a vaidade inicial” (COLLING, 2014, p. 81), ou seja, recorrendo ao arquétipo judaico-cristão da mulher pecadora e indutora do pecado no mundo. Por sua falta de discernimento, de acordo com o mito, a mulher era incapacitada para ensinar ou dominar o homem, devendo ser subordinada ao marido, já que inábil de governar-se até mesmo a si mesma.

O casamento, segundo Mary Del Priori, vem reforçar esse vínculo clássico:

No seio da família, um nó: o casamento. No passado, ele foi o grande divisor entre a casa e a rua [...] Ou entre esposas e as “outras”. [...]

Apenas dentro desse tipo de família – a sacramentada pelo matrimônio – seria possível educar os filhos segundo os preceitos cristãos, movimentando uma correia de transmissão pela qual passariam, de geração em geração, as normas e os valores da Igreja Católica.

A Igreja Católica procurava assim universalizar suas normas para o casamento e a família. A mulher, nesse projeto, era fundamental. Cobia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas. (DEL PRIORE, 2013, p. 11).

Essa função, no entanto, não é criação teológica. Há muitos saberes concorrentes, dentre os quais, o direito romano, a gestão política e a ciência da época que há muito buscava um *logos*, um ponto de partida, ou seja, uma gênese a partir da qual as narrativas se desenrolariam. O matrimônio emergia como uma solução religiosa, financeira e da responsabilização social dos adultos pela vida infantil, solução essencialmente focada no patrimônio e na vida conjugal.

Assim, o *ethos* feminino encontraria um outro sentido no espaço privado e na geração dos filhos – a procriação para Deus, entrando em cena a imagem da Virgem Maria, mulher idealizada e inatingível, purificada pela maternidade, passiva, que trabalha em casa para seu amo e prole, e controla sua moralidade. O matrimônio e a maternidade são colocados como inatos ao feminino, sobretudo pelo saber filosófico. Como um ato de promiscuidade, ciência, religião e ciência política “copulam” na criação de papéis sociais.

2.3 No Despertar da Razão em Diante

De acordo com Colling, “A revolução científica não serviu para demonstrar a falsidade dos argumentos filosóficos e religiosos sobre a inferioridade das mulheres” (p. 78), que continuaram sendo representadas de acordo com o padrão masculino, sendo o inverso dele, jazendo nele a medida de todas as coisas, tendo a mulher sua anatomia invertida, um corpo inacabado. Os filósofos das luzes, em sua maioria, não irão deixar de beber na fonte da Antiguidade Clássica, mantendo um discurso sobre a fraqueza feminina. Até mesmo Rousseau, pai da democracia, escreveu sobre o lugar social feminino ser na “[...] educação dos filhos, em que, segundo ele, [ela] deveria ser carinhosa e cuidadosa [...]” e acrescenta que as “[...] mulheres, devem ser educadas na vergonha e no pudor” (Idem, p. 61). Assim, “Com a intenção de proteger a família”,

Rousseau “homenageia” a mulher com os duradouros títulos de “rainha”, de “anjo” do lar, do privado, é evidente, conquistando adeptos e defensores da ordem social vigente (Idem, p. 105).

Rousseau já vive os primeiros acenos da Revolução científica e os grandes aglomeramentos humanos em França. A multidão, os trabalhadores industriais já demarcam a vida da urbe. Discutir o controle social era o grande tema dos pensadores da política, do direito e da sociologia. É o momento de redefinir papéis sociais para homens e mulheres onde deixariam de ser camponeses para serem trabalhadores e trabalhadoras – mão de obra adestrada. Com a mortalidade infantil e a exploração de seu trabalho, os moralistas, sobretudo, passam a resgatar o imaginário⁶ da mulher doméstica, do lar, cuidadora – um personagem de contraste, dada a exploração do trabalho industrial. As palavras de Rousseau não podiam soar mais contraditórias.

O pensamento médico vigorante do século XVI ao século XIX também se utiliza desse dispositivo. Fará uso o útero feminino como “[...] órgão que dá identidade à mulher, que explica as características de uma fisiologia e de uma psicologia vulneráveis” (Idem, p. 82). Esses dispositivos, oriundos de várias fontes de saber, apontam para um mesmo ponto: a naturalização dos papéis sociais de homens e de mulheres.

É nesse contexto cultural, de crescimento e aglomeração populacional, que podemos compreender o surgimento e as estratégias dos manuais de etiqueta. Os códigos de conduta ou também chamados de manuais de etiqueta foram introduzidos na sociedade a partir do período vitoriano, um período marcado pelo conservadorismo, com a figura da Rainha Vitória (1837 – 1901), símbolo da ética puritana, reforçando ideias como privacidade do lar (decorrente do que se poderia chamar de individualismo burguês), que procura valorizar a família, trazendo consigo modelos sobre o padrão binário, que classifica de forma oposta os gêneros como

⁶ Segundo a historiadora Sandra Pesavento, o imaginário é representação, evocação, simulação, sentido e significado. É jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer (PESAVENTO, 1995, p. 24). Em nosso entendimento, o conceito da historiadora não contradiz nem entra em colisão com a proposta metodológica foucaultiana na medida em que temos defendido, nesta pesquisa, por influência de Foucault, uma genealogia do discurso sobre os papéis sociais de homens e de mulheres. Ao aludirmos ao termo “imaginário” ou “imaginário social”, faremos destaque ao modo de ser do tempo de Clarice; faremos referência aos dispositivos do discurso que ela e outros autores mencionam implícita ou explicitamente no seu modo de pensar.

masculino e feminino, estabelecendo regras de comportamento distintas para ambos, onde a mulher é o “sexo frágil”, é maternal, feminina, vaidosa, delicada, e o homem é o provedor, predador (no sentido de conquistas em relação ao feminino), rude e forte, por exemplo. Esses manuais e códigos sugeriam que as mulheres viessem a ser “dragões da virtude”, reforçando a representação feminina de acordo com modelos da imaginação masculina.

No Brasil, esses manuais também distinguiram e ditaram comportamentos para o masculino e para o feminino, escritos por homens para mulheres. As expectativas sociais em relação aos modelos adotados para mulher e para homem implicavam diferenciações, induzindo as mulheres a sempre darem preferência ao ambiente privado e a assuntos relacionados a ele. Das condutas adequadas passava-se às inadequadas, descrevendo as oposições, o que não se deveria fazer. É possível encontrar certa misoginia na escrita desses manuais feitos pelos homens, quando debocham das mulheres que não se comportam de acordo com as perspectivas sociais, numa forma de tentar controlar a moda feminina, seus gostos e gestos.

Sobre os manuais de código ou etiqueta de comportamentos se falará mais adiante.

2.4 O Discurso Médico-Social-Higienista Brasileiro

A medicina social, caracterizada pela prevenção de doenças advindas do comportamento social, entranhou-se nas políticas de Estado do período Imperial brasileiro com a intenção de intervir no cotidiano nacional e de construir estruturas de controle para os cidadãos. O costume imperial no tocante à gestão dos bens monárquicos trouxe a mesma estrutura de pensar de além-mar: o território e a população, problema clássico da gestão do poder, como já enfatizado aqui. Esse tipo de saber transitou facilmente por dentre os objetivos da gestão, do controle social imaginado pela teologia, pela sociologia, pela psiquiatria e pela ciência política.

A higienização social desempenhou a função de normalização na medida em que conseguisse “curar” e reintroduzir o sujeito à sociedade sadia, sendo reinserido e tornando-se novamente útil, deixando de transmitir algum perigo. Os médicos, preocupados com a moral e com o equilíbrio, buscarão opor-se aos excessos, às paixões, pois que causariam doenças físicas e mentais. Para auxiliar a sociedade e fazê-la livre dessas mazelas, o processo de ordem seria aconselhado e guiado sob a

interferência dos médicos. Unindo-se com o Estado, que traria os dados e as observações sociais, os médicos definiriam medidas de assessoria para promover a transformação social, impedindo que os cidadãos entrassem em contato com aquilo que poderia lhes causar alguma doença.

Foi com esse poder disciplinar social que o matrimônio, a mulher e a infância, passo a passo, caem no discurso da medicina. Segundo Márcia Regina Ristow (2011), em sua tese de doutoramento sobre Educação e Saúde pelas visitadoras sanitárias do Paraná no período de 1920-1940, à moda da saúde pública propalada em São Paulo, no Estado do Paraná o matrimônio precisava passar pela perícia médica. Foco de grandes campanhas pela saúde da mulher, o casamento precisava garantir uma prole saudável; os nubentes precisavam então se submeter ao exame pré-nupcial, que tinha como finalidade identificar a existência de doenças “mortais”, como a gonorreia.⁷

Atuando nas cidades e suas instâncias administrativas, esses médicos – de um modo geral nominados de sanitaristas – preocuparam-se em delimitar espaços e condições de higiene preventiva na tentativa de solucionar os problemas urbanos. Assim, passaram pela escola, pelos cemitérios, pelos bordéis, pelos hospícios, pensando e decidindo os locais adequados para cada instituição e de que forma esses locais deveriam ser distribuídos. Ristow destaca que grandes campanhas de saneamento urbano e rural foram instaladas em todo o Brasil, sendo também Curitiba, os Campos Gerais, o Norte e o Oeste na fronteira de Foz do Iguaçu, beneficiados com postos de “Prophylaxia”, locais de atendimento popular que tinham como objetivos identificar, classificar, registrar e tratar os doentes em locais especialmente concebidos para tal função.

Pode-se então afirmar, junto com Colling (2014, p. 86), que o “[...] saber médico articulado com a Religião e o Estado regula a vida em sociedade”. A medicina social procurou, a partir de 1830, regular os sujeitos considerados desregulados, descontrolados em suas paixões, exagerados em seus sentimentos, não apenas trancafiando-os, mas buscando tratá-los para reinseri-los no meio social. Para tanto,

⁷ Ristow identifica, em sua tese, o procedimento eugênico e as interferências médicas, com a preocupação citada no texto acima. A ideia era que os filhos estivessem livres de doenças contagiosas e de problemas mentais. Para tanto, a autora cita argumentos de Renata Sigolo (1998), e o seguinte exemplo: “o procedimento que o médico deveria adotar consistia em fazer com que o noivo, portador de doença sexualmente transmissível, desistisse do casamento. Caso isso não acontecesse, ele deveria informar a família da noiva, deixando assim o médico livre das penalidades impostas à quebra de sigilo médico” (RISTOW, 2011, p. 71).

a psiquiatria mediou o contato dos loucos (e, no caso das mulheres, as histéricas) com seus parentes, isolando-os em um espaço de recuperação com ordens, disciplina, inspeção permanente, mantendo esses loucos ocupados com funções próximas às que teriam caso vivendo em sociedade, ou seja, ocupando seu tempo com trabalho, a fim de viver dentro das regras, inserindo a submissão em seu comportamento e evitando possíveis recaídas.

A influência do discurso médico higienista sobre as famílias, durante o período colonial brasileiro, referenda a família como célula da sociedade, atuando sobre a saúde, as doenças, os modos de ser e agir, medindo e controlando as emoções, psicologizando a conduta social, instituindo o conceito de normal, como comportamento higiênico. (PIZARRO et al., 2015, p. 321).

Acreditando que a saúde advém do comportamento social, essa medicina criou o controle do que é perigoso e do que é virtuoso, como uma autoridade que controla permanentemente o homem, evitando o caos, tratando os desregrados e reinserindo-os no padrão comportamental definido pelos médicos.

Nesse ínterim, o cuidado e a preocupação com os filhos definiu a união familiar, que deixa de se preocupar com o passado para se ocupar do futuro, ou seja, não com a família tradicional à qual ambos pertenciam e à aliança econômica decidida pelo patriarca imposta à dependente, que trazia consigo seu dote, transferindo ao marido parte da herança de sua família, mas se ocupar com as condições físicas e morais dos noivos, “[...] inserindo-se maduramente na política de conservação biológica e moral da espécie” (COSTA, 2004, p. 231) em que o “[...] amor tornou-se o substituto da ética religioso-patrimonial” (Idem, p. 232), ética essa que desconfiava do papel do amor conjugal, como se este fosse roubar o espaço da religião e da devoção do âmbito familiar. A família atinge o patamar de instrumento utilizado com a finalidade de governar a população, tudo feito a partir de campanhas que visam intentos úteis ao governo em si, sua economia, definindo papéis e espaços sociais, mediante intervenções direcionadas. A gravidez motivava um momento de poder para a futura mãe, que gerava os frutos da vida. Tratava-se de fazer com que as mulheres ficassem em casa, amamentando até próximo do sexto mês, convencendo as mulheres de que o amor materno era “natural” em todas elas, e que sua real vocação residia no ambiente familiar e em suas atribuições designadas. Já que a escolha passa a caber ao casal quanto à união, a responsabilidade perante o sucesso de uma família responsável ou fracasso dela também lhes cabe.

O matrimônio se tornou uma barreira contra a imoralidade. Era garantia de manutenção da ordem social. Teses de medicina eram publicadas, demonstrando tal preocupação: [...] Paixões e vícios se refletiam na saúde dos filhos. Se o casal não se gostasse, a cópula podia resultar em crianças com distúrbios mentais, [...] casamentos por interesse faziam mal!

A reprodução estava na ordem do dia. O Brasil precisava de braços para trabalhar, crescer e progredir. Daí a indicação do coito higienizado:

Se havia mudança na maneira de ver o sexo, quanto à mulher, nada havia se modificado. A fraqueza inata dos órgãos femininos fazia a mulher inferior ao homem, continuavam a ecoar os médicos. (DEL PRIORE, 2013, p. 61).

No papel binário, o masculino era o de ser mais racional, inteligente, e obteria como prêmio pelas obrigações colocadas o direito de decisão em seu lar, assentando a esposa como sua propriedade privada. Tudo isso para compensar as mudanças do período colonial brasileiro, que costumava garantir ao homem a “[...] tirania sobre mulheres e filhos; [ele] absteve-se do celibato e da libertinagem; foi obrigado a trabalhar; a renunciar ao ócio e à exploração de escravos domésticos” (COSTA, 2004, p. 250). Então tanto o celibato quanto a libertinagem passaram a ser considerados condutas reprovadas e infelizes, advindas do homem. A primeira por não gerar filhos e a segunda por contaminá-los com as doenças adquiridas a partir da falta de freio sexual, transmitidas em sua concepção. Em relação à mãe, agora possuía uma limitada emancipação, podendo participar do convívio social e do consumo, inclusive da moda europeia. Entretanto, deveria manter-se nos padrões de moral e dos bons costumes, jamais competindo com o homem intelectual e financeiramente, ou seja, não deveria ultrapassar os limites do lar, do consumo e de seu papel social como mulher-mãe.⁸

2.5 Da Monarquia à República: um corpo moderno⁹

A Proclamação da República cria a disponibilidade de um discurso da juventude e da beleza, em contraponto à imagem de D. Pedro II e suas barbas e

⁸ Para tanto, a importância da amamentação foi reelaborada, já que o discurso afirmava que a amamentação materna garantiria filhos saudáveis, mas por trás desse argumento estava a ideia de ocupar a mulher, para que ela evitasse tentar uma maior emancipação, destruindo o discurso vigente.

⁹ Ser moderno era demonstrar capacidade de formar o cidadão, combinando a ideologia liberal, os paradigmas científicos e a doutrina cristã. E seria no espaço doméstico, onde os homens recebem a

cabelos brancos, sóbrios e respeitosos¹⁰. Essa mudança política trouxe o instituto do casamento civil, mas ainda supervisionado pelo discurso higiênico, que inclusive dava aos homens o direito de anular o casamento caso a noiva não fosse mais virgem.

Segundo o Código [Civil de 1916], a mulher casada era considerada incapaz, devendo sua representação legal ser assessorada pelo marido. Ou seja, ela não poderia, sem autorização prévia do esposo, litigar em juízo civil ou comercial, exercer profissão, aceitar mandato, aceitar herança ou contrair obrigações. Além de permitir ou não as atitudes de sua mulher, cabia ao homem, ainda, tomar decisões sobre a administração dos bens comuns – e dos bens particulares da mulher – e a fixação do domicílio familiar. (PRIORE, 2013, p. 62).

De fato, lê-se no Código Civil de 1916:

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:
 I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher
 II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
 III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.
 IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
 V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos.
 VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.
 VII. Exercer profissão.
 VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
 IX. Aceitar mandato. (BRASIL, Código Civil de 1916, s.p.).

O direito pleno de propriedade é instituído na República, retirado da monarquia e entregue ao ente Estado. O Estado “cede” o direito de uso ao proprietário que o devolverá após a morte, caso não tenha herdeiros, ou se, por necessidade pública, for preciso desapropriar, mediante o direito à indenização. Esse direito, que se repetiu no Código Civil de 1916, já era assegurado pela Constituição de 1891¹¹:

primeira educação, dirigida por mulheres moralmente inatacáveis, o lugar em que o futuro de progresso e civilização teria início. (RIBEIRO JÚNIOR et al., p. 485).

¹⁰ Apesar de a monarquia ter uma herdeira, sua imagem foi desmerecida com as afirmações de que não passava de um juguete nas mãos de seu marido francês, este considerado a representação do Antigo Regime.

¹¹ Cláudia Maia (2011) afirma que o Código Penal aprovado em 1890 “[...] manteve as noções e os crimes contra a honra [...]” que vigoravam na legislação anterior, isso com o intuito de “[...] manter a família com base nos princípios patriarcais”. Sobre a Constituição de 1891, a autora menciona Sueann Caulfield, que observou a exclusão feminina no que ela descreve como “cidadania ativa”, ou seja, onde as mulheres permaneciam “inativas”, não podendo ter participação cívica. Já o Código Civil brasileiro de 1916 traz consigo, de acordo com Maia, a distinção de gênero no casamento, onde as mulheres eram consideradas “[...] guardiãs da moral da família, responsáveis pela manutenção da ordem da casa, pela educação da prole, além de servirem de musas inspiradoras para os maridos e filhos”, seguindo a lógica positivista, que observava a biologia corporal dos gêneros para argumentar que homens e mulheres eram diferentes, inclusive no que tange aos quesitos mentais e sociais (p. 112-113).

Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 17 - O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. (BRASIL, Constituição de 1891, s.p.).

Entretanto, a gratuidade da celebração do casamento implica a vontade do Estado de evitar a futura dissolução desse vínculo. O casamento civil, ou seja, obrigatoriedade entre as partes mediante o poder do Estado, era, portanto, um dos pilares da recém-proclamada República, visto que garantia o bem, o fisco e a possibilidade patrimonial da pessoa e garantida a sobrevivência da prole. O desquite é permitido, mas penaliza os que o realizam e os impede de uma nova união. Para além do desquite, a mulher tem o poder de garantir a herança dos filhos, mesmo que tenha que ouvir antes o homem. É o que poderia se chamar de moral privada, porque a presença feminina no ambiente privado era importante para cuidar dos filhos e formar os futuros cidadãos. A mulher no ambiente público só traria malefícios para a instituição familiar, ainda mais levando em consideração a “natureza” dos sexos, que colocava o feminino como fraco. Além disso, ao assumir funções públicas, a mulher se assemelharia ao homem, perdendo o seu papel social e emocional.

De acordo com José Murilo de Carvalho (1990), a República brasileira buscou inspirações externas para a construção de sua imagem, o que, segundo Márcia Abreu afirma em seu projeto de cooperação internacional sobre a globalização da cultura no século XIX, não difere do período monárquico, que buscava conexão com a Europa, mais precisamente com a Inglaterra, com a França e com Portugal (ABREU, s.d.). Uma das inspirações externas foi na Revolução Francesa, que trouxe a figura feminina representando ideias como a liberdade. Os positivistas brasileiros, inspirados em Augusto Comte, viam a República ligada ao conceito de humanidade (representada por uma mulher idealizada), pátria e família.

A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade. Comte julgava que somente o altruísmo (palavra por ele criada) poderia fornecer a base para a convivência social sem Deus. A mulher era quem melhor representava este sentimento, daí ela ser o símbolo ideal para a humanidade. O símbolo perfeito seria a virgem-mãe, por sugerir uma humanidade

capaz de se reproduzir sem a interferência externa. Comte chegou a especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços. (CARVALHO, 1990, p. 81).

Virgem, longe do imaginário cristão, era a mulher sadia, sem doenças – o que seria, para os positivistas, o útero ideal para gerar filhos saudáveis. Diferentemente, no imaginário cristão, virgem é a mulher ideal para o matrimônio porque cuidadora e não afeita à infidelidade conjugal. No fim, tratava-se de caminhos convergentes para garantir a estabilidade familiar, como ressalta Ribeiro:

Assistimos, assim, à veiculação das representações de esposa e de mulher de modo a ensinar, a produzir a normalização à conduta feminina. Dessa forma, as mulheres – filhas e esposas – ideais deveriam resignar-se com seus destinos e perdoar prontamente os erros dos pais e maridos. Sobre essas virtudes, estariam garantidas a estabilidade da família e a paz social no conturbado mundo moderno. (RIBEIRO JÚNIOR et al., p. 489).

Estava então normatizado um modelo de mulher, como imagem de humanidade, representando a República, tendo como principal característica a maternidade, seguida de responsável pela “saúde moral da humanidade” (CARVALHO, 1990, p. 93). Esse investimento disciplinar no papel feminino partia de várias fontes de saber, como afirma Ribeiro:

Assim, podemos observar como as mulheres se transformaram em alvos das prescrições físicas e morais de jornalistas, médicos, intelectuais, políticos e padres. Esses agentes preocuparam-se em estabelecer regras, controles dos corpos e normalização das condutas femininas, tanto no que concerne às mulheres trabalhadoras das camadas subalternas, como àquelas pertencentes aos estratos médios e superiores da sociedade. (RIBEIRO JÚNIOR et al., p. 484).

Essa mulher-alvo não era qualquer uma. Era uma mulher caucasiana, idealizada, afetiva, humana, mas que passará a ser ridicularizada pelos cartunistas do país como a mulher pública, de acordo com o significado da palavra à qual ela serve de imagem representativa. Para o autor, isso se explica porque a própria República teve ausente seu povo, quem dirá a presença feminina para a sua proclamação, já que política era ocupação masculina: “A mulher, se pública, era prostituta” e continua: “Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem” (Idem, p. 92). Uma República falsificada combinando com uma mulher corrompida. Negativa ou positiva, a imagem representacional repercute no social, ou

seja, nos papéis sociais de homens e de mulheres que já eram, nesse interim, binários.

2.6 A Eugenia, Esportes e os Médicos Higienistas

A convergência desses discursos advindos das ciência, da religião e da filosofia ou sociologia criou e sustentou um imaginário de adoração do corpo. Se o corpo masculino é o protótipo do soldado, da guerra, do sangue – que era o ideal do home republicano –, o do feminino colocou as mulheres como despreocupadas com a inteligência, e cada vez mais preocupadas com a elegância e a aparência, postura de vida aliada ao desenvolvimento urbano e aos novos hábitos de consumo: de namorar vitrines, de acompanhar a moda pela imprensa ilustrada e pelos catálogos, e de usar cosméticos com foco em adquirir e manter beleza.

Poder e inteligência são considerados, normalmente, atributos eróticos masculinos e beleza e juventude, atributos eróticos femininos. As virtudes femininas tradicionalmente não estão ligadas ao espírito ou à inteligência, mas à beleza do corpo (BORGES apud COLLING & TEDESCHI, 2015, p. 70).

E era, de fato, um protótipo imaginado, mesmo para mulheres de elite. Ela não se compara com a mulher suburbana, operária ou esposa de operário. Não que a moral não tivesse como foco os filhos da pobreza. O discurso moralizante eugênico atinge a todas as camadas sociais, mas de formas distintas. Os pobres nos centros urbanos foram vistos como portadores dos males sociais; as camadas sociais com algum poder patrimonial foram vistos ora como potenciais vítimas ora como mecenas de serviços de caridade e ou de assistência aos desvalidos. Ambos os sujeitos respiravam, no entanto, o mesmo “ar pestilento” criado pelas matrizes discursivas.

É nesse ambiente que podemos entender a ênfase na educação física. Ela aparece no Brasil a partir da guarda pessoal de D. Leopoldina, numa época quando os professores introduzem a ginástica como exercícios destinados aos soldados. A partir do discurso eugênico e higiênico, a atividade visava desenvolvimento de caráter e físico. O Brasil imperial introduz a ginástica nas instituições escolares com o propósito descrito para os gêneros masculino e feminino, encontrando rejeição parental, que viam a atividade como algo não condizente ao sexo feminino. Na virada

do século XIX para o XX, especificamente no período republicano, a vinda de imigrantes traz para o Brasil a prática esportiva europeia, que, com pouco ou nenhum investimento público, acaba se restringindo às elites ou, no máximo, às camadas médias da população, consideradas também medidas de higiene, especialmente para combater a inatividade e os maus hábitos dos jovens.

Mulheres e homens são destinados a práticas diferentes (inclusive no ambiente escolar), pautado no argumento de naturalização dos sexos, ao “[...] definir os corpos femininos em relação aos corpos masculinos” (SCHPUN, 1999, p. 37), onde os “[...] rapazes parecem ser espontaneamente atraídos pela competição, pelo treinamento físico e pelo desenvolvimento muscular, já que tudo isso só reforça neles a virilidade e, por consequência, a 'natureza' máscula¹²” (Idem) e a “[...] cultura física feminina na época passa sempre por esse critério de beleza” (Idem, p. 38), obedecendo às regras e aos códigos de comportamento. Mulheres nas ruas, mulheres vistas, ou seja, “[...] é necessário que elas invistam no seu andar” (Idem).

Após adaptações, as aulas ou práticas de educação física para mulheres passaram a ser mais monótonas, controladoras, de exercício individual, como a ginástica, que “[...] permite ainda às mulheres que se exercitem em casa, sem se afastar do lar, e que conciliem obrigações domésticas e forma física” (Idem, p. 41), evitando que as mulheres se tornassem competitivas, mantendo seus corpos submissos e obedientes, de acordo com o padrão eugênico buscado na educação física europeia.

O controle das potencialidades do corpo é um “adestramento” mediante a aplicação da disciplina, que transforma a pessoa sob o olhar vigilante que a leva à sujeição. Essa observação ocorre como em um acampamento militar, onde o controle é organizado a fim de obter uma vigia constante, a fim de tornar visíveis as pessoas e as suas ações; tal qual a organização hospitalar, que promove a “[...] separação dos doentes, deve impedir os contágios” (FOUCAULT, 1997, p. 145), agindo como “[...] um operador terapêutico” (Idem). Assim como uma escola militar adentra os corpos para serem obedientes, moralizados, qualificados, o comportamento individual é detalhado, estando atento aos movimentos mínimos de mau comportamento, a fim de readequar a pessoa fiscalizada. A busca pela normalização pela repressão penaliza a maneira de ser, os gestos, o corpo, a sexualidade, levando a “[...] privações ligeiras

¹² Traços como força, coragem, rudeza.

e a pequenas humilhações” (Idem, p. 149), punindo a mínima coisa disforme da universalidade, para que as pessoas sintam a falta que cometeram, percebendo o que é considerado inadequado, percebendo os seus desvios. A recompensa e o castigo são trazidos paralelamente, onde o comportamento ou é considerado mau, ou bom, onde o que é considerado virtude virá recompensado, terá promoção (e deve ser buscado) e o que é considerado desvio é penalizado, rebaixado, degradado (e deve ser evitado), porque “A classificação que pune deve tender a se extinguir” (Idem, p. 152).

Então a educação física foi formulando um modelo a ser seguido, um modelo segundo o qual todos devem ser similares em seus papéis sociais. Trata-se de um modelo que insiste em se impor, subordinando os corpos, atentos às práticas apontadas para o conjunto, atentos às comparações dualistas de bom e de mau, de certo e de errado, que acaba por diferenciar e estabelecer “a fronteira externa do anormal” (Idem, p. 153), excluindo, homogeneizando, de forma coercitiva, regulamentada, “[...] permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (Idem, p. 154).

Os textos da imprensa, os manuais, a religião, a política e a medicina, formam um “olhar do social” e, ao mesmo tempo, funcionam como dispositivos de adestramento dos papéis de gênero, segundo o qual as pessoais normais andam juntas, são promovidas ao casamento e à família nuclear higiênica formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos. No caso de desvios mais leves, pode haver punição com a solidão, com a humilhação e com a reprovação. A penalidade maior vem vestida de prostituição, concubinato e libertinagem, resultando em pobreza, criminalidade, exclusão do meio social, prisão, reabilitação na tentativa de reenquadrar os corpos vigiados e punidos, para então se aproximarem da homogeneidade mais uma vez.

No caso das mulheres, a norma genérica inicial era que elas não perdessem a graciosidade de serem femininas, exercitando somente o necessário para aliar saúde e boa forma¹³, já que não deveriam igualar-se à aparência de pobres, que

¹³ De acordo com Sant’anna, a educação física auxiliaria nas medidas de higiene de combate ao ócio e aos maus hábitos, disciplinando e regulando o convívio social. Isso inclui as fronteiras dos esportes masculinos e femininos. Para as mulheres, ginástica (para desenvolver a segurança, o controle), dança clássica (corrigindo vícios e defeitos físicos, harmonizando as formas), pedestrianismo (caminhadas de curta distância), natação (porque as mulheres são mais leves que os homens e se adequam bem ao esporte, com seus saltos e mergulhos) e o tênis (onde a mulher é colocada em desvantagem, quando compete com homens, porque a mulher precisa permanecer graciosa na

trabalhavam e se exercitavam mais. Assim, entendia-se que o “[...] tronco e os braços devem permanecer finos e frágeis, as pernas e os quadris podem ser reforçados” (Idem). Uma beleza natural, verdadeira, sem excessos, que fosse um “[...] um espelho fiel das emoções e do caráter” (SANT’ANNA, 2014, p. 52), num “[...] dualismo entre corpo e espírito” (Idem, p. 53) aconselhado por médicos e escritores. A educação física ganha abrangência nacional no século XX, além de se tornar obrigatória nas escolas de ensino secundário no decorrer das décadas. O controle social seria praticado através da universalização dessas atividades, para que a obediência às regras fosse imposta sem questionamentos, ou seja: “O governo investia muito no Esporte para, justamente, diminuir as crises internas causadas pelo Regime e transmitir uma imagem de brilhantismo e desenvolvimento econômico da Pátria. Causando a falsa imagem de que está tudo bem” (BONFIM & ALMEIDA, 2014, s.p.).

O Esporte foi se sobrepondo após a Segunda Guerra Mundial, fazendo com que a educação física tomasse para si um viés mais educativo, desenvolvendo “a capacidade motora, afetiva e social do aluno”, com “[...] um propósito de eugenzar o corpo, isto é, melhorar a raça humana através de atividades físicas, assim, tornando o Homem forte, tornaria a Pátria igualmente forte” (Idem). Tudo isso acompanhado do sonho de beleza inspirado na Grécia Clássica, muito presente no Brasil no início do século XX, segundo Del Priore:

A moda da loura ganharia força logo depois da proclamação da República, por diferentes razões: a princípio, pelo ideal de branqueamento das elites, incomodadas com o mulatismo da população; a seguir, graças à chegada massiva de imigrantes estrangeiros, os alemães sobretudo, considerados exemplares modelos de eugenia; por fim, pelas teorias arianas que conquistaram parte dos intelectuais brasileiros. Era crença comum que o “clareamento da pele” aproximaria o Brasil de certa “melhoria da raça”, responsável, em última instância, pela construção do progresso nacional. Em tal cenário, fica fácil entender a valorização social das mulheres claras.

Quem não era branca tratava de parecê-lo com o auxílio de pós, pomadas brancas e cabelos tingidos. (DEL PRIORE, 2013, p. 229).

Uma população “branqueada”, como define Mônica Raisa Schpun (1997), demonstraria o progresso, deixando para trás o atraso da escravidão. Nessa instância

execução, perdendo para a robustez e a violência masculina). Exercícios que acrescentem elasticidade, que melhorem a estética, de menor duração, reforçando características que façam a distinção sexual. Os rapazes, vistos com uma natureza mais competitiva, desejosos de desenvolvimento muscular para demonstrar virilidade.

se desejava que a miscigenação acontecesse para formar uma população mestiça, cada vez mais branca: “Havia conselhos que sugeriam a proximidade entre sujeira, doença e pele escura” (SANT’ANNA, 2014, p. 75), alertando para o excesso do bronzeamento. O padrão era o de mulheres com musculatura firme, pele saudável e lisa, sem marcas que denunciassem doenças. Quanto mais à mostra essas mulheres estivessem, mais mostrariam suas imperfeições físicas ao público. Os médicos higienistas pretendiam um aperfeiçoamento da raça, entendendo que a sociedade evoluiria através dos processos biológicos. Desejava-se “[...] formar indivíduos produtivos, obedientes, saudáveis e belos, sem questionar as razões sociais, econômicas e políticas das doenças e de tudo o que se entendia por feiura” (SANT’ANNA, 2014, p. 63). Tratava-se de consertar os defeitos, de melhorar a aparência e de controlar o corpo para os jogos de sedução, onde o imoral é a promiscuidade, as festas, os bailes em excesso, assim como as maquiagens em excesso. Existe um limite para o apelo sexual, para que não invada o espaço do exercício de poder masculino.

O discurso higienista, tão ativo entre os anos 1920 e 1930, estimulava a vida das mulheres ao ar livre, menos cobertas e mais fortificadas. O hábito dos esportes, a fundação de clubes, a ênfase na dança instigada pela recém-inventada indústria fonográfica acirravam a exposição dos corpos. Instalou-se a busca da aparência sã. A medicina começava a sublinhar a importância de exercícios e vida saudável para preservar não somente a saúde, mas a frescura da tez, a pele saudável, o corpo firme e jovem. Acreditava-se que os defeitos físicos poderiam ser corrigidos, não à custa de toneladas de maquiagem ou qualquer outro artifício, mas por meios salutar, como a vida higiênica, disciplinada e moderada. (DEL PRIORE, 2011, p. 113).

O corpo foi banalizado no decorrer do século XX através da televisão e das revistas, especialmente pela glamourização da frequência às praias, que incentivava a mulher a se despir e a utilizar cada vez mais os cosméticos disponíveis no mercado para aperfeiçoar sua aparência. Aqui se inicia, de forma obsessiva, o padrão de mulher magra. Os exercícios combinados com uma alimentação reduzida trouxeram às cenas mulheres modeladas que deveriam manter o controle em relação à alimentação e, conseqüentemente, à aparência.

3 OS PAPÉIS SOCIAIS DA FAMÍLIA E DOS GÊNEROS

Os papéis sociais de homens e de mulheres tinham delimitadores bem precisos no período que estamos analisando. Havia a matriz da saúde e do sanitarismo, matriz essa bem aproximada do eugenismo, seja pela retórica, seja pelas práticas políticas. E havia a forte matriz religiosa também cimentada nesses mesmos delimitadores, mas que, dada a sua especificidade de saber, se desdobrava em outras medidas, como as da protetiva da família, desde os hábitos higiênicos pessoais (o bom cristão devia ser asseado e vestir-se bem) aos comportamentos dos casais, com a extirpação da infidelidade conjugal e a dedicação aos filhos. Tratava-se de um cenário que reafirmava a busca de uma identidade nacional calcada no trabalho, na moral e no modelo nuclear de família.

É na sua relação com esses marcadores do discurso que passamos a descrever as minúcias do pensamento que permeia o tempo de Clarice Lispector.

No século XX, a esposa ideal, de acordo com a historiadora Mary del Priore, não possuía estudos – apesar de, quando pertencente à elite, saber ler, escrever, trocar cartas, confidências, participar de encontros sociais, conversas –, aprendendo atividades consideradas domésticas. Além disso, deveria sustentar as mesmas posições do marido, sem criticá-lo, mantendo a boa aparência sem despertar o ciúme do mesmo, assim como permanecer no ambiente privado na ausência deste. Cuidar do homem e estar sempre ao seu lado, esses eram conselhos primordiais.

Com o crescimento e o desenvolvimento urbano, a mulher entra em contato maior com os espaços públicos, onde se exerce o lazer, o comércio, o Clube, a Igreja, a Assistência e as camadas médias constroem círculos de sociabilidade. Esse jeito de ser inclui “[...] controlar seu andar, seu olhar, a expressão de sua boca” (Idem, p. 97), com a finalidade de manter a distinção do feminino, porque mulheres inteligentes eram consideradas perigosas e criminosas (DEL PRIORE, 2013, p. 66).

A preocupação com os cuidados de beleza não se opõe à sua função primordial: o casamento. Isso porque “[...] ser mãe e dona de casa era o destino natural das mulheres, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade” (DEL PRIORE, 2013, p. 67). Mesmo com a influência do cinema e do *american way of life*, adquiridos através do

cinema, da música e dos meios de comunicação, esse viés permanece. A beleza passa a contar com conselhos mais práticos e rápidos nos manuais de beleza, assim como regimes que prescreviam a redução da ingestão alimentícia, mas o foco do momento é o amor conjugal, alcançado através da beleza feminina, que atrairia pretendentes. Com essa perspectiva, os papéis sociais femininos avançam para os “Anos Dourados”, como caracteriza a historiadora Carla Bassanezi Pinsky quanto ao período de 1945 a 1964. Eram anos tidos democráticos aos olhos dos contemporâneos, tempo em que as distinções de gênero se mantêm tradicionais¹⁴, e tentam evitar acompanhar as transformações com conselhos, opiniões e padrões de condutas que continuem representando um universo separado para o masculino e para o feminino. Era um binarismo que afirmava que competia aos homens escolherem, assim detendo comando e posse sobre as mulheres, o que mantinha a submissão feminina às ações que se caracterizavam dentro dos limites destinados às moças direitas: “Submissa, obediente, discreta. A mulher certa. Apenas ela merecia ser a mãe dos filhos, a santa no altar doméstico” (DEL PRIORE, 2013, p. 72). Não tomar a iniciativa de falar com os homens, ser recatada, discreta e virgem – lembrando que cabia às moças frear as investidas sexuais dos rapazes.

Os artigos produzidos e publicados por Clarice trazem as marcas desse binarismo. Os temas tratados pelas revistas femininas são diversos:

A leitura das revistas traz à tona a “natureza dos sexos” e nos apresenta, entre outras, as figuras da “boa esposa”, da “moça de família”, da “jovem rebelde”, do “bom partido”, do “marido ideal”, da “outra” e da “leviana, com quem os rapazes namoram, mas não se casam”. Também revela concepções de “harmonia conjugal”, “jeitinho feminino”, “felicidade”, tais como eram divulgados na época. (PINSKY, 2014, p. 10).

A interferência das representações do meio social na escrita da imprensa é colocada como “guias de ação” (Idem) para padrões de família nuclear, composta pelo marido, pela esposa e pelos filhos. O importante era manter-se no padrão e, conseqüentemente, alcançar os fins desejados, ou seja, que o curso natural levasse as mulheres ao casamento e à maternidade, apontando-lhes a domesticidade como ambiente. É recriada a concepção de “essência feminina”, ainda abrangendo esse

¹⁴ Depois de vivenciar um momento de movimentos políticos e problemas mundiais, o Brasil via-se de forma positiva e democrática no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo se posicionado a favor dos vencedores. Ainda assim sentiu-se a necessidade de manter firmes as concepções da autoridade nas mãos dos patriarcas.

destino “natural”. Assim, “Se o casamento é considerado a porta de entrada para a realização dos ideais de feminilidade, as moças precisam ser educadas para que não se desviem desse caminho e não escapem do futuro reservado à mulher” (Idem). A instituição familiar é associada a um serviço à pátria, desde que siga os padrões hierárquicos ditados.

Nesse mesmo afã de educação das famílias, nos anos 1950, o desenvolvimento do país demonstra uma maior interferência estrangeira, em especial interferência dos Estados Unidos, incentivando gradativamente o consumismo em consonância com a expansão da classe média, sendo ofertados mais empregos nos âmbitos urbanos, em uma vontade de transformar a cultura para alcançar a modernização, dando importância à opinião da juventude. Para as mulheres, isso significou uma demanda maior de trabalhos considerados femininos, “[...] como uma extensão do lar: secretárias, professoras¹⁵, enfermeiras, donas de lojas de artigos femininos, decoradoras, costureiras, cabeleireira, manicure, pedicura, etc.” (PUGA et al., 2015, p. 645). Ainda que esses trabalhos fossem considerados secundários em relação à ocupação do patriarca, no entanto isso significou um espaço de conquistas e um aumento da escolaridade feminina. Sobre isso,

As escolas técnicas regionais, por sua vez, anunciavam naquele período uma novidade extremamente original: a possibilidade aberta para jovens de ambos os sexos de conseguirem estabilidade de emprego e salários atraentes mediante a admissão nos concursos públicos, onde homens e mulheres poderiam concorrer igualmente. [...]

O grande apelo às jovens interessadas em ingressar no mercado de trabalho que se expandia [...] era, porém, inegavelmente o da costura, um negócio essencialmente feminino e em franca expansão capitalista naqueles tempos. [...]

[...]

Por sua vez, as profissões mais rendosas e respeitadas socialmente, aquelas que idealmente exigiriam maior inteligência, liderança e raciocínio lógico, como a engenharia, o direito e a medicina, conservavam-se campos bastante restritos para mulheres, salvo raras exceções. (CAMPOS, 2009, p. 86-87).

Assim, faz-se significativo o aparecimento feminino nas transformações urbanas, tratando-se de lazer, de consumo e, conseqüentemente, do aumento de

¹⁵ [...] a prática docente configurava-se também como uma espécie de extensão pública dos papéis domésticos historicamente desempenhados pelas mulheres, especialmente o papel de mãe. Os alunos se tornavam simbolicamente filhos afetivos e substitutos daqueles que porventura as professoras não conseguiriam ter (CAMPOS, 2009, p. 83-84).

poder aquisitivo da população, ainda que de forma restrita a atividades de atribuições tidas como femininas.

Mesmo assim conceitos, como os da tradicional moral sexual, continuam discriminatórios ao tratar das relações de gênero, e a família se mantém como modelo a ser alcançado, como modelo de desejo, onde o pai é o chefe – decidindo e provendo o sustento, amparado pela constituição em vigor, tanto quanto a Igreja continua a pregar a submissão feminina ao masculino, inclusive colocando-se contra o trabalho da esposa e contra o divórcio.

A preocupação da Igreja era com a desagregação familiar que vinha ocorrendo. Em relação a essa propalada desagregação, a mulher era vista como responsável por se interessar pelas “[...] frivolidades do mundo, como a frequência aos cinemas e teatros, do que as necessidades da intimidade doméstica, como o cuidado com os filhos e o marido” (CAMPOS, 2009, p. 91). Essa avaliação eclesiástica fez com que se popularizassem “cursos de formação de boas esposas”, de “educação doméstica”, para a “formação da boa dona de casa”:

Neles se aprendia não apenas cardápios diferenciados para se tornar o cotidiano doméstico mais aprazível, mas as estudantes também se instruíam no manuseio correto das invenções “científicas” que aos poucos chegavam aos lares mais abastados, como a geladeira. (Idem, p. 92-93).

É da mulher o papel de mantenedora da família, porque do comportamento feminino depende a resposta masculina, ou seja, essa resposta é consequência da forma de gerenciar o lar que a esposa emprega. Caso a esposa cumpra com suas funções “naturais”¹⁶, evitando queixas, críticas e reclamações, então a família é mantida.

Apesar de todos esses conservadorismos, o cenário americano possibilita a entrada da mulher em espaços até então exclusivamente masculinos: o profissional, o do trabalho. E é nos círculos reais da vida cotidiana e longe dos idealismos criados pela literatura e pela imprensa que, aos poucos, ocorrem desbloqueios de saberes

¹⁶ Cozinhar para o marido, receber bem os amigos dele, limpar a casa sem incomodá-lo, cuidar da higiene das crianças, dar sempre preferência ao lar do que qualquer outra atividade, manter a boa aparência pessoal para que ele não se interesse por outras mulheres, evitar gastos desnecessários, conformar-se com o que é provido pelo marido financeira e emocionalmente, não provocar ciúmes, não discordar, ouvir com atenção, estar de bom humor quando o marido chegar em casa, ser paciente, carinhosa, não medir sacrifícios para agradar o marido, enfim, não dar motivos para que os homens reclamem. (LISPECTOR, 2006).

construídos sobre os papéis de gênero. A legislação, a medicina, a psiquiatria, a pedagogia, dentre outros setores do saber, verão seus discursos sendo corroídos por práticas sociais díspares e que provocarão significativas consequências no século XX.

3.1 A Fuga nas Relações e Papéis de Gênero

Embora francamente coercitivo, o discurso higienista contou com muitos modos de desvios que não conseguiu impedir. Um deles era o casamento entre homens velhos e mulheres jovens, já que esses velhos, antigos patriarcas do período colonial, compravam, com sua posição tradicional na sociedade e sua herança financeira, os corpos das jovens mulheres. Isso preocupava os médicos higienistas por alguns motivos. Um deles diz respeito às funções sociais destinadas pelas relações de gênero instituídas pelo discurso: aos homens, a produção econômica, enquanto às mulheres: a reprodução biológica. Era o elogio ao corpo jovem e reprodutor que, ao mesmo tempo, excluía o corpo velho e infecundo. Ainda nesse raciocínio, havia a preocupação com a insatisfação sexual feminina, que poderia levar a maus hábitos, como a masturbação – que se acreditava que teria relação com abortos e esterilidade – ou até mesmo o adultério, destruidores do bem precioso – o casamento e mau exemplo moral à prole.

Dessa forma, foi decidido que a sexualidade deveria pertencer à instância familiar, com os fins reprodutivos, prevenindo a prostituição e as doenças venéreas. Tudo isso visando prioritariamente a conservar biológica e moralmente a sociedade.

Freire (2004) escreve que libertinos, celibatários e homossexuais eram todos vistos como problemas, já que os primeiros degradavam a decência da instituição familiar, ao entrar em contato com o sexo promíscuo, fora do casamento, que trazia consigo doenças venéreas, como a sífilis, contaminando as mulheres e gerando filhos malformados ou até causando sua morte. Já os celibatários, quando decidiam se casar, estavam velhos, e os motivos de isso ser um problema já foram apontados. E o último negava a paternidade e, indiretamente, a instituição familiar, tão importante para o discurso. Para evitar a homossexualidade, ao homem foi permitido agir como macho e ter em suas mãos a propriedade da esposa.

A mulher higiênica, aquela que ocupa seu tempo amamentando, não corria o risco de se tornar concorrente do homem, numa tentativa de independência financeira e igualdade: “Os discursos procuravam colocar em evidência, por um lado, um tipo

desejável de mulher e, por outro, um tipo detestável” (MAIA, 2015, p. 212). Conforme o termo adotado no Código Civil de 1916, ela era “companheira” do homem, devendo dele depender¹⁷.

Deveria inclusive abster-se de leituras românticas e políticas, mirando uma educação voltada para o casamento.

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias [sic] que reforçassem a imagem da mulher-mãe. A mulher intelectual dava mal (sic) exemplo às outras mulheres. Obrigava-as a ver e, quem sabe, a acreditar que podiam substituir por iniciativa própria, sem concurso dos maridos. Emancipada intelectual e profissionalmente, a mulher comprometia o pacto machista firmado entre a higiene e o homem. A mulher que trabalhava punha em risco os termos do acordo. Tornava-se economicamente liberada do marido e intelectualmente equiparada ao homem. Sobre ela o machista não tinha o mesmo poder e a mesma ascendência. Sem a inferioridade da mulher, o machismo perderia parte de seu sentido. (COSTA, 2004, p. 260).

A mulher que se intelectualizava passava a ter senso crítico, passava a questionar as ordens do marido. Caso tivesse cultura superior a ele, deveria atuar como se não fosse assim, para não perdê-lo. A mulher emancipada financeiramente não dependia do homem para a sua sobrevivência, causando desequilíbrio no discurso adotado.

Outro comportamento reprovado era o das mulheres públicas, ou seja, das prostitutas e mundanas. Essas eram descritas como sedutoras e destruidoras de lares, como mulheres que buscavam o luxo, o prazer, fugindo de suas obrigações como mães e esposas, traindo, tendo ainda responsabilidade por transmitir suas doenças – derivadas de seus maus hábitos sexuais – para os filhos, através da gestação e da amamentação (quando praticada).

¹⁷ O Primeiro Código Civil brasileiro regulamentou os direitos civis, dentre eles, o casamento e o desquite. Como uma lei, mas, também e principalmente, como uma prática discursiva, ele criou e assegurou os direitos dentro da sociedade conjugal. Dessa forma, embora historicamente as mulheres tenham ocupado lugar de destaque na família, constituindo-se, em muitos casos, em suas mantenedoras, o código civil, baseado na ideia de prestações e contraprestações mútuas, legitimou a divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo e *tornou as mulheres casadas incapazes e dependentes*. Assim, o código não proibia diretamente o trabalho remunerado das mulheres, mas criava um instrumento jurídico de controle da autonomia delas durante o casamento e após o desquite, já que caberia ao marido autorizar ou proibir a esposa a seguir uma carreira profissional. Além disso, o marido era oficialmente o chefe da sociedade conjugal, cabia a ele a representação legal da família, determinar onde iam morar, e como detentor do ‘*pátrio poder*’ e do “poder marital” podia dispor dos bens tanto do casal como da esposa e, em caso de herança, era, frequentemente, ele quem recebia como “cabeça do casal” (MAIA, 2011, p. 114, grifos nossos).

Essas mulheres, segundo o discurso higiênico, eram ociosas e não se preocupavam com o futuro.

Embora o discurso médico afirmasse a velhice do homem como um risco à saúde da prole e à moral familiar, ocorreram muitos casamentos cuja matriz mais forte foram os costumes e não a clínica – casos que caracterizavam o Brasil de norte a sul. Levy (2009), em sua bibliografia, registrou uma narrativa de Gilberto Freire que bem caracteriza esse traço antropológico no país:

Gilberto Freire conta como um viajante estrangeiro relata o pedido de casamento: certo dia o pai entra na sala de visitas, acompanhado por um cavalheiro desconhecido, às vezes já quase velho ou já maduro. – "Minha filha", adverte ele, "este é seu futuro esposo". Às vezes o "futuro esposo" era uma surpresa agradável para uma menina de 14 ou 15 anos por se tratar de um jovem pálido de 23 a 25 anos, e o amor romântico se desenvolvia entre os noivos; mas, outras vezes, o "futuro esposo" era "um *nouveau riche* português, gordo, nédio, lá de meia idade – para uma menina igualmente de quatorze ou quinze anos – pescoço curto e mãos grosseiras" (2009, p. 118).

Ainda hoje estudos do IBGE apontam que as melhorias tecnológicas dos medicamentos seguem esse traço cultural tradicionalista, que afirma o casamento entre homens mais idosos e mulheres mais jovens. Obviamente essa contemporaneidade traz outros elementos do tempo presente, mas ainda repercute o papel do homem forte e provedor, mesmo que envelhecido.

3.3 Mantendo as Aparências

A urbanização trouxe a mulher às ruas, para consumir, para compartilhar do lazer, mas exigia cautela e limites. Os excessos levariam às doenças corporais, destituindo a mulher da amamentação, porque poluída, de corpo abalado. Poderiam inclusive causar a histeria nessas mulheres, tornando-as agressivas e nervosas, obrigando os médicos a providenciarem medicação, pois que as reclamações dessas mulheres não deveriam ser ouvidas, mas, sim, medicadas: "A esposa modelo *não discute e não se queixa*" (PINSKY, 2014, p. 237). Isso equivalia à seguinte proclamação: "[...] revoltas sufocadas, sacrifícios e submissão da esposa" (Idem, p. 233).

Inversamente, se isoladas em suas casas, sentiam-se sozinhas. Excessivamente preocupadas com a aparência pessoal e doméstica, envolviam-se

em problemas alimentares e psicológicos. A falta de conhecimento do mundo exterior as fazia alienadas dos assuntos que os maridos conheciam – e vice-versa, levando à falta de interesse conjugal. Ignorar frustrações, evitar crises de choro, ataques nervosos, aceitar uma situação de isolamento, de desigualdade como algo incontestável eram atribuições femininas. As mulheres que se considerassem “o centro do mundo” seriam avaliadas como culpadas por suas mazelas. A esposa dominadora no lar tomava o papel masculino como seu, e nisso o perigo de desestabilizar as relações de gênero tão duramente mantidas pela sociedade. Dominadoras, egoístas, prejudicam sua família.

Ao mesmo tempo houve a naturalização de papéis a serem desempenhados pelos homens.

É comum, nessa época [Anos Dourados], justificar as atitudes violentas e impulsivas dos homens como comportamentos inatos nos varões e inerentes ao masculino. Eles podem vir à tona caso haja “provocação”; esse argumento é usado, inclusive, para explicar crimes passionais cometidos por maridos e namorados. (PINSKY, 2014, p. 240).

Sobre os crimes passionais, é possível citar o próprio Código Penal de 1940:

Art. 140. Injuriar alguém [sic], oferecendo-lhe a dignidade ou o decoro:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, de quinhentos mil réis a dois contos de réis.

§ 1º *O juiz pode deixar de aplicar a pena:*

I - quando o ofendido, de forma reprovável [sic], provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3º *Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis (sic) o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo [sic]:*

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Diminuição de pena

§ 4º *Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço (BRASIL, Código Penal de 1940, s.p., grifos nossos).*

Como se definiu “injúria” e “motivo de relevante valor social”, esses acometimentos foram consecutivamente utilizados no discurso jurídico em caso de crimes passionais. Esses termos só podem ter algum sentido se vistos no tempo da cultura que os produziu.

Assim, portanto, aconselhava-se que as mulheres optassem por utilizar o “jeitinho feminino”, ou seja, alguns truques para que o marido concedesse as vontades da esposa, sem precisar entrar em atrito, reduzindo conflitos e defendendo o que lhe interessava como mulher: “Nem que seja nas aparências, o poder masculino deve ter a supremacia” (Idem, p. 249). Antes de fazer qualquer solicitação, era aconselhado atuar com fragilidade, com dependência, como quem precisa de proteção e cuidados, seduzindo-o e evitando que resistisse. Dessa forma, considerava-se que o marido continuaria feliz e, conseqüentemente, fiel o suficiente para não atrapalhar a continuidade familiar, o que não significa que os homens não estejam sendo adúlteros. Eles simplesmente retornam para casa: “É a forte ideia de que se o marido é infiel – além de corresponder à sua natureza de macho –, ele o é, em grande medida, por culpa da esposa” (PINSKY, 2014, p. 245). Era aconselhado às esposas que nem se procurassem em saber sobre os “deslizes” masculinos, não se queixar, não incomodar o marido, suspeitando de seu comportamento, cobrando satisfações. Essas aventuras eram vistas como “direito” masculino, valorizando a virilidade, a sexualidade ativa, a conquista de diversas mulheres. Seriam atos sem importância, triviais, na vida de um homem. O adultério masculino só tem mérito de classificação quando permanece por um longo período com a mesma amante: “[...] a sociedade permite ao homem quase tudo que nega à mulher 'respeitável', obrigada a ser contida, virtuosa e fiel” (Idem, p. 307).

Nesse cenário, muitas dubiedades de comportamento eram possíveis: mulheres submissas, mas também mulheres emancipadas; homens promíscuos, mas também homens cuidadores da família.

3.4 As Falhas de Conduta

Em se tratando de estereótipos normatizadores, há também o que Foucault (2011) define como “princípio de exclusão”, ou seja, o oposto ao tido como normal, que não deve circular no meio social como os outros, que deve ser separado. Segundo Del Priore, nesse período, no Brasil, eram banidas as mulheres infiéis, as mundanas, as desquitadas, as histéricas. Deveriam ser evitadas pelas mulheres direitas, honestas.

Distinguiam-se dois tipos de mulher: a respeitável, feita para o casamento, que não se amava, forçosamente, mas em quem se fazia

filhos; e a prostituta, com quem tudo era permitido e se dividia as alegrias eróticas vedadas, por educação, às esposas. (DEL PRIORE, 2013, p. 64).

Fazia-se importante estabelecer os limites entre esses tipos de mulheres. A mulher desquitada que vivesse com outro companheiro era malvista, sendo privada do contato com os filhos e auxílio financeiro do antigo marido. Além disso, essa mulher terá que conviver com o assédio e o desrespeito dos homens em relação a uma mulher que já pertenceu a outro homem. Dissolver o casamento é visto como um problema social, devendo ser evitado. A ideia é manter o casamento, onde a mulher deve fazer sacrifícios pensando, principalmente, nos filhos, em nome da manutenção da ordem. O homem desquitado, apesar de sentir menos a discriminação, também enfrenta preconceitos em relação aos filhos considerados ilegítimos, ou com as companheiras tidas como adúlteras.

As rivais das esposas legítimas são as amantes, devendo ser combatidas de todas as formas possíveis, dentro do permitido pelo discurso normativo. Por uma ameaça qualquer a uma união conjugal devem pagar, cabendo-lhes a discriminação social, o isolamento, o desgosto. A culpa sempre é transferida do homem para a mulher, a sedutora, destruidora de lares, aventureira, descabida, leviana, promíscua, pecadora, interesseira, egoísta. À mulher que foge do padrão da mulher corriqueira é atribuído o estereótipo de mulher que despreza as regras da sociedade, sendo considerada como rival movida pela luxúria, ou até mesmo pela inocência, no caso das mais novas. Percebe-se que o discurso pretende distinguir as ações certas das erradas, a fim de separar a esposa legítima, respeitável, fiel, dedicada, da amante, separação cuja finalidade, ao cabo, é proteger o modelo familiar.

Há um evidente saber que almeja separar a mulher ideal da mulher imoral; de ações que as identificam. É preciso desconfiar de todas as mulheres, das próximas às distantes, desiludidas com sua própria situação, incompreendidas, abandonadas, iludidas.

A prostituta exagerava em suas vestimentas e utilizava sua aparência para seduzir; uma mulher emancipada financeiramente que se entregava aos luxos, às necessidades sexuais, mulher que desconhecia ou não se impunha limites, criminosa, adúltera, alcoólatra, violenta, “[...] concentra tudo aquilo que pior existe na humanidade” (RAGO, 1991, p. 160). Com roupas decotadas e curtas, muitas joias para demonstrar seu *status*, maquiagem extravagante, o corpo marcado por

tatuagens, as prostitutas pertenciam ao mundo artístico, mascarado, assumindo papéis para explorar os homens e enriquecer às suas custas, na tentativa de adquirir aquilo que seria ofertado às esposas leais e direitas, ou até mais, por vincularem-se, essas mulheres públicas, a mais de um homem. E, para cada um deles, assumirem a fantasia que melhor atingia a cada um.

[...] joias, colares, pulseiras, brincos, que atestam o status da cortesã. Roupas brilhantes, escarlates, coloridas, negras, justas, colantes, vistosas, decotadas, insinuantes, realçando as formas físicas bem conformadas, [...].

Há uma forte associação da prostituta, e particularmente a de luxo, com o gosto utilitarista pela riqueza, com a forma pela qual ela explora o amante endinheirado, conseguindo extrair de suas mãos carros, apartamentos elegantes, roupas finas e muitas [sic] jóias. Explorada sexualmente, a prostituta explora por sua vez o explorador, num jogo circular de dominação, em que todos os gestos são calculados e pesados. (...) todos vivem papéis bem definidos, especialmente as mulheres que aí estão para inexisterem radicalmente enquanto sujeitos, metamorfoseando-se nas imagens que os olhares projetam sobre seus corpos. A feminilidade é transmutada em fetiche, objeto do desejo masculino. Contudo, a prostituta uniformiza os homens porque todos lhe são substituíveis. (RAGO, 1991, p. 195-197).

O luxo, a independência, os prazeres, a encenação, os acessórios, as gírias, o cabelo tingido, a diferente forma de falar, transferem às mulheres – e todas as que se assemelhassem em comportamento ou aparência – o estigma de poderosas e mortais, egoístas, ameaças aos casamentos, rivais das esposas legítimas, onde o homem assume o papel de vítima, fraco perante essa sexualidade e dissimulação, livre para ser adúltero e receber em troca uma mulher que o espera preocupada, carinhosa, dedicada e pronta a aceitar sua “natureza”.

No outro lado da moeda, avesso das “puras”, as “mundanas” e “artificiais” eram sinal de problema. Festas e bailes sem medidas, a frequência de lugares fechados, a promiscuidade de contatos físicos ou a excessiva coqueteria feminina horrorizavam até os médicos higienistas preocupados, então, com uma nova percepção dos corpos, voltada para a vida ao ar livre, natural e saudável. É deles a ideia de perseguir os “artifícios”, especialmente cosméticos, utilizados para esconder “defeitos físicos” que pudessem interferir no momento da escolha de uma parceira. As “mundanas” que faziam o possível e o impossível para atrair atenções, eram alvo de reprimendas vindas de todos os lados. Eram consideradas “artificiais” as que usavam recursos externos como trajes da moda e cosméticos, mas também as que tinham um comportamento corporal – poses e gestos – considerado excessivamente estudado. A hostilidade contra os abusos dos artifícios vinha, certamente, da vontade de limitar os apelos sexuais da aparência. (DEL PRIORE, 2011, p. 121).

Enriquecida e de certa forma emancipada, esta mulher pública assusta a sociedade patriarcal que poderia perder o controle sobre ela, a considerá-la louca e a interna em manicômios: “Se o marido puder sozinho sustentar a casa, o exercício de uma profissão remunerada por parte da mulher é visto como 'fuga' dos deveres domésticos” (PINSKY, 2014, p. 179). As mulheres que adentrassem a esfera pública deveriam continuar sendo orientadas pelos homens, mesmo que adquirissem seu dinheiro licitamente, como por heranças ou seu próprio trabalho. A sociedade não aceitaria outra conduta.

Essa emancipação era acompanhada de perto. Havia um saber higiênico, eugênico e científico que o aconselhava. Para as que trabalhassem fora, era aconselhado repetidamente que não perdessem sua feminilidade, fertilidade, delicadeza, ternura, principalmente sem se apegar ao luxo, às vaidades excessivas e diversões, que mantivessem sua reputação intacta. Mulheres não deveriam, não era “natural”, que mandassem, nem as “honestas” nem as “faladas”. Assim ressalta Margareth Rago:

As mulheres, em geral, não tinham uma profissão, eram mais dependentes e obrigadas a se submeter. E muitas aceitavam o mito de sua inferioridade biológica em relação ao homem. Sem independência financeira e sem espaço social reconhecido, a prostituta dependia de um cafetão para se transladar de um país ao outro, falsificar documentos e escapar da polícia. (RAGO, 1991, p. 277).

No binário normativo de mulher honesta/desonesta, nenhuma delas estava desvinculada do domínio patriarcal, perante o discurso. Existia o medo perante a emancipação feminina, por isso o comportamento masculino deveria ser de exclusão e de objetificação com as mulheres que não seguissem as regras sociais, tomando a iniciativa de falar com o sexo oposto, ou permitindo liberdades sexuais. Mulheres fáceis, acessíveis, perdem o mistério. O sexo era tabu, permitido ao homem e negado às mulheres que desejavam se casar. Virgindade era sagrada, era troféu do macho no casamento. “A palavra 'sexo' não era nunca pronunciada, e saber alguma coisa ou ter conhecimento sobre a matéria fazia com que elas [mulheres] se sentissem culpadas” (DEL PRIORE, 2011, p. 118). Algumas mulheres afirmavam que, para ser pura, era necessário manter-se ignorante.

Há uma clara convergência do controle dos papéis sociais para o controle do sexo. O sexo passa a ser algo impronunciável ou, quando dito, devia sê-lo dentro das

normas, dos ritos, dos controles. O casamento, no fundo, serve para isso: para o controle do sexo e seu direcionamento para a procriação. A medicina busca o útero saudável; o Estado, proles sadias. O mito da fertilidade incorpora-se no personagem feminino.

3.5 A Mulher Solteira

Ser solteira também parecia sinônimo de defeito, tanto quanto ser infértil, idosa ou idoso. Essas mulheres poderiam ser vistas como problema financeiro para a sua família, precisando necessariamente trabalhar para se sustentar, já que não conseguiu um marido que o fizesse: “Pais e maridos de classe média chegam a se envergonhar por terem filhas ou esposas trabalhando fora do lar” (PINSKY, 2014, p. 177). Ainda assim, o motivo de sua derrota social era questionado. Caso tivesse interesse, buscasse satisfação pessoal na profissão, teria que aceitar a solidão. Essas mulheres com profissão não serviriam para o matrimônio: “[...] se as mulheres querem igualdade de direitos, devem também abrir mão de seus 'privilégios'[o marido provedor e protetor]” (Idem, p. 185). Se tinha perdido suas oportunidades, se já não era mais virgem ou se agia como uma mulher desonesta, de qualquer forma, das solteironas se esperava um comportamento limitado, porque estar fora do casamento não significava ser livre sexualmente. O medo social da mulher independente financeira e sexualmente as fantasiava como “perigosas” para a instituição familiar, já que elas se recusavam à sujeição imposta pelo casamento, podendo obter

[...] uma existência mais autônoma, uma vez que poderiam constituir-se em indivíduos jurídicos e mais livres para investir na sua formação escolar, na carreira profissional e saírem da órbita exclusivamente familiar e da dependência masculina. (MAIA, 2011, p. 164).

Final feliz seria o daquelas que abririam mão do trabalho para dedicar-se ao espaço doméstico, enquadrando-se nos moldes. Segundo Maia, as demais eram mal vistas, porque capazes de herdar e administrar bens, sem herdeiros, sem sujeição ao masculino, sem família para se ocupar, desimpedidas e se tornando concorrentes no mercado de trabalho, em pé de igualdade com os homens. Isso era tido uma real ameaça ao padrão estabelecido pela sociedade para as famílias, pois viveriam para si, seriam provedoras de suas casas e a sua independência econômica se tornaria uma afronta à masculinidade professada, ao machismo construído, dando exemplo a

outras mulheres de que não lhes seria mais obrigação aceitar comportamentos desrespeitosos dos maridos provedores.

Do mesmo modo ocorreria com a mulher que, em seu casamento, não tivesse filhos. A mulher “seca”, infértil, era igualmente condenada pela sociedade da época.

3.6 Maternidade e Educação

Em relação à maternidade, considerada “naturalmente feminina” e até remédio para doenças das mulheres, sabemos que nem todo público feminino conseguiu seguir esse ditame: “Antes, [do discurso médico higiênico] o infanticídio, os maus-tratos e a exploração da criança eram comuns” (DEL PRIORE, 2013, p. 129), já que não se pensava ainda em infância. Então, abandono de crianças que foram abortadas pelo pai, ou seja, cujo pai não assumiu a paternidade e a mãe não teve condições psicológicas e/ou financeiras para criar a criança continuam ocorrendo. Muitas mães entregavam os filhos a instituições de caridade, com a esperança de, talvez posteriormente, retomar o contato. Alguns também eram abandonados na casa de pessoas ricas para obterem um destino melhor: “Monstro é a mulher que mata o filho. [...]. Tal crime é intolerável, mesmo entre as mais bárbaras! O infanticídio é imperdoável” (DEL PRIORE, 2013, p. 130). Em 1940 foi instaurada a prisão para a prática abortiva e/ou abandono de recém-nascido, salvo casos de estupro ou quando a vida da gestante precisava ser salva. De acordo com o Código Penal de 1940, havia penalidades tanto para a mãe quanto para aqueles que facilitassem tal prática:

Infanticídio

Art. 123. Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125. Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126. Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil [sic] mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Forma qualificada

Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevem [sic] a morte.

Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Exposição ou abandono de recém-nascido [sic]

Art. 134. Expor ou abandonar recém-nascido [sic], para ocultar deshonra [sic] própria:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - detenção, de um a três anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena - detenção, de dois a seis anos. (BRASIL, Código Penal de 1940, s.p.).

Mas a norma também inocentava no caso de coação física ou moral para a facilitação por parte da mãe. Também nos casos de estupro era possível o aborto, se consentido pela mãe.

Esses artigos trazem claramente a criminalização do aborto e dos agentes praticantes, vale dizer, ou a mulher ou o médico. Fica implícita também a indicação de uma “maioridade” para o ato quando ainda não se tinha esse conceito definido. Era monstruoso o abandono de crianças e uma prática muito comum. O casamento viria a reforçar esse laço do cuidado infantil.

A construção da maternidade como inata à mulher é forte até mesmo entre as mulheres. Mulher de verdade tinha que ser boa mãe. Na Era Vargas, “A preocupação era convencer a mulher de que o amor materno era inato, puro e sagrado, e que apenas por meio da maternidade e da educação dos filhos ela realizava sua 'vocalização natural'” (DEL PRIORE, 2013, p. 136). E mais,

Aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela “natureza” era identificada como “anormal”, pecadora e criminosa. Não amamentar, não ser esposa nem mãe significava desobedecer à ordem natural das coisas. E, como se não bastasse, ainda punha em risco o futuro da nação, por não formar bons cidadãos.

[...] a sexualidade só aparecia associada à procriação [...] A mulher destinada à maternidade não podia procurar prazer, e a ideia do orgasmo materno se tornava escandalosa, mesmo impensável. (Idem, p. 136-137).

Ou seja, o sexo não é fonte de prazer. É um grande gineceu que gera uma pátria, uma nação. É nesse mesmo gineceu que se separam as mulheres honestas das desonestas, as honradas do seu oposto. Isso ocorria também no Código Penal de 1940,

Posse sexual mediante fraude

Art. 215. Ter conjunção carnal com *mulher honesta*, mediante fraude:
Pena - reclusão, de um a três anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado contra *mulher virgem*, menor de dezoito anos e maior de quatorze anos:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Atentado ao pudor mediante fraude

Art. 216. Induzir *mulher honesta*, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena - reclusão, de um a dois anos.

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de dezoito e maior de quatorze anos:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos (BRASIL, Código Penal de 1940, s.p., grifos nossos).

No contraponto da definição legal de "honestas", "virgem" e "menor de 18", vem o seu contrário permissivo: "mulheres desonestas", "defloradas" e "maiores de 18 anos". Há uma permissividade implícita na proibitividade legal. Em ambos os casos, servem para demarcar o feminino, seja na sua dimensão positiva quanto na negativa. A lei reforça aquilo que a medicina e a moral ressaltam: a virgindade e a honestidade conjugal deveriam ser resguardadas para o casamento e não defloradas fora do tempo.

Esse papel ideal vem reforçado com outro argumento: a manutenção da prole pela amamentação. A preocupação com o comportamento e com as ações das mães ou futuras mães vem relacionada com a amamentação, porque as doenças consideradas morais poderiam ser contaminadas através do leite, pelos "germes" que passariam para as crianças. Era uma crença a de "[...] que o leite transmitia qualidades morais" (DEL PRIORE, 2013, p. 140). A gravidez na adolescência, que manchava a honra da família, era consequência para o sexo antes do casamento, já que os métodos contraceptivos como a pílula não eram utilizados até 1960. Muitas adolescentes eram abandonadas pelas famílias, encontrando dificuldades econômicas, interrompendo os estudos, gerando mais problemas pessoais e para a criança. Filhos de mães solteiras estavam, de antemão, condenados socialmente.

No caso de filhos desobedientes e desorientados, de quem era a culpa? E a resposta surgia imediata, de que a culpa era das mães, que não se esforçavam por educá-los. As feministas insistiam em que a educação feminina precisava melhorar para só então esse quadro ser transformado. Complementavam a ideia pedindo para que a mãe escolhesse seu companheiro, na livre escolha. Afirmavam que a mulher deveria/poderia se realizar em outras funções, que não só a maternidade.

3.7 As Feias

A aparência também recebia seu julgamento. O discurso higiênico trouxe consigo o padrão de juventude aliado à beleza e à saúde. Assim, a exclusão ou a anormalidade pesavam para as gordas, as feias e as velhas, conseqüentemente tidas como infelizes. A importância social feminina depende, mais do que tudo, de seu potencial de beleza, preconceitos que pesavam na hora de conseguir atrair os olhares masculinos e atingir o curso “natural” de suas vidas: “O celibato associava-se ao feminismo. E este, à feiura e masculinização” (DEL PRIORE, 2013, p. 276). Para manter a prerrogativa de seguir os padrões estéticos trazidos pelo regulamento de mãe e esposa, os defeitos físicos deveriam ser corrigidos mediante a aplicação dos ditames higiênicos e da determinação. Em 1920, a imprensa feminina trazia a afirmação de que era feia quem quisesse ser, pois quem se valorizava, quem se portava bem, essa tinha apreço por si mesma, não ia ser descuidada a ponto de se permitir ser feia e gorda: “As diversas técnicas dos cuidados da pele e de cabelo, as massagens, os recursos de maquiagem sustentam à (sic) partir daí a ideia amplamente defendida, de que as mulheres só são feias se quiserem” (SCHPUN, 1997, p. 93). Desconsideram-se ainda as prerrogativas econômicas envolvidas nesse querer: “[...] aconselhava-se, principalmente à mulher, a não perder a oportunidade de embelezar-se, mesmo que fosse por meio de cirurgia” (SANT’ANNA, 2014, p. 87). Preocupando-se em agradar o homem, em transparecer bondade, simplicidade, meiguice, dentes e pele bonitos, praticando esportes, a feiura se abateria: “O que estava em jogo era a transformação do corpo feminino em objeto de desejo fetichista” (DEL PRIORE, 2013, p. 224).

Aos poucos esse discurso da mulher feia se afasta do binarismo. Não mais se criam estereótipos domiciliares, o seja de mães, mas de mulheres formosas, bem produzidas. Entrava em cena a moda estética como uma forte tendência de mercado.

Modificar o corpo com produtos ou com cirurgias atingira também a gordura e a velhice, que andaram sempre juntas: “[...] a obesidade tornou-se critério determinante de feiura, representando o universo vulgar, em oposição ao elegante, fino e raro” (Idem). A gordura lembrava a inatividade, a improdutividade, o pecado da gula, a imoralidade, a falta de controle por si mesma, a falta de apreço pessoal.

Na história das feias, a mulher bucho da década de 1950 tendia a ser mais barriguda do que propriamente gorda. Seu maior problema era o de não possuir curvas sedutoras, saliências nos lugares em que o olhar espera encontrar vales profundos, apetitosas formas. Naqueles anos, a feiura feminina era expressa principalmente por um corpo “mal feito”. Também parecia muito feio ter um nariz grande, dentes careados, pernas tortas, pés grossos. (SANT’ANNA, 2014, p. 100).

A doença distingue o puro do pecaminoso, e essa impureza é resultado de comportamentos irregulares, traduzidos como um mal que pode estar na alma (na conduta) ou no corpo (na aparência). O impuro, facilmente descrito como malvestido, desgrenhado, nega-lhe a sanidade, transmite a ideia de desregramento moral, cabendo-lhe a exclusão. É um reflexo da metáfora bíblica do leproso, de acordo com Jorge Prata de Sousa (2011), da punição pelos vícios e pela má conduta.

Muitas doenças traziam a deformidade na aparência do acometido, causando grande choque visual e trazendo a separação do corpo doente, que causava um misto de medo e fúria nos saudáveis. E, novamente, se a feiura pôde, pelo discurso religioso, ser associada à doença, não foi graças a este que a associação surgiu. O próprio discurso médico se encarregou de engendrar, no seu discurso, a descrição do horripilante e do doentio, muitas vezes encarcerados nos muitos manicômios estendidos pelo Brasil. Alvo de muitos saberes,

Enfim, o corpo é o objeto sobre o qual se direciona todo um conhecimento multidisciplinar na tentativa de elucidar seu estado de saúde/doença, agora, porém, não mais com a exclusividade do saber biomédico, mas amparado por uma avaliação biopsicossocial. Ao incluir o social nessas questões, vale retomar o início de nossa reflexão: o caráter de sagrado ou sua construção social sobre o corpo, sem o qual não há como o homem criar sua subjetividade, sua identidade como indivíduo. Nesse sentido, por mais que o saber médico tenha secularizado o corpo, persiste uma estrutura de longa duração na maneira como se percebem os estados de saúde/doença. Longe da secularização proclamada pela racionalidade da ciência, o homem continua a interpretar a enfermidade como resultado de suas explicações mais elementares entre o sagrado e o profano. (SOUSA et al., 2011, p. 248).

Como dito por Sousa, há uma história de longa duração que caminha no sentido inverso dos papéis normalizadores. Dentre outros, é o caso do homem idoso; outros são as aparências do corpo da mulher, das formas da saúde, etc.

Embora seja percebida uma forma de resistência, como dito acima, foram intensas as práticas disciplinares. A disciplina foi direcionada aos dispositivos que associaram às práticas de prevenção de doenças o trabalho institucional, da vigilância. Em 1850 foi criada a Junta Central de Higiene Pública, posteriormente chamada, em 1886, Inspetoria-Geral de Higiene, para debater sobre assuntos pertinentes à saúde. Ao lado do saneamento das capitais – esgoto e água encanada – e dos “remédios para a beleza”, também foi organizada a higiene escolar, a dos espaços hospitalares e a dos Postos de Profilaxia. Passou a haver a distribuição de quinino, a organização da Guarda Sanitária e do serviço de Educação Sanitária com visitas às casas, ruas e ou estabelecimentos públicos e privados suspeitos de algum acometimento anti-higiênico. Ao lado dessas práticas administrativas, sempre continuava a defesa e ou a construção física ideal, associando higienismo e eugenismo:

No Brasil, a moda higiênica começou a penetrar nas escolas e contribuiu para a promoção da Educação Física. A laicização progressiva do corpo, vinculada à visão triunfalista da ciência, tendeu a inscrever o exercício físico na origem da vida humana. No seio do higienismo, a inspiração de cunho eugênico tendia a associar a limpeza da raça brasileira aos valores da ginástica e do culto à vida ao ar livre. Moda e ciência, apesar das diferenças, tendiam a se encontrar no mesmo afã por silhuetas higienizadas. Isso significava saúde, asseio e também o culto do *sportman*, avesso à palidez e às olheiras, às cinturas femininas apertadas por espartilhos e abafadas por espessos tecidos ou ainda às cabeças cujos cabelos se perdiam em caracóis debaixo de pesados chapéus. (SANT’ANNA apud PRIORE & AMANTINO, 2011, p. 304).

A vontade de obter uma raça saudável, de boa aparência e saúde, com corpos leves, rápidos, descontraídos, jovens, purificados, de cutis lisa, contorno longilíneo e muito mais à mostra vai se impor. A pobreza e a sujeira associaram-se, assim como a doença e a falta de cuidados, a ponto de serem demolidas habitações populares, causando revoltas dos habitantes por sentirem-se excluídos e violentados. Pobreza e corpos com germes e doenças pareciam sinônimos.

O costume de escovar os dentes foi desenvolvido no final do século XIX por um francês chamado Jules Ferry, que atribuiu o hábito higiênico, juntamente à lavagem das mãos, à prevenção de doenças tanto quanto à distinção social. O

consumo de sais de banho – associado à moda dos banhos de mar – virou sinônimo de higidez e rejuvenescimento, produto considerado exótico e consumido pelas famílias abastadas. Esses sais, junto aos demais itens industrializados para a purificação e o bem-estar social, entraram em voga (SANT’ANNA et al., 2011).

Além disso, o padrão de naturalidade vem se conferir para evitar a artificialidade. Investimentos que iam desde a alimentação, passando pela higiene, pela faceirice. Menos maquiagem era mais naturalidade, o que não ocasionaria erros na hora de escolher a futura esposa.

Enfim, esse era o ambiente em que viveu Clarice Lispector. Era um ambiente cujos discursos convergiam para a construção de uma República ainda com muito pouca presença física na sociedade brasileira. Então pairava ainda o nível representacional onde “evolução” e “civilização” eram termos gestores do saber científico, religioso e político. Os termos "higienismo" e "eugenia" copulavam naturalmente com as investidas miradas nesses termos, desdobrando-se em legislação, em modelos institucionais e em corporações profissionais – médicos sanitaristas, educadoras sanitárias, assistentes de saúde pública, professores, guardas sanitárias, etc. Nesse tipo de sociedade, higienismo e eugenia também eram componentes do modelo família, influenciando a educação de filhos, o relacionamento amoroso e a fidelidade conjugal. Enfim, os comportamentos ou os papéis sociais também vinham envolvidos por esses termos, cujos significados respondiam pela ordem do dia, ou seja, construir um Brasil Nação.

A existência de Clarice enquanto sujeito histórico, enquanto mulher, mãe e jornalista ou escritora, será profundamente marcada por esse contexto histórico. Afinal era esse mesmo contexto que lhe possibilitava existir, flertar, comentar, dialogar. Assim, na época, quando se desejava ter uma mulher “educada”, por exemplo, isso devia ser num sentido bem determinado, preciso, desse tempo; quando se desejava referir o amor conjugal, seja para emancipar ou para enquadrar o comportamento ideal, do mesmo modo isso se dava em sentido bem delimitado por esse saber médico, religioso e político do primeiro meado do século XX.

4 CONHECENDO CLARICE

4.1 Os Primeiros Passos da Autora

Quando se escreve sobre um autor, alguns problemas são sempre apresentados, pois junto com seu nome vem a sua história e a sua obra. Então não se trabalha mais esse autor como uma pessoa comum, mas se atribui a ele uma relação de apropriação, uma posição, bem como determinados conceitos e contextos. Suas práticas discursivas são ligadas ao seu nome e à sua escrita, esperando certa regularidade, certa demonstração de si mesmo, como uma classificação que supõe relação entre o que o autor produziu e talvez até um padrão para a autoria. É como se se esperasse apenas uma forma de discurso, singular.

Entretanto, todo discurso está sujeito aos aplausos ou às punições. O texto é carregado de riscos. É o que ocorre quando se assina um pensamento.

Segundo Foucault (1969), “[...] é preciso que ele [o autor] faça o papel do morto no jogo da escrita [...]”, desaparecendo, anulando-se, a ponto de “[...] permitir não somente dispensar a referência ao autor, mas dar estatuto a sua nova ausência [...]”, em um “[...] jogo das representações que formaram uma certa imagem do autor”. Se o autor representa, pode ser por necessidade e imposição, situações essas ocorridas pelas interdições discursivas ou por pura vontade de construir uma certa imagem. E continua:

Ele manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao *status* desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura.

(...)

A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (Idem, s.p.).

A função-autor permite que certos discursos se cristalizem enquanto verdades no interior de uma sociedade e de uma cultura. Auxilia na criação ou na coerção mascarada de papéis sociais, de concepções éticas e morais nesse mesmo ambiente. O autor traz consigo o peso de seu nome e de suas linhas, como se o que

fosse discursado a partir de certa assinatura tivesse credibilidade e, portanto, um valor estimado.

Escrever se tornou um risco e uma propriedade privada. Tornou-se um risco porque, enquanto tomada de posição, torna-se um discurso sujeito à repreensão. E se tornou uma propriedade privada porque, assim que se assina, se vincula o discurso a alguém e, por essa assinatura, esse alguém responde pelas ideias expostas no discurso proferido.

No caso em foco, está em jogo o papel de mãe e esposa, uma mulher judia, cuja família fugiu da guerra – da Segunda Guerra Mundial – e acabou no Brasil; mulher erudita, estudada, casada e divorciada; tinha uma vida pública, nos jornais, ou seja, extrapolava o papel doméstico e privado de gênero presumido pela sociedade circundante. Assim, esse é o lugar de fala da autora, e ela carrega esse lugar em fala consigo, em sua assinatura.

Além do mais, como se não bastasse, é preciso ater-nos ao fato do momento histórico brasileiro em que a autora publica, momento cerceado por censuras e por concepções tradicionais e religiosas. Sim, assinar um pensamento dentro desses moldes é se responsabilizar por ele.

Nesse interim, escrever com pseudônimos é criar personas que possibilitem certa distância, certa divisão de si. Foucault se refere a “quase-discursos”, com “pluralidade de egos”, não necessariamente no emprego dos pseudônimos, mas que, na forma como os tratamos aqui, também nos cabe. Entretanto, resta-nos afirmar que o autor entende a função-autor e suas interdições enquanto algo atemporal, porque todos os sujeitos não são somente subjetividades, mas são seu meio, suas leis, seu lugar de fala, seu ambiente, etc.

[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce, se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias [sic] posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (Idem, s.p.).

Clarice Lispector não é só uma mulher. Ela é a Ucrânia invadida, a fuga da guerra, o medo da perseguição aos judeus, a religião judaica, a vontade de animar a mãe enferma, a morte de sua mãe, a vinda ao Brasil, os lugares em que morou, as

peças com quem conviveu, o pai trabalhador, a depressão e os internamentos, o entrelugar de alguém que não é algo, mas também não deixa de ser, a (des)vontade de se encaixar, é a esposa, a mãe, é o discurso que define as esposas e mães, é a escritora, é a mulher pública, é o discurso que define a mulher pública, a mulher divorciada. Todas essas interdições são Clarice. Quando ela se opõe, ou quando ela agrega.

O lugar de fala de Clarice perpassa, então, o de mulher de classe burguesa, divorciada, mãe de dois filhos, preocupada com a situação financeira em seu lar desfeito e empregada em jornais, tudo isso numa sociedade patriarcal, preocupada com conceitos relacionados à família higiênica. Trata-se de um lugar marcado pela contradição.

O modelo de “família feliz”, como caracteriza Raquel Discini de Campos (2009), tem como integrantes as mulheres idealizadas, ou seja, as “[...] esposas afetivas, sadias, belas, instruídas e castas, companheiras perfeitas [assim como] para um marido também idealizado, laborioso, esforçado, portador de hábitos regrados, enfim”. Cada um desses dois integrantes tinha suas carreiras previamente pensadas, onde “[...] aos homens restava o papel de pais de família exemplares [...]” e às mulheres, a “carreira doméstica”.

Entretanto, havia uma grande motivação para esta idealização: um “núcleo doméstico idealmente feliz”, unido, amoroso, onde “[...] os filhos seriam protegidos e criados” (Idem, p. 105).

Para tanto, era necessário que o modelo de amor racional, burguês, tivesse maior preocupação em ser higiênico, racional, do que arrebatador, porque o excesso de romantismo era tido como perigoso, levando a escolhas equivocadas. Os pais, unidos pela “intimidade conjugal”, teriam como prioridade a criação da prole. As mulheres, apesar de terem alcançado maior visibilidade e importância nos papéis de gênero – principalmente com a inserção do monopólio do ambiente doméstico, continuaram sob a tutela dos maridos para várias situações previstas em lei, como exemplifica Campos:

A continuidade da tutela dos homens sobre as mulheres fica exemplificada quando se verifica a longevidade do Código Civil de 1916, que vigorou até o ano de 1943. O Código legalizava o trabalho das mulheres desde que elas obtivessem a permissão do cônjuge para exercer qualquer ofício fora de casa. Ao mesmo tempo, prescrevia que as casadas tomassem o sobrenome do marido, além de somente

poder aceitar herança, ou abrir conta bancária, com sua autorização. (CAMPOS, 2009, p. 119-120).

Nesse ínterim, a emancipação feminina ocorre, sim, mas a passos longos, submetendo-se a mulher, muitas vezes, a duplas e triplas jornadas de trabalho, no caso das mulheres menos afortunadas ou até mesmo no das de classe média. Também então competia haver famílias com um número reduzido de integrantes, porque preocupados com a boa educação/formação da prole.

Clarice, entretanto, figura como exceção à regra, como poderá ser demonstrado no decorrer da pesquisa, já que divorciada a partir de 1959 e, portanto, sem a tutela de um marido. Após apontarmos brevemente as interdições sofridas por Clarice, podemos pensar em sua escrita jornalística e responder a alguns questionamentos trazidos por Foucault, ao trabalhar a função do autor:

Talvez seja o momento de estudar os discursos não mais apenas em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam de acordo com cada cultura e se modificam no interior de cada uma; a maneira com que (sic) eles se articulam nas relações sociais se decifra de modo, parece-me, mais direto no jogo da função-autor e em suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que eles operam.

[...]

[...] como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras? Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. (FOUCAULT, 1969, s.p.).

Como se posiciona essa autora, apesar do uso de pseudônimos, nos jornais destinados à classe média? Envolvida nessa realidade, tem seus pontos de confluência quando aborda a aparência feminina e seus cuidados, por exemplo, e seus pontos de divergência, enquanto trata do contrato de casamento e da relação entre os cônjuges. Foucault escreve que o desejo é de “[...] examinar unicamente a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (Idem, 2011, p. 6). Clarice se apaga já que cada pseudônimo é persona criada? Ou se mostra visto que as interdições discursivas perpassam por ela e, portanto, por suas linhas? Ou toma um

lugar de fala enquanto mulher e se restringe às regras impostas? Há o que Foucault chama de “morte” ou “desaparecimento” do autor, pelas exigências feitas em relação aos contratantes dos jornais e ditames sociais de gênero, no país? O próprio uso de pseudônimos é uma possibilidade de demonstrar características enfatizadas na construção dessas novas personas. Existe, sim, a possibilidade de se anular brevemente, com o intuito de seguir uma proposta construída, mas isso não significa que a voz do pseudônimo não esteja emancipando a própria voz da autora. Entretanto, quando o pseudônimo é criado pensando em vínculos de contrato, de existências no contrato de trabalho, a possibilidade do desaparecimento é maior.

Sobre isso tudo, de pronto cabe registrar que nenhum dos pseudônimos de Clarice foge de seu lugar de fala, completamente, porque todos os três são mulheres. Se uma mais tradicional, outra mais consumista e outra preocupada com *sex appeal*, continuam sendo mulheres, que sofrem interdições discursivas da sociedade da qual fazem parte.

A sociedade é repleta de interdições, onde “[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2011, p. 9). Falar de Clarice como literata não é falar da autora como jornalista. Essas representações têm semelhanças e disparidades que não nos cabe trazer à luz, mas que se tornariam excelentes análises. Todavia, basta pensarmos que, na fonte aqui utilizada, Clarice escreve através de pseudônimos, e mesmo que a tentativa de ausentar-se em suas próprias linhas, seguindo apenas a caracterização de uma personalidade inventada, não nos parece inteiramente viável fazê-lo.

A autora cresceu na sociedade brasileira, sofreu as interdições dessa sociedade. Aprendeu sobre seu papel social. Essas experiências são demonstradas em suas linhas, assinadas com seu nome brasileiro ou não. É preciso analisar a “[...] maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (Idem).

A escrita, por outro lado, foi tomada como o meio mais explícito da construção da modernidade. Seu sentido obteve grande reforço quando associado ao nominado princípio de publicidade que cimentou as práticas jurídicas. Tal investimento elevou o texto escrito ao mais alto prestígio, porque escrever, publicar, tornar público criava, para os modernos, o desejo de reformar uma sociedade, de transmitir uma cultura como um conjunto de códigos capazes de reformular condutas. Tanto os escritos

“científicos” quanto os literários carregavam esses ares construtores ou reformadores dos costumes.

Na modernidade política, a educação formal, os jornais e a imprensa passaram a ter um papel igualmente político na formação desse novo cidadão leitor. No seu fundamento estava a vontade fundadora de um humanismo das Luzes que, segundo Foucault,

Através de diferentes práticas (entre as quais as das instituições jurídicas e de ensino) “formou-se uma certa idéia [sic], um modelo de humanidade; e essa idéia [sic] do homem tornou-se altamente normativa, evidente e é tomada como universal. Ora, é possível que o humanismo não seja universal, mas correlativo a uma situação particular. O que chamamos de humanismo foi utilizado pelos marxistas, pelos liberais, pelos nazistas e pelos católicos. Isso não significa que devemos rejeitar o que chamamos de “direitos do homem” e de “liberdade”, mas implica a impossibilidade de dizer que a liberdade ou os direitos do homem devem estar circunscritos dentro de certas fronteiras. (FOUCAULT, 2006. p. 299).

A humanização tomada como princípio universal, ou seja, certo conceito de humanização foi distribuído/construído pelas então chamadas “ciências”. Certas verdades foram difundidas como espécies de logocentrismo. A verdade produzida pela razão metódica foi e permanece, para o pensamento ocidental, o grande Logos, a direção da humanidade.

Nesse fulcro humanista vivido no século XIX e XX no Brasil, nele encontramos muitos personagens da literatura brasileira, dentre elas Clarice Lispector. Sua biografia, seus modos de dizer, de raciocinar por dentre os papéis masculinos e femininos, das proles e o modo de aconselhar seus leitores, demonstram esse mundo de conversação em cujo imaginário está submersa.

Clarice Lispector (antes chamada de Chaya) nasceu na Ucrânia, no início do século XX, em meio a perseguições antissemitas de uma guerra civil. De família judia, Clarice chegou ao Brasil com seus pais e irmãos (que adotaram nomes brasileiros) e residiram inicialmente em Maceió e, depois, Recife, onde a autora passou sua infância, inventando histórias para entreter a mãe cadeirante e doente (MOSER, 2011).

Sua mãe morreu em 1930, o que marcaria para sempre sua vida, por sentir-se, de certa forma, responsável. Quando criança, fantasiava que foi por conta de seu nascimento que sua mãe tinha adoecido. Em 1933, após leituras diversas, Clarice decidiu tornar-se escritora. Em seguida, seu pai resolveu mudar-se para o Rio de

Janeiro, com esperanças de uma vida melhor – e lá realmente a família obteve boas relações.

Clarice entrou no curso preparatório para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, optando por uma carreira de elite, inspirada pela ânsia de justiça, pela vontade de proteger os desprotegidos. Desejava reformar as penitenciárias. Ainda assim, continuou escrevendo. Nos anos iniciais percebeu que não iria exercer a profissão, mas não via problema nisso, mesmo porque muitos jornalistas, diplomatas e pessoas influentes faziam a escola de Direito e não seguiam o ofício.

Em 25 de maio de 1940 publicou seu primeiro conto, intitulado “Triunfo”, na revista Pan, em um momento de muita censura na imprensa brasileira, processo desvelado com o início do Estado Novo. No mesmo ano, Clarice perdeu seu pai, indo morar com sua irmã Tânia, e logo começou a trabalhar como jornalista. Poucas brasileiras conseguiam fazê-lo naquele período.

Ao construir o cenário sociopolítico brasileiro do período, faz-se importante lembrar que, a partir de 1930, o país é envolvido no fim da Primeira República com a deposição do presidente Washington Luís, isso seguido do empossamento de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório e medidas como a dissolução do Congresso Nacional. Vargas começa a construir uma situação de controle sobre o país, além de outras mudanças, como a criação do Ministério do Trabalho, a promulgação do voto secreto e do voto feminino. Movimentos como a Ação Integralista, de cunho fascista, e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda, nascem no Brasil.

Novas eleições ocorrem, pleito pelo qual Vargas é eleito presidente. Na época surge a União Nacional dos Estudantes, o Congresso é reaberto, e logo fechado novamente – e são extintos os partidos políticos, juntamente com um golpe civil de apoio militar. A ditadura é instaurada com o Estado Novo em 1937, assim como uma nova Constituição. A expulsão de estrangeiros¹⁸ é regulada por um decreto, e logo ocorre a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado ao presidente Vargas, e destinado a instaurar esse novo regime.

¹⁸ Os estrangeiros eram, então, estigmatizados como portadores de hábitos devassos, disseminadores de novos tipos de doenças e ainda como ameaça de subversão política. (RAGO, 1991, p. 109).

O Brasil então se une com os Estados Unidos da América, pressionado pelas condições da Segunda Guerra Mundial (em relação à qual o presidente anuncia a neutralidade brasileira), já que Vargas possuía um projeto de industrialização para o seu governo e os Estados Unidos seriam seus financiadores.

A primazia do poder executivo no Estado Novo fez com que Vargas fosse a personificação da autoridade do país, controlando inclusive as informações circulantes. O autoritarismo pretendia a obediência à hierarquia, a passividade política da sociedade, de acordo com Silvana Goulart. Assim, a autora afirma:

Vargas se propunha a realizar os desígnios “universais” da nação – tomada como um todo indiviso – pela via do poder pessoal. Essa oposição se resolvia na medida em que ele reivindicava para si a identificação com o próprio país: o aumento do poder pessoal implicando, então, na despersonalização do presidente, considerado suporte da comunidade. (GOULART, 1990, p. 16).

Pretendia-se um governo forte com um Estado situado acima de uma sociedade que não estava de todo formada, de classes sem projetos de legitimação de hegemonia, como descreve Alcir Lenharo, ou sem condições de confrontos: “A ordem corporativa proposta vinha confirmar, como se declarava então, a substituição do negativo conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes” (LENHARO, 1986, p. 22). Vargas instituiu valores morais a serem imputados através do Estado, para manter a ordem moral, a virtude cívica, ou seja, um pensamento conservador, feito através da “[...] propaganda e da educação [como] instrumento de adaptação do homem à nova realidade político-social” (Idem, p. 17). Nesse perfil político vemos claramente as matrizes do saber moderno ou, diga-se, do positivismo evolucionista, fomentando o imaginário da ciência política. Desnecessário é afirmar novamente que, ao lado dessa matriz, o eugenismo e o higienismo são significantes de uma subjetividade flagrante fomentadora dessas políticas, porque apresenta um perfil caucasiano, saudável, disciplinado e moralizador para a população.

Lenharo nomina de "populismo" a esse modo como Vargas pretendia auxiliar os trabalhadores, na figura de um pai que compreende e que assiste seus filhos e seu

esforço, compensando os que trabalhassem¹⁹ de acordo com os preceitos cristãos, numa sociedade mais justa.

O personagem-pai é uma subjetividade enraizada de muitos modos nessa sociedade contemporânea de Clarice. Quando a ciência política apela para ele, há, de fato, um “consenso” construído pelas matrizes de pensamento que torna possíveis ou assimiláveis os significados emitidos nas falas dos Sindicatos, da Indústria, da Igreja e dos discursos emitidos pelo próprio Getúlio.

Vargas pretendia criar os centros industriais e criar ordem no campo com a instituição da propriedade familiar da terra, uma sociedade, [(...) trata-se quase sempre de demonstrar que nesse período a sociedade] se configura apenas pelo poder do Estado (LENHARO, 1986, p. 24):

Vargas, em inúmeras oportunidades, chamou a atenção para o papel da imprensa, em particular, e dos meios de comunicação em geral, como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. O ofício do jornalismo era por ele chamado de “sacerdócio cívico”. Atribuía aos jornalistas grande importância na formação da opinião pública. (LENHARO, 1986, p. 39).

Através desses e outros meios, objetivando construir o que Fernando Arnold Lorenzon chamou de "raiz identitária", alimenta-se a mentalidade para apoiar as composições de poder. Para a criação de uma estrutura social tal faz-se necessária a construção de estratégias de legitimação. Utilizando-se da repetição, os valores começam a ser considerados corretos, justificando a identidade nacional inventada.

Nesse contexto de uma comunidade imaginária, e com o desenvolvimento dos estados nacionais, são implantadas políticas que levem a população a assimilar e difundir ideias de pertencimento a uma nação, fazendo com que se crie uma imagem cada vez mais forte e convincente de uma comunhão nacional da população onde incluem-se nestas políticas as criadas no âmbito educacional, com o objetivo de difundir essa identificação com o nacional desde a infância, ainda que, (...) esta comunhão seja meramente imaginativa.

Estas políticas visavam atender a um quesito essencial para o estabelecimento dos Estados Nações. Este quesito era a criação de um cidadão nacional que, através de sua identificação com o território em que está inserido (...) ajudasse a legitimar a identidade nacional

¹⁹ Dessa forma, o que se objetivava era “cercar” as áreas ocupadas com a nova proposta de colonização escorada sobre a pequena propriedade e, principalmente, sobre o sistema cooperativo de produção e comercialização, todo concentrado nas mãos de burocratas ligados à alta administração. Mais importante que isso, tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo (LENHARO, 1986, p. 15).

que era criada. Este cidadão nacional identificado com a nação servia também como ferramenta de legitimação do poder estabelecido em cada estado nação ou país. (LORENZON, 20--, p. 8).

A imagem de comunhão entre os pares deseja criar essa identidade nacional, que assimila, que difunde os ideais e legitima o poder estabelecido. Nesse ínterim foi criado o DIP²⁰, fazendo com que a outorga ideológica do novo regime aumentasse. O DIP foi responsável por divulgar e sustentar os ideais propostos pelo presidente, censurando o que não lhe convinha. Assim, manipulando informações, pretendia-se criar valores sociais na consciência popular, determinando um modo de vida, um comportamento, preservando a moral e os bons costumes, sempre seguindo a visão cristã acerca desses valores.

Qualquer aproximação ao estudo da propaganda no período detectará, necessariamente, o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos; ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo. As instâncias moleculares atingidas não ficam circunscritas a determinados espaços sociais; por isso mesmo, dão acabamento à obra da máquina da propaganda, podendo os condutores dos micropoderes ir do mundo do trabalho ao âmago do cotidiano de cada um para intervir em suas expectativas e sonhos, reorientar seus projetos de vida, docilizar seus corpos e mentes, o que pode implicar, reversivamente, numa nova relação política com o trabalho e imprimir um novo sentido até mesmo nas relações interpessoais. (LENHARO, 1986, p. 43).

Utilizar o mencionado Departamento para controlar e persuadir o meio social, fazendo com que novos sentidos fossem incorporados no cotidiano das pessoas e em suas relações pessoais, intencionando a preservação da tradição, isso realmente se fazia efetivo através dos meios de comunicação.

A escritora Clarice Lispector foi auxiliada por Lourival Fontes, diretor geral do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão de controle da imprensa durante o governo Getúlio Vargas, a fim de conseguir emprego no meio jornalístico, visto que Fontes tinha ajudado alguns judeus refugiados, e colocou-a para trabalhar na Agência Nacional como editora e repórter. O país lidava com duas ameaças na

²⁰ A criação do DIP em 1939 demonstrou cabalmente do que o Estado Novo foi capaz nesse setor. O órgão ficava subordinado diretamente à presidência da República e sob o comando de Lourival Fontes, com apoio direto de Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo, reinterpretores privilegiados das diretrizes oficiais. Eram atribuições do DIP controlar e exercer a propaganda e a censura, assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo (LENHARO, 1986, p. 39 e 40).

política brasileira: a esquerda comunista e a direita integralista (assunto sobre o qual não nos interessa aqui aprofundar análise). Entretanto, ambos causavam desconforto aos judeus, da forma como eram tratados pelos escritores antissemitas do período, como Gustavo Barroso²¹, que considerava comunismo, capitalismo e judaísmo uma mesma coisa. Em um momento de forte antissemitismo no país – com auxílio dos integralistas, como, por exemplo, Plínio Salgado – escritor e líder do movimento, eles se anunciavam como espancadores de judeus, com ideologia importada da Europa, com Hitler. Essa situação causava medo e insegurança aos judeus e a seus pares, que sofriam perseguições em vários ambientes sociais.

Não se via outra mulher com cargos como o de editora, no período. Clarice conseguiu publicar alguns escritos não só lá, mas também em revistas. Clarice pode ter se interessado em adentrar nesse meio porque o DIP publicava muitas obras. Goulart afirma que chegavam a uma publicação por semana. O Departamento era responsável também em estimular a arte e a literatura nacionais, com patrocínios. Entretanto, não deixava de pressionar os veículos de comunicação e dificultar o trabalho daqueles que não escreviam em prol do governo. A possibilidade de a escritora divulgar sua literatura através do contato com editores importantes também é pensada. Na revista *Vamos Ler!*, nela Clarice vira entrevistadora e repórter, misturando a ficção com as demais atividades. Opinava, interferia, utilizava metáforas, escrevia sobre o papel da mulher na sociedade.

Enfim, a biografia da autora está essencialmente ligada ao momento sócio-histórico em que mergulha a constituição de uma identidade para o Brasil republicano. Positivismo, eugenismo e higienismo convergem para a construção de um tipo de humanismo iluminista onde a escrita, o leitor e o apreciador com bons hábitos estavam na ordem do dia. Clarice era estrangeira, judia e mulher emancipada. Nada mais perigoso, para o imaginário social.

Ao mesmo tempo, a sua biografia a impulsiona ao exercício profissional. Ao contar os contos no leito da mãe, ao formar-se em uma profissão nunca exercida, ao mudar de nome para esconder a sua identidade, além da proximidade com o Departamento de Imprensa e Propaganda, esses são fatores que convergem para a sua singularidade.

²¹ Ver mais em MOSER, Benjamin. *Clarice*, uma biografia. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

4.2 A Busca pelo Amor e o Sentimento de Exílio

A autora apaixonou-se por um escritor homossexual chamado Lúcio Cardoso, e, pelas circunstâncias, não foi correspondida. Era um amor platônico. e gerou uma decepção amorosa. Isso, somado ao falecimento do pai, seu exigente trabalho e as pressões do estudo a levaram ao internamento por depressão. No fim de 1941, Maury Gurgel Valente, um colega da escola de Direito, herdeiro de um barão – quase falido – da borracha do Pará formou um casal com Clarice (MOSER, 2011).

Com o novo relacionamento, ela continuava nos quadros da gestão estatal, editando e atuando como repórter para a Agência Nacional, que noticiava para jornais e rádios do país. Pouco antes, Maury tinha ingressado no corpo diplomático e Clarice se preocupou em naturalizar-se brasileira, tanto por medo da Segunda Grande Guerra quanto pelos planos de casamento. Em 1943 seu desejo foi atendido, ela se tornou brasileira – e assim se descreveu até sua morte –, e 11 dias depois se casou com Maury. No fim do ano, o primeiro romance da autora foi publicado, sob o título *Perto do Coração Selvagem*, conseguindo, logo em seguida, o Prêmio Graça Aranha de melhor obra escrita em 1943. Pouco se passou e o casal deixou o Rio de Janeiro por cerca de vinte anos – com curtos momentos de retorno. O casal, vinculado ao exercício da diplomacia, conheceu a realidade de diferentes países, além de alguns de passagem, como o Egito. Em 1944 moraram na Itália e viajaram pela Europa. Em 1946 retorna ao Brasil por cerca de três meses. Retornam para a Europa, porém residindo na Suíça. Em 1949, a família retorna ao Rio de Janeiro. No ano seguinte, mudam-se para a Inglaterra. Em março de 1951 retornam ao Rio. Em setembro de 1952, mudam-se para os Estados Unidos da América. Em 1954, Clarice permanece no Rio com os filhos por cerca de três meses, depois retornando aos Estados Unidos. Em 1959 retorna ao Brasil com os filhos, divorciada, para ficar.

Clarice continuou se correspondendo com amigos escritores e com suas irmãs. Fez serviços de caridade no exterior, escreveu e publicou no Brasil, mesmo não residindo no país. A autora, devido à situação financeira de seu marido, poderia ocupar seu tempo escrevendo. Entretanto, parecia depressiva, e começou a fazer terapia.

A Hora da Estrela foi sua última publicação, em 1977. Este também foi o ano de sua morte. Clarice Lispector morreu no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1977.

Seu corpo foi sepultado, revelando então, e finalmente, uma sua identidade, no cemitério israelita do Caju.

4.3 Clarice Mãe

Em fragmentos das cartas de Clarice, Moser demonstra que a autora escreve sobre estar “cansada de mentir” para não discordar, para não contrariar, como se vivesse a vida de outra pessoa, atuando, adaptando-se a novos ambientes com frequência, o que a tornava deprimida e irritada, cansada de mudar-se, de viajar, de ser uma mulher com a qual ela não se identificava.

Com a vida assim, parece que sou "outra pessoa" em Paris. É uma embriaguez que não tem nada de agradável. Tenho visto pessoas demais, falado demais, dito mentiras, tenho sido muito gentil. Quem está se divertindo é uma mulher que eu não conheço, uma mulher que eu detesto, [...] É qualquer uma. (LISPECTOR apud MOSER, 2011, p. 306).

Sentia-se no exílio, vivendo uma vida que não era dela, com atitudes e posturas encenadas. Não era a mulher forjada na cultura brasileira que se havia naturalizado.

Em 1948 tornou-se mãe. Mas Pedro – nome do filho através do qual a autora homenageou seu pai – logo cedo demonstrou características que posteriormente foram diagnosticadas como problemas psiquiátricos, gerando mais um quadro de culpa, já que, durante a gravidez, a autora consumiu drogas para dormir, para inquietação, insônia, fadiga, entre outras afecções similares. Há que se lembrar que, pelo discurso médico e psiquiátrico, havia a pregação de um comportamento morigerado em função da eugenia e da moral da época, que atribuía ao comportamento imoral e ou até mesmo à infidelidade a consequência da má geração da prole. Esse peso cultural possivelmente a perturbe, além do uso de medicamentos pouco comuns para a época.

A maternidade alegrou-a, mas não o suficiente para libertá-la da depressão. No ano seguinte, a família Valente retornou ao Brasil e Clarice participou, com Rubem Braga e Joel Silveira (fundadores), Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino, das páginas do jornal *Comício*, onde Clarice utilizou o pseudônimo posteriormente retomado de Teresa Quadros. Rapidamente ela e a família retornaram às viagens e aos novos postos de Maury.

Em 1952, Clarice esperava seu segundo filho, Paulo Gurgel Valente. Paulo nasceu nos Estados Unidos e no mesmo ano a família foi para o Rio de Janeiro, momento em que a autora assinou contrato com a revista *Manchete*. Todavia, Clarice não escreveu para a revista até 1968. Teve, no entanto, o seu livro *Perto do Coração Selvagem* publicado no exterior.

O tempo agora não poderia ser reservado apenas para a escrita. Algumas vezes seu filho Pedro chegava a pedir para que não escrevesse, e Paulo lhe dizia para não escrever, porque sua função era de mãe. Como se não bastasse, publicar no Brasil não era tarefa fácil. Anos antes a autora tinha publicado o livro *O Lustre*, mas, ao terminar *A Maçã no Escuro* e depois *Laços de Família*, encontrou dificuldades para a publicação dessas obras.

Os contos foram terminados em março de 1955. [...]. Quase um ano mais tarde, em março de 1957, Rubem Braga tentava liberar os contos para publicá-los em *O Estado de São Paulo*. Sabino tentou publicá-los na Agir, a editora de *O Lustre*. Mais um ano e meio de humilhação se passou, e Erico Veríssimo encontrou um editor para os dois livros [...]. Por que era tão difícil encontrar um lugar para Clarice? A cansativa gangorra de esperanças frustradas e o espetáculo deprimente de se ver forçada, na meia-idade e no meio da carreira, a implorar por um editor, não melhoraram o estado de espírito de Clarice. (MOSER, 2011, p. 397-398).

Nomes ilustres da literatura intervieram em favor da autora: Fernando Sabino, Erico Veríssimo e Rubem Braga. Para piorar ainda mais o cenário pessoal, os filhos solicitam interdição judicial da mãe, devido aos constantes internamentos e manifestos períodos de desequilíbrio emocional.

No início dos anos 60, Clarice se torna uma das principais escolhas da revista *Senhor*. Isso é visível quando se observa que Clarice aparecia em uma edição, duas se seguiam, e novamente ela publicava, com anúncio destacado na capa. Em 1961 passou a ter uma coluna fixa na revista, que foi um divisor de águas em sua vida, fazendo com que ela fosse mais lida e se fizesse mais presente na imprensa escrita. Ainda em 1959, Clarice preparou-se para deixar o marido e voltar definitivamente ao Rio de Janeiro.

O amor não correspondido por Lúcio Cardoso, a falta que sentia do Brasil, vivendo na condição de um forçado exílio a que o cargo do marido a obrigava, isso aliado ao fato de não conseguir anuir com as exigências maritais, foram razões para a separação.

Mas o motivo maior seria a questão da dificuldade que Clarice encontrava para divulgar seu trabalho como escritora. Sempre que terminava um novo livro, precisava de muito auxílio no sentido de conseguir sua publicação. De acordo com Benjamin Moser, Maury, esposo de Clarice, tentou inclusive através do entendimento dos textos literários da autora buscar uma reconciliação, desvendando através das personagens de Clarice seus sentimentos e angústias, o que foi em vão.

Talvez eu devesse me dirigir a Joana e não a Clarice. Perdão, Joana, de não lhe ter dado o apoio e a compreensão que você tinha direito de esperar de mim. Você me disse que não era feita para o casamento, antes de casar. Em vez de tomar isso como bofetada, eu deveria interpretar como pedido de apoio. Faltei-lhe nisso e em muitas outras coisas. [...] Joana não precisava invejar Lídia nem você precisava invejar as famosas “mulheres doces” que se interpuseram entre nós, nesses dezesseis anos, e de quem você sentia ciúme [...]. Com essas premissas, não seria de estranhar que Joana visse o casamento como um fim, como a morte. [...] Sei que minha imaturidade, minha distração, minha falta de apoio, foram um dos polos da equação. Eu não estava preparado, (...) para dar-lhe mão forte, para ajudá-la a resolver o conflito que você tão eloquentemente refletiu no primeiro livro. (VALENTE apud MOSER, 2011, p. 407-409).

Não nos cabe aqui ponderar cada uma das personagens descritas por Maury na tentativa de compreender Clarice. Entretanto, fazer ligação da escrita da autora com sua vida e anseios pessoal parece pertinente.

Ampliando o exercício feito pelo ex-marido de compreender Clarice através dos personagens construídos por ela, esta pesquisa, de outro modo também percorre esta trilha. Os muitos discursos que eivam o período são como personagens que criaram perspectivas, imaginários que iam da nação ao comportamento individual, os papéis sexuais e sócias a serem assumidos por homens e mulheres. Clarice, mais uma vez, deve ser imergida nesse contexto linguístico para podermos compreender a genealogia dos sentidos, dos objetos e dos significantes culturais promiscuamente pensando a disciplina social.

4.4 Clarice Jornalista e o Uso de Pseudônimos

O uso de pseudônimo era algo comum na literatura brasileira²² e também na internacional. Gabrielle Houbre, ao analisar o caso de autoras literárias na França,

²² Agradecemos de forma especial a contribuição da professora Josiele Kaminski Corso Ozelame sobre este tema, quando da ocasião da apresentação deste texto para a qualificação. Ela nos alertou para

demarca questões importantes sobre o uso de pseudônimos por essas autoras. Uma primeira característica que pode remeter ao tempo de Clarice é o fato de que, escrevendo primeiro e principalmente para as mulheres, as romancistas se beneficiam com o aumento constante do leitorado feminino. Citando Anne Sauvy, Houbre afirma que o período de 1890 a 1950 foi aquele em que as francesas mais leram e que elas compõem o “[...] público mais ávido de leitura, principalmente de romances” (p. 326).

Houbre destaca também o avanço na alfabetização das mulheres, isso como consequência direta das leis escolares promulgadas e postas em prática durante a segunda metade do século. Um segundo avanço se refere à origem social das leitoras: “[...] oriundas principalmente da burguesia, ainda permanecem – em sua maioria – nos lares e podem dedicar tempo à leitura” (p. 327). Finalmente, o livro e o jornal constituem, nessa época, o entretenimento mais acessível, a forma cultural mais evidente, a que ainda não fazem concorrência os tímidos começos do cinematógrafo ou, *a fortiori*, o rádio e a televisão, segundo a autora.

Há grande semelhança entre o contexto francês e o período em que vive Clarice. Ela está inserida na identidade social e/ou cultural no momento em que esteve trabalhando para os jornais brasileiros, implantando em seus trabalhos valores e cultura – tanto relacionados ao ambiente privado quanto ao público. Muitas vezes, Clarice é mencionada somente enquanto escritora de romances, contos e crônicas. Entretanto, como afirma Márcia Abreu, em projeto supracitado, era muito difícil para um escritor sobreviver somente de literatura, o que levava muitos literatas a buscarem alternativas como os jornais e as traduções, ainda mais porque, com o maior acesso à leitura, os jornais serviam como um teste para futuras publicações mais custosas, como as da literatura, quando a escrita demonstrava boa aceitação.

Clarice Lispector atuou na imprensa a partir de 1940, antes de lançar seu primeiro romance. Esteve escrevendo para jornais e revistas até 1977, ano de sua morte. Aparecida Maria Nunes, na compilação *Clarice na Cabeceira: jornalismo*, afirma a imprecisão acerca do primeiro trabalho na imprensa carioca de Clarice Lispector. Escreve que alguns acreditavam que a autora iniciara sua carreira em 1943, com a publicação de *Perto do Coração Selvagem*, entretanto, surgiu a trilogia atualmente identificada como *Cartas a Hermengardo*, datada de 1941. Ainda assim,

o frequente uso do pseudônimo na literatura, embora cada autor e em épocas diferentes, tenha feito usos distintos.

Aparecida Maria Nunes explica que as informações não levaram em conta a trajetória de Clarice nas redações dos jornais, principalmente por falta de interesse em mencionar a Clarice jornalista. Assim comenta:

A imprecisão de certos dados biográficos nos textos canônicos sobre a autora de *A paixão segundo G.H.*, bem como daqueles provenientes das várias entrevistas que concedeu, não permitiu localizar com exatidão os textos de Clarice no periodismo brasileiro, tampouco a vida de jornalista que teve, prevalecendo deste modo as informações registradas por [Renard] Perez. Sabemos hoje que ela, mocinha do Rio de Janeiro, consegue emprego na Agência Nacional e no jornal *A Noite*. Aliás, é como repórter de *A Noite* que Clarice, em março de 1942, recebendo 600 mil réis mensais, tem o primeiro registro na carteira de trabalho. E, em janeiro de 1944, o de jornalista, no Serviço de Identidade Profissional. Nesse período, Clarice concilia o trabalho na imprensa com os estudos na Faculdade Nacional de Direito e ainda com a escritura de sua ficção. (NUNES, 2006, p. 13 e 14).

A autora trata, nos textos de imprensa aqui analisados, do discurso de gênero e dos papéis sociais por ele estereotipados. As relações de gênero exprimem a representação para ambos os sexos apreendida pelo discurso. Assim explica Maria Izilda S. de Matos:

Sem dúvida, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. [...] a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino definem-se em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. (MATOS, 2000, p. 16).

Assim, portanto, quando o pesquisador se refere ao estudo das relações sociais entre homens e mulheres, é significativo que não exclua parte de sua análise, incorporando a situação de desigualdade entre os sexos e de que forma essa situação interfere no conjunto das relações sociais, das definições e das delimitações de espaços para os sexos, na qual todos os seres humanos são classificados em um sistema de acordo com valores e hierarquias sociais construídas através de um discurso que naturaliza e normatiza esses papéis.

Além dessa relação histórica de os papéis sociais de masculino e do feminino serem definidos um em função do outro, é necessário atentar para a relação entre saber e poder, apontada por Foucault. Clarice vive em um período quando a sociologia positivista se expressa como a teoria organizadora do caos. O higienismo era visto

como a solução racial para o Brasil e, enfim, toda a questão racial obriga a retomar o assunto dos estrangeiros no país. A igreja católica e a teologia por ela mantida permanecem institucionalmente fortes e para a par com as narrativas sociológicas.

Tratando-se da fonte de concepções femininas expostas em colunas destinadas para esse público, essas não estão desvinculadas do convívio com o masculino, indubitavelmente, e desse contexto histórico que formaliza um modo de ser na década em questão. Fazem parte do mesmo meio social, cultural, assim como do mesmo espaço de tempo.

Carla Beazzo Bassanezi introduz a utilidade de fontes semelhantes para a análise desejada, demonstrando essa perspectiva demarcadora do tempo de Clarice:

Resgatando, analisando e comparando os discursos destas revistas podemos ter uma idéia [sic] de como se delinearam as relações homem-mulher em seus diversos aspectos, que vão desde a preparação do “destino feminino” até a convivência entre o marido e a esposa, passando pelas expectativas e imposições sociais, pelas idéias [sic] de felicidade, por insatisfações e decepções, pelos jogos de poder articulados em forma de dominação/submissão, de resistência e de convivência e complementariedade (BASSANEZI, 1996, p. 12).

É também nessa perspectiva que podemos ler expressões de Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Ela se baseia na mulher aprendendo sobre sua condição e sentimentos, num universo em que se encontra encerrada, desejosa do estudo sobre quais evasões lhes eram permitidas, sendo possível alcançar a compreensão dos problemas impostos às mulheres que instigavam ou caminhavam para um novo futuro. Acrescenta ainda que “[...] é o conjunto da civilização que elabora êsse [sic] produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino” (BEAUVOIR, 1960, p. 9).

Filha de seu tempo, Clarice escreve o que vivencia. Cada personalidade é assinada por um pseudônimo, porque representa características e discursos apropriados para um público leitor e finalidade específicos. Não há como a autora desfazer-se de si mesma, mas há como evidenciar, enfatizar propósitos requisitados para a escrita de cada pseudônimo. Enquanto um pseudônimo enfatizava a mulher comum, dialogando com outras mulheres consideradas comuns, ao outro pseudônimo foi dada a função de estimular o consumo de suas leitoras, de forma indireta, discreta, ou seja, uma publicidade disfarçada de conselho. E, por fim, o pseudônimo de modelo de beleza e juventude. Fica a questão sobre o motivo do emprego de pseudônimos,

por tantos autores. Uma vontade de se libertar de si mesma, ou talvez a vontade de tentar algo novo, diferente... os pseudônimos cumprem esses papéis, de uma forma que não seja tão arriscado para quem os adota.

Ser alguém pode ser uma prisão: de certa forma, um nome sempre carrega o peso de uma história, de uma fama e de alguns hábitos. Na literatura, escapar de si mesmo é um expediente comum; na verdade, um dos motores da ficção e dos versos é a permissão para inventar para si mesmo um papel, uma linguagem e um olhar diferente a partir de um narrador, por exemplo. Quando isso não é suficiente, no entanto, sempre existem outras formas, tão radicais quanto comuns: os pseudônimos. (Jornal do Commercio, 21 de julho de 2013).

Tratava-se então de inventar um novo olhar, uma nova persona, e tentar um discurso diferente, uma nova linguagem, sem correr tanto risco de reprovação. Atualmente, graças à *best seller* inglesa J. K. Rowling²³, que resolveu escrever com o pseudônimo Robert Galbraith, o assunto vem sendo tratado com mais entusiasmo pela mídia, que admite a prática como sendo comum entre os literatos em geral. Comentando sobre a experiência, a autora afirmou, de acordo com o jornal supracitado, que utilizar um pseudônimo foi uma forma de lutar contra a repressão, contra a expectativa e contra a própria estética, considerando a invenção dessa nova persona algo libertador. O jornal afirma que, para Nelson de Oliveira²⁴, escritor paulista, usar um novo nome literário foi uma oportunidade de se reinventar, ou de reinventar seu próprio mundo, salvando o autor de repetir-se e de ser sempre o mesmo.

Clarice, por sua vez, reuniu as várias representações de mulher brasileira desse período em suas colunas. E dialogou com todas. Esmiuçar sobre cada pseudônimo adotado e a maneira como são apresentados discursivamente pode auxiliar no entendimento dessa prática, pela auto

²³ A autora começou a escrever com seis anos de idade, e os *best sellers* se referem à série de *Harry Potter* e outros: *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, 1997; *Harry Potter e a Câmara Secreta*, 1998; *Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban*, 1999; *Harry Potter e o Cálice de Fogo*, 2000; *Harry Potter e a Ordem de Fênix*, 2003; *Harry Potter e o Enigma do Príncipe*, 2005; *Harry Potter e as Relíquias da Morte*, 2007; *Quadribol através dos Séculos*, 2001; *Monstros Fantásticos e onde Encontrá-los*, 2001; *Morte Súbita*, 2012; *O Chamado do Cuco*, 2013; *The Silworm*, 2014. Com o pseudônimo Robert Galbraith, publicou a obra *The Cuckoo's Calling*, em 2013.

²⁴ Em 2007, já com mais de dez livros publicados e alguns prêmios no currículo, Oliveira anunciou aposentadoria literária. "Senti que a obra ficcional do Nelson estava completa, nada mais havia para ser dito", diz Oliveira, referindo-se a sua própria trajetória. Ele já havia publicado, nesta primeira década do século 21, alguns livros, voltados para o público jovem, assinando como Luiz Brás. Então, há exatos três anos, decidiu fazer de Luiz Brás o autor dos livros ficcionais que ele, Nelson de Oliveira, escreve (SANTOS, 2010).

5 OS DISPOSITIVOS DO DISCURSO

Em 2006, a Editora Rocco, por trabalho da pesquisadora Aparecida Maria Nunes, publicou a obra *Correio Feminino*, de Clarice Lispector. É uma coletânea da autora em seus momentos jornalísticos anteriormente publicados em três colunas femininas entre 1952 e 1961. “Entre Mulheres”, coluna do tabloide *Comício*, publicada entre maio e setembro de 1952; “Correio Feminino – Feira de Utilidades”, produzida entre agosto de 1959 e fevereiro de 1961, no jornal *Correio da Manhã*; e “Só para Mulheres”, publicada entre abril de 1960 e março de 1961, para o jornal *Diário da Noite*.

O livro *Correio Feminino*, que compila algumas colunas escritas por Clarice Lispector utilizando pseudônimos, aborda temas do cotidiano que abrangem as relações de poder entre homens e mulheres, tanto na esfera privada quanto na pública, em temas como trabalho, filhos, *sex appeal*, a imagem do outro, orientações de como proceder, ou seja, representações coletivas. O discurso da autora é embebido em conselhos sobre o que seria considerado como papel social feminino.

Por assemelhar-se aos códigos de conduta ou manuais de etiqueta utilizados para sistematizar o comportamento da sociedade, possui mediações, exemplos, expectativas sociais em torno do comportamento feminino e do masculino. Andréa Lisly Gonçalves, em seu livro *História & Gênero*, afirma que Miguel do Sacramento Lopes Gama, padre pernambucano e vigoroso publicista que atuou em mais de sete jornais, possuía escrita semelhante, porém com o posicionamento de crítica aos costumes e hábitos, julgando-os ridículos e até irracionais. Gonçalves demonstra com imagens e explicações a sátira que o clérigo utilizava, comparando a moda em transformação do período com animais, encontrando essa analogia no assunto. Assim explica:

Um de seus alvos prediletos eram não apenas os modos mas também as modas adotadas pelas mulheres, ao ponto de não esconder seus preconceitos misóginos. Os quadros quase caricaturais que compunha sobre muitas mulheres de seu tempo indicam, na “contramão”, que aquelas não seguiam, estritamente, as normas previstas nos manuais, fosse pelo figurino com o qual desfilavam no espaço público, fosse pela forma com que (sic) estabeleciam relações com o sexo oposto. (GONÇALVES, 2006, p. 114).

Em distintos séculos, com autores de gêneros diferentes, mas tanto Clarice quanto Miguel do Sacramento Lopes Gama, ambos discursam sobre modelos de feminino e de masculino, na relação de um com o outro, em um processo adquirido pelas pessoas no acúmulo de conhecimentos de forma casual e não intencional e organizada, adquirindo atitudes e comportamentos relacionados às suas experiências diárias, ou seja, em um processo de livre aprendizagem e transmissão de saberes e de comportamentos da sociedade, realizada nas atividades de lazer, nos veículos de informação, em um processo permanente, como aqui demonstrados.

Parafraseando Beauvoir no livro já citado, não se trata de enunciar verdades eternas, mas descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve a existência feminina. Afinal, a submissão ou servidão voluntária já vem sendo estudada desde o século XVI por Etienne de La Boetie. As relações de poder não param de ser tema atual e interessante.

É preciso considerar que, além do saber científico e dos papéis sociais diferenciados, havia o hábito de escrever, de divulgar e de criar associações ou sociedades educativas em torno de Manuais de Comportamento. Pinsky, em trabalho similar, utiliza revistas femininas dos Anos Dourados. Eram revistas que funcionavam como esses manuais de comportamento. Ao descrever sua fonte, Pinsky afirma:

Casamento, filhos, moda, beleza, culinária, prendas domésticas, decoração, crônica social, etiqueta e “matérias de comportamento” compunham universo de assuntos das revistas destinadas ao público feminino nos Anos Dourados. Tratava-se de uma gama de temas cujos referenciais obrigatórios eram os papéis domésticos tradicionalmente reservados às mulheres e as características consideradas “próprias da mulher”, englobadas na ideia de “feminilidade” que então se difundia. Todas as revistas promoviam e valorizavam a “família brasileira” – na verdade, um determinado tipo de família proposto como modelo para toda a sociedade. (PINSKY, 2014, p. 23).

A autora elucida então do que tratavam esses Manuais de Comportamento e quais os seus objetivos, pensando sempre na manutenção da tradição, nos padrões sociais, inserindo a mulher no ambiente privado, dentro da maternidade, do casamento, sabendo que as revistas poderiam ser vistas por qualquer pessoa que transitasse nesse mesmo ambiente familiar. Diferenciavam-se das do século XIX, que trazia como modelo a Europa²⁵, e seguem o padrão estadunidense, no então século

²⁵ Antes mesmo dessa intensa atividade de circulação de livros, as revistas e os jornais já viviam um momento pujante e diversificado. “A imprensa do século XIX já nasceu internacionalizada, com títulos e modelos que se repetiam”, diz Tânia de Luca. “A grande novidade do século seria a incorporação

XX, copiando muito do que se publicava por lá, lembrando sempre de criticar as liberdades do meio cinematográfico (exemplos que não se encaixavam no padrão desejado pela sociedade brasileira), colocando artistas em outro patamar social, que não o tradicional.

Um Manual de Comportamento muito observado é o da revista *Housekeeping Monthly*²⁶, através de um artigo que trazia um ditame, regras de como as mulheres deveriam proceder tratando-se dos filhos e do marido, usando tecnologias ou cosméticos. Nela se ditavam conselhos sobre como ter o jantar pronto para quando o marido chegasse, parar 15 minutos antes do marido chegar e se embelezar para que o mesmo não a visse maltrapilha, animar o marido evitando aborrecê-lo, deixar as crianças arrumadas para recepcionar o pai, recebê-lo sempre sorridente e disposta a ouvi-lo, sem reclamar de atrasos, sem perguntar ou questionar, sabendo seu lugar, já que o homem é o dono da casa, entre outros.

Era importante sempre salientar o que tinha de “natural” no comportamento binário sexual, pensando na maternidade e no casamento como mais importantes do que a carreira profissional – pelo menos para as mulheres.

Boa parte das páginas da revista é dedicada à culinária, prendas manuais, decoração e organização do lar. Há também seções especiais a respeito do cuidado com os filhos [...]. Muitos assuntos são tratados na base do “é comum”, “costuma-se” ou “não fica bem”. O recurso à ciência como base de argumentação, por exemplo, só será encontrado em textos sobre crianças, e apenas a partir de meados dos anos 1950, quando a revista passa a divulgar com maior frequência a opinião de médicos e enfermeiras, mas, mesmo assim, muito marcada por concepções religiosas e morais. De todo modo, o que é dito sobre maternidade transmite e reforça os códigos morais vigentes a respeito do papel feminino no lar, além de procurar submeter as mães ao saber médico (numa época em que ainda é muito comum recorrer a

de imagens”. Essa novidade se refletiria em publicações como a Revista Ilustrada, fundada no Rio pelo caricaturista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, que circulou de 1876 a 1898. Era um periódico predominantemente de humor satírico e engajado: a linha editorial defendia a República e a abolição da escravidão, num período em que as duas campanhas se encontravam na ordem do dia.

Nessa época eram comuns as publicações que discutiam ideias políticas e filosóficas. “Muitas revistas e jornais selecionavam e traduziam textos de outras publicações, e isso era feito em escala mundial”, conta Márcia [Abreu]. “Causas como a formação dos estados nacionais e a República eram temas de textos traduzidos, reimpressos e assimilados, formando uma grande comunidade em sintonia com as novidades da época, inclusive científicas”. O mesmo ocorria com as revistas dedicadas à moda e ao público feminino, que continham também jogos e charadas, além de notícias do mundo do espetáculo. Algumas revistas de moda publicavam moldes de vestidos criados na Europa e traziam no texto sugestões de adaptações para o clima quente dos trópicos (FERRARI, 2016). Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/02/19/globaliza-ca0-no-seculo-xix/>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

²⁶ Ver mais em: <<http://awebic.com/cultura/guia-boa-esposa-1950/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

remédios caseiros e à sabedoria de avós e parteiras). (PINSKY, 2014, p. 27).

Com intenção de manter o então tradicional discurso adotado pelos médicos higiênicos, o papel feminino é o da maternidade e da vida doméstica, mas reforçado por conselhos médicos de higiene e saúde. Nem só do extremamente tradicional se bastava a revista. Havia também as mulheres poderosas:

Há muitos exemplos em *Jornal das Moças* [uma das fontes da autora] de imagens femininas poderosas elogiadas e reforçadas. Eles estão ligados às figuras da esposa e da mãe – a fada, a santa e a rainha do lar – e correspondem a um poder (nem sempre evidente) sobre a felicidade da família, o bom andamento doméstico e o potencial de sucesso do marido. (PINSKY, 2014, p. 272).

Na Imagem 1, abaixo, podemos perceber a narrativa implícita na imagem do Manual. Homem e mulher estão elegantemente vestidos e de forma higiênica. As faces transmitem tranquilidade. “Descansando” em uma espreguiçadeira, o modelo de homem que lê seu jornal e contempla a bela esposa: limpa, bem vestida, habilidosa e “cosmeticamente” tratada: cabelo e batom bem expressivos, enquanto ela costura.

Imagem 1



Fonte: <<http://awebic.com/cultura/guia-boa-esposa-1950/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

Para não deixar de ter efeito no comportamento daqueles que se consideravam mais modernos, para eles a revista também trazia discursos, mas sempre aconselhando um papel social destinado para cada sexo.

Em um momento de ascensão da classe média, alcançado por intermédio do crescimento urbano e de mercado, ampliou-se também a participação feminina na cena pública da mulher como consumidora. Sem perder a graça – cantante, bela, bem vestida e de salto alto –, ela usa um aspirador de pó. O ambiente da casa também não é qualquer casa. Como disse Houbre (2002), era o lar de uma mulher burguesa.

Imagem 2



Fonte: <<http://awebic.com/cultura/guia-boa-esposa-1950/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

A imprensa feminina preocupava-se com vendas e, para tanto, era importante instituir a representação binária já citada: a mulher branca, consumidora, mais a família com seus papéis masculino/feminino bem definidos, além da cultura da felicidade diretamente ligada à aquisição de bens, assim como manter-se na moda ditada. Tudo isso era visto como verdade absoluta, como algo comum, universal, sem se cogitar que fosse algo socialmente construído. Os órgãos de imprensa, portanto, por interesse de seus patrocinadores, desejavam manter a ordem e fazer com que as pessoas se adaptassem às receitas de conduta, às regras de vida, ditando o certo e o errado. Acerca da influência midiática nos ambientes público e privado, Antoine Prost escreve, em capítulo da obra *História da Vida Privada: da Primeira Guerra a nossos Dias*, que a publicidade “invade” principalmente o universo privado, trazendo desejos e regras de comportamento:

O universo da vida privada não está apenas em contato direto com todo o planeta: ele é invadido de todos os lados por uma publicidade que, junto com os objetos de consumo, veicula um novo modo de vida e talvez uma ética.

A publicidade, de fato, contribuiu muito para o esboroamento das antigas regras da vida privada. Sendo destinada por definição a propor novidades, ela precisava eliminar as resistências.

Assim, de maneira branda e discreta, a publicidade modela a vida cotidiana de nossos contemporâneos. [...] Os gostos e as modas se uniformizam, enquanto cada qual julga que está se personalizando mais. A ilusão de independência alimenta o conformismo.

O paradoxo desse conformismo e emancipado não se restringe aos modos de vida e objetos em comum. Ele diz respeito aos valores e às ideias. Os meios de comunicação sussurram aos ouvidos de cada um os grandes princípios do momento. [...] A pessoa julga que está pensando por sua própria cabeça, e repete a opinião do cronista mais recente. (PROST, 2009, p. 129 e 130).

O que se vê nos manuais de educação feminina são imagens de uma mulher moderna, ainda que do lar. É preciso compreender que no século XVIII a mulher não tinha conquistado o direito de opinar sobre os valores e destinos de sua família.

[...] a crença na importância dos papéis sociais desempenhados por mulheres e crianças, figuras tidas por muitos como cruciais para o progresso da região [sudeste] e do País, já tinha se cristalizado e, paulatinamente, a certeza tão transparente da redenção da nação por meio desses personagens se transformava numa abundância de leis e práticas não apenas nas terras paulistas, mas em todo território nacional.

A sensação de caos social que se disseminava nos anos de 1920 e em parte dos anos de 1930, no final dessa década já estava, contudo, aparentemente sob controle, especialmente em razão da emergência da ditadura do Estado Novo, símbolo maior do que significava a modernização conservadora em curso. Ao mesmo tempo, a moralidade sexual das mulheres e a harmonia familiar, que estavam supostamente fora de ordem nos anos de 1920, em fins da década de 1930 já não assustava tanto – quem sabe porque a arte das famílias estivesse realmente normalizada, quem sabe porque o imaginário sobre a sexualidade feminina, as modas ou sobre a infância, estivesse efetivamente se transformando. (CAMPOS, 2009, p. 26).

Sob o signo da modernidade ou civilização, esse papel significou uma conquista, um marco, do controle do espaço privado. Em termos de *marketing*, essa era a representação de apelo. Auxiliando nas imposições cotidianas, a publicidade traz o desejo de consumo travestido de singularidade e conquistas sociais no espaço privado. Entretanto, o que realmente está presente é a produção em massa e a falsa impressão de emancipação. Dessa forma, também modela o cotidiano em um discurso proclamado a um vasto segmento da sociedade.

Ao analisar a escrita de Clarice, é possível perceber que a investigação que a permeia acaba trazendo um viés geral sobre o discurso de gênero, mais precisamente

da classe média dos grandes centros urbanos, percebido inclusive nos títulos de suas publicações, como “O que os homens gostam”, “Cultive a boa aparência”, “Ser mãe”, “Dirigir um lar”, “Orientação aos filhos”, “Limpar a casa e ficar bonita”, “Compreenda seu marido”, “Marido e mulher”, “Você está pronta para casar-se?”. Há a influência que se move entre temores, esperanças, sentimentos desencadeados em pessoas comuns. A escrita fornece informações sobre o comportamento adotado, aponta os limites culturais e sociais construídos historicamente, por exemplo, quando Clarice aborda a feminilidade (que deve ser sempre cultivada, mesmo pelas mulheres que transitam no ambiente masculino, ou seja, as mulheres que trabalham).

Se você trabalha fora, comanda ou dirige equipes, trata de assuntos comerciais com homens, interessa-se, *por força da profissão*, pela cotação do mercado, pela contabilidade mecanizada, enfim, se você é *obrigada* a deixar de lado as maneiras delicadas e muito femininas, muito cuidado! O grande perigo que a ameaça é a masculinização de seus gestos, de sua palestra, de seus pensamentos. [...] Quando conversam, já não sorriem, as frases são objetivas, geladas, e nenhuma acolhida cordial aproxima-a do seu interlocutor. Por favor, amigas que vivem no mundo dos negócios! Sejam eficientes, trabalhadoras, objetivas, mas não permitam que isso afete a sua feminilidade: Estudem-se com cuidado, quando notarem mudanças no cavalheirismo masculino. É esse o sinal de perigo (publicado em 25 de março de 1960). (LISPECTOR, 2006, p. 19, grifos nossos).

A norma da feminilidade precisa ser mantida. Ter interesses do mundo masculino só se for por força da profissão, e deixar de cumprir com o padrão social imposto às mulheres, isso somente se a profissão obrigar, mas, mesmo assim, estar atenta, porque se os homens deixam de ser cavalheiros, a função social do casamento e da futura maternidade são postos em cheque, e isso não deve acontecer. Trabalhe, caso precise, diz a autora, mas não seja confundida com um homem, já que cada um tem seu papel social. É possível auscultar, nesse seu texto, a higidez, o patriarcalismo, a moral social sendo ditos através dos discursos da imprensa.

5.1 Os Exemplos da Imprensa

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, ao escrever sobre a compulsão transformada em vício, denuncia o poder de influência exercido através de práticas discursivas como as das colunas de jornais, das personalidades que as escrevem pautados em exemplos onde as orientações se tornaram um vício, do tipo que precisa

ser mantido com doses, mas que desperta um desejo que sempre se renova, ou seja, com uma satisfação rasa e momentânea, permeada por uma nova busca de satisfação do mesmo ou de algum outro desejo. Assim escreve:

Procurar exemplos, conselhos e orientação é um vício: quanto mais se procura, mais se precisa e mais se sofre quando privado de novas doses da droga procurada. Como meio de aplacar a sede, todos os vícios são auto-destrutivos [sic]; destroem a possibilidade de se chegar à satisfação.

Exemplos e receitas são atraentes enquanto não-testados. Mas dificilmente algum deles cumpre o que promete – virtualmente, cada um fica aquém da realização que dizia trazer. Mesmo que algum deles mostrasse funcionar do modo esperado, a satisfação não duraria muito, pois no mundo dos consumidores as possibilidades são infinitas, e o volume de objetivos sedutores à disposição nunca poderá ser exaurido. (BAUMAN, 2001, p. 86).

Bauman trata da busca por um líder que aconselhe, que dê bons exemplos, que forneça uma lição de vida, uma receita de como agir em meio aos problemas e aos desafios. O que essas pessoas precisam é do exemplo para conseguir a tão utópica felicidade, aparentemente alcançada pelo outro.

Clarice demonstra ser esse interlocutor que, ao assumir-se em pseudônimos, demonstra querer ter o completo controle dos papéis ideais, adequados aos comportamentos feminino e masculino, mesmo que, como no texto acima, fale dos papéis masculinos na negação das afirmativas sobre as mulheres. Sua função profissional de jornalista foi promíscua com o imaginário do *marketing* da época: um sacerdócio na construção da comunhão nacional.

Mas há ainda um outro fator importante registrado nesse texto: há mulheres se masculinizando, ou seja, adentrando o mercado de trabalho e com as quais ela se inquieta. É importante trazer, ao lado desse texto, para se ter ampliado esse imaginário, um outro, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, que alude também à entrada da mulher no espaço masculino. Júnior Antônio Cesarino escreveu, no Boletim de 1943, parafraseando Leão XIII: “[...] esse flagelo que é o trabalho da mulher fora do lar”. E emenda: “[...] a mulher ativa não se satisfaz com a profissão [...] ela sente a necessidade do lar. Mais tímidas, menos lógicas, menos objetivas, mais subjetivas, embora inteligentes”. Justifica ainda a existência de riscos à prole como um forte indício da ausência da mãe: “[...] a auto-educação na rua, focos de perigos físicos e morais – ambiente físico e pernicioso do ambiente proletário” (CESARINO apud LENHARO, 1942, p. 102). Esse relato, que tem outra via de informação, visível

percepção da ordem fabril, redimensiona o ambiente cultural e que repercute nos textos de Clarice.

A DIP foi a principal ferramenta de construção do espaço público²⁷, em oposição ao espaço privado. As narrativas da imprensa oficial tinham como meta construir uma República. Seu dirigente, não por mera coincidência, tinha a alcunha de Pai dos Pobres.

Embora seja utilizado o adjetivo "pobres", a imagem forte é de "pai", que Rosa trabalha a partir da Lei do Pai, iniciando com o mito de origem de muitas sociedades, que, resumidamente, tinha na figura do pai a autoridade suprema e somente ele poderia reproduzir com as mulheres. Essa regra teria levado os filhos homens a se unirem para então assassinar o pai, comendo seu corpo e posteriormente praticando uma orgia. Em seguida, todos esses filhos estariam envolvidos em sentimentos como o medo e a culpa, ambos causados pela ausência do pai assassinado.

A figura do pai assassinado passa a existir perante os indivíduos através de seu nome, ou seja, se torna uma presença simbólica onipresente a ser respeitada e, nessa prática de memória do que já passou no mito e de quem o pai representa a partir dele, insere códigos de conduta ressignificados à ideia de garantir a segurança e o bem-estar de todos.

Rosa analisa o viés do mito a partir de Derridá, que o interpreta como instaurador de uma ordem entre os irmãos, uma ordem que resulta na tentativa de boa convivência, pautada na culpa pelo assassinato do pai, na castração pela orgia que ocorreu depois.

O pai representa, para Rosa, o poder, o bom, o saudável. Já a mulher, o vazio, a ausência do falo. No hibridismo, Rosa acredita que essa Lei do pai atua como uma legalidade, inserindo o que pode e não pode ser feito. Nesse entendimento, o corpo da mulher é público e sobre ele todos podem opinar: "[...] o macho branco

²⁷ A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em confluência entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade. (LENHARO, 1986, p. 16 -17).

heterossexual ocupa o lugar central, o local do poder. Do poder de Estado, do poder econômico, do poder na cultura” (ROSA, 2008, p. 47).

Ainda sobre o papel do pai, Lenharo elucida como uma construção afetiva que interliga as pessoas, dando elas a sensação de solidariedade, de família, onde a obediência ocorre ao seguir as ideias do chefe, ou seja, do pai. A afetividade, para o autor, transforma o indivíduo a ponto de não questionar, mas sentir a necessidade de pertencer ao grupo, de estar de acordo com o coletivo, com sua ampliação, vista como nação.

O chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional. (LENHARO, 1986, p. 46).

No imaginário político e no imaginário religioso esses mitos são extremamente fortes, sendo inclusive intercambiáveis. O espaço privado, feminino, tem em mira esse papel masculinizado, fálico, para definir-se. O autor continua relacionando as funções estatais e religiosas:

Nessa relação tipicamente patriarcal entre a alma coletiva, que é filha, e o chefe, que é o pai, o chefe assume “funções sacerdotais”, atuando como um *transfert* a quem os indivíduos desabafam e fazem as suas confidências. A este verdadeiro sacerdote os filhos pedem [...] proteção. (Idem, p. 46-47).

Ligando a função estatal com os preceitos religiosos e familiares, Vargas institui uma coletividade em busca da obediência ao chefe, no papel paterno que a todos ama igualmente, e cabendo a ele identificar os inimigos, manter a ordem, a moral, a estrutura sociopolítica, evitando dissoluções e modificações. Para tanto, utiliza-se do discurso religioso e teológico, mas também dos veículos de comunicação em massa e da censura. Assim, quanto maior for a identificação do povo com esse chefe, mais disciplinado o povo será. É o que se chama de culto de veneração à Pátria.

Clarice está arraigada na identidade social e/ou cultural no momento em que esteve trabalhando para os jornais brasileiros, indiretamente servindo de exemplo, apontando problemas e resoluções, “assistindo” e respondendo a questões da vida de suas leitoras, assim como refletindo sobre a sua própria.

5.2 Pseudônimo Tereza Quadros

No final da década de 1950 e início de 1960, Clarice Lispector já tinha publicado livros literários, saindo do anonimato. Quando escreve para as colunas aqui estudadas, a autora utiliza pseudônimos, sendo que, de um pseudônimo para outro, há efeitos de sentido distintos. Por exemplo, o pseudônimo Tereza, criação de Clarice para assinar “Entre Mulheres”, visava à construção de uma mulher comum, para escrever e responder a mulheres de uma mesma condição.

Fernando Sabino, em correspondência com Clarice Lispector compilada no livro *Cartas Perto do Coração*, dois jovens escritores, unidos pelo mistério da criação, discorrem brevemente sobre a preocupação em escrever e assinar. Fernando Sabino, em 8 de agosto de 1953, aconselha carinhosamente Clarice, sobre a vontade da autora de escrever acerca do *american way of life*, que a rodeia em sua vida norte-americana, para a revista brasileira Manchete:

Escreva duas páginas e meia a três páginas tamanho ofício sobre qualquer coisa, semanalmente. Tem que ser assinado, mas não tem importância, nós todos perdemos a vergonha e estamos assinando [...]. Não se incomode muito com a qualidade literária por ser assinado – um título qualquer como Bilhete Americano, Carta da América ou coisa parecida se encarregará de dar caráter de seção e portanto sem responsabilidade literária. (Carta de 1953. SABINO, 2011, p. 95 e 96).

O aconselhamento de Sabino sobre o uso de pseudônimo não permite precisão de compreensão. Ele pode estar dizendo que os romancistas perderam a vergonha em defender o estilo de vida americano, o que visivelmente se confirma nos artigos subsequentes de Clarice e até mesmo nos Manuais, como acima disposto nas Figuras 1 e 2, mas ele também pode estar dizendo que nós, os literatos, perdemos a vergonha de fazer *freelance* pela imprensa, quando não havia possibilidade de sobreviver com a venda de livros.

Assim, Clarice lhe responde, em 30 de agosto de 1953:

Fico muito sem jeito de assinar, não pelo nome ligado à literatura, mas pelo nome ligado à (sic) mim mesma: terei pelo menos num longo começo, a impressão de estar presente em pessoa, lendo minhas noticiinhas e provavelmente gaga de encabulamento. É mesmo possível ressuscitar Tereza Quadros? Ela é muito melhor do que eu, sinceramente: a revista ganharia muito mais com ela – ela é disposta, feminina, ativa, não tem pressão baixa, até mesmo às vezes feminista,

uma boa jornalista enfim. Se for mesmo impossível, tentarei assinar e tentarei um “à vontade” quase insultuoso. (Carta de 1953. LISPECTOR apud SABINO, 2011, p. 97).

Tereza Quadros, criação de Clarice para assinar “Entre Mulheres”, é vista por Aparecida Maria Nunes como uma fuga ao temor de Clarice de “comprometer seu nome mediante a produção de textos menos elaborados para jornais e afetar a imagem de esposa de diplomata”, já que a autora “[...] sabia também que tinha de manejar uma linguagem mais despojada e adotar um discurso calcado na estética da imprensa feminina, construída no tom de conversa íntima, afetiva e persuasiva”. Mas há algo de corporação de ofício também nessa fala – fala que é compartilhada por Sabino quando afirma: “Tem que ser assinado, mas não tem importância, nós todos perdemos a vergonha e estamos assinando”. No caso, “Nós” são os escritores de colunas, de textos jornalísticos. Havia, portanto, dentre os profissionais reconhecidos da literatura, uma necessidade de não serem identificados como autores menores das colunas de jornais, das críticas, dos aconselhamentos das revistas especializadas. Talvez isso explicita o porquê de tantos pseudônimos nessas colunas de jornais e de revistas.

O aconselhamento de Sabino a Clarice pode conter mais que isso. O pseudônimo, para quem era judia, divorciada e depressiva, ainda que brilhante, evitava o confronto com os jogos de poder feitos pela própria imprensa, sendo o *marketing* um dos grandes construtores da República. A percepção desse possível confronto provavelmente estava presente nessa aparente indecisão da autora. As leitoras eram consumidoras modernas e civilizadas e, portanto, consumiriam determinados conteúdos que, emitidos por Tereza Quadros, não comprometeriam diretamente a romancista – esta empenhada em causas bem diferentes das da imprensa.

Fernando Sabino, respondendo a amiga sobre assinar como Tereza, escreve:

Antes de mais nada, Manchete: estou meio sem jeito de dizer a eles que você não quer assinar, por duas razões: primeiro, porque, a despeito da elevada estima e distinta consideração que eles têm pela formosa Tereza Quadros, sei que fazem questão de seu nome – e foi nessa base que se conversou; não sei se você sabe que tem um nome. E segundo, porque acho que você deve assinar o que escrever; como exercício de humildade é muito bom. E depois, você leva a vantagem de estar enviando correspondência do estrangeiro, o que

sempre exime muito a pessoa de responsabilidade propriamente literária. (Carta de 1953. SABINO, 2011, p. 101).

Sabino é claro em dizer que “eles” querem uma correspondente estrangeira. Aponta que isso muito a eximiria de culpas pela qualidade e conteúdo das informações veiculadas no Brasil.

Segundo estudos bibliográficos, Clarice demonstra preocupação literária e concorda em assinar apenas C.L.; Benjamin Moser, autor de *Clarice, uma biografia*, descreve o discurso e perfil desse pseudônimo:

Teresa Quadros, a atrevida e loquaz responsável pela página feminina.

[...] emitindo conselhos sobre, por exemplo, como usar o perfume adequado a cada situação.

Num tom que exala altivez e autocontrole, Teresa Quadros também dava sugestões para fazer as mulheres se acalmarem. (MOSER, 2011, p. 339).

5.3 Pseudônimo Helen Palmer

Autocontrole, boa conduta, sem exageros. Teresa e Helen possuem características em comum, apesar do consumismo mais evidente de uma delas:

A convite do jornal Correio da Manhã, a autora mística de *A maçã no escuro* deu lugar a uma tagarela e petulante colunista de beleza chamada Helen Palmer, que dava conselhos às leitoras com uma piscadela e um sorriso. Tinha vínculo direto com uma marca de produtos femininos, o que limitava a escrita de Clarice, já que a mesma foi contratada para estimular o consumo em seu público, em relação aos produtos lançados no mercado pela marca em questão. Algumas citações serão feitas no decorrer do texto e isso será notado. Descendente da Teresa Quadros de Comício, o *alter ego* anterior de Clarice, Helen, diferentemente desta, tinha uma missão secreta: era uma agente paga pela Pond's, fabricante de cremes faciais. De acordo com o contrato, Helen Palmer não deveria citar nominalmente a Pond's. (MOSER, 2011, p. 416).

Helen era moderna, reservada, uma dama. Moser acredita que ambas, ela e Clarice, pensavam de forma parecida, já que Clarice era descrita como uma mulher muito feminina e vaidosa, que evitava causar inconvenientes, e tinha vergonha de se dizer divorciada.

É importante ressaltar que Helen permitia que Clarice tivesse um ofício que lhe rendia numerários para a manutenção familiar. Por outro lado, parecia não lhe trazer grande conflito, uma vez que sua criação se caracterizava como uma dama, bonita, moderna e civilizada. Era seu protótipo narrativo sem comprometer o seu nome.

5.4 Pseudônimo Ilka Soares

Ilka Soares é um caso diferente:

[...] desde abril de 1960, [Clarice] escrevia seis colunas por semana, sob o nome de Ilka Soares. [...] era uma pessoa de verdade, e não era uma pessoa qualquer: atriz linda e jovem, era a garota carioca que tinha sido escolhida em 1958 para acompanhar Rock Hudson, que era gay, no baile de carnaval do Teatro Municipal. (MOSER, 2011, p. 418).

Em se tratando de uma pessoa real, diferente dos outros dois pseudônimos, Ilka Soares passava a imagem de uma atriz jovem e popular, mas Clarice mal a conhecia, apesar de morarem próximas. Clarice imaginava o que Ilka pensava, que sentimentos tinha, o que usaria para se vestir, inspirando-se em revistas ilustradas de moda estrangeira. Entretanto, ao utilizar o pseudônimo Ilka Soares²⁸, atriz e manequim, personifica um alguém conhecido, ou seja, uma mulher, um alguém-mulher em relação à qual o público-alvo poderia nutrir admiração.

Ao assumir uma espécie de analogia com uma pessoa real, Clarice assume uma outra postura que até então não era evidente. Parece querer falar de sua identidade. É importante ter em mente que, em 1960, ela está com o lar desfeito e retorna ao Brasil definitivamente. Seu novo pseudônimo é visto por dentro um perfil performático criado pela imprensa da qual ela fez parte, que primava por modernismo e civilismo. Essa busca identitária também se manifesta no retorno ao primeiro amor no Brasil e anterior ao casamento: a paixão platônica por um homossexual. Esse pseudônimo parece reencontrar uma identidade de mulher mais real, histórica, vivida

²⁸ Carioca, nascida em 1932, de ascendência alemã, interpretou a personagem Iracema em sua estreia no cinema, com 17 anos, em 1949. Após algumas outras participações cinematográficas, ingressou na televisão, na rádio e nas passarelas, em 1953. Nos programas televisivos atuou enquanto assistente ou apresentadora/entrevistadora de programas jornalísticos e/ou de variedades. Após casar-se com Walter Clark, ex-diretor-geral da Globo, inicia sua atuação na Rede Globo, como locutora e, posteriormente, atua em telenovelas, atividade que será parte integral de sua vida profissional, a partir de então. Disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/ilka-soares/trajetoria.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

no Brasil varguista. É como se o passado fosse revivido após tantas fugas e pseudônimos falsos ou omissos.

Esse choque de realidade – ou retorno a ela – ainda permite o trânsito por dentre papéis de uma suposta celebridade, com a finalidade de atingir maior notoriedade, com a de uma mulher comum que transita nas ruas da capital. Mesmo assim, como explicitado acima, pode-se dizer que havia uma sociedade, senão uma história, pelo menos uma sociedade de mulheres urbanas e modernas que desejavam ver-se em personagens que informassem e ou sugerissem os modelos ideais. Havia uma vida privada que precisava de alimento. Sobre isso, Bauman explica:

Qualquer que seja o caso, no par exemplo-autoridade, a parte do exemplo é a mais importante e mais solicitada. As celebridades com autoridade suficiente para fazer com que o que dizem seja digno de atenção mesmo antes que o digam são muito poucas para estrelar os inumeráveis programas de entrevistas da TV [...] mas isso não impede que estes programas sejam uma compulsão diária para milhões de homens e mulheres ávidos por aconselhamento. A autoridade da pessoa que compartilha sua história de vida pode fazer com que os espectadores observem o exemplo com atenção e aumenta os índices de audiência. Mas a falta de autoridade de quem conta a sua vida, o fato de ela não ser uma celebridade, sua anonimidade, pode fazer com que o exemplo seja mais fácil de seguir e assim ter um potencial adicional próprio. (BAUMAN, 2001, p. 80).

Esse novo pseudônimo parece ser um misto dessas duas perspectivas: satisfazer esse retorno de Clarice e seu reencontro identitário e uma outra de agradar um público consumidor.

Essas são as mulheres construídas pela autora, e pelas quais a autora publica. Todas elas assumem assuntos que serão trazidos em trechos escritos por Clarice nos jornais, sendo desnecessário identificar qual pseudônimo escreveu que fragmento. Ainda assim, o perfil de cada pseudônimo elucida as intenções e interdições sofridas, manifestando os desejos e os objetivos possíveis de fazerem parte do discurso analisado.

5.5 Refletindo sobre o Casamento

Clarice Lispector aborda alguns temas que serão tratados no espaço de número cinco. O primeiro deles é sobre os passos anteriores ao casamento. Lembrando que as citações apresentadas na análise aqui feita são dos anos 1959,

1960, quando Clarice tinha cerca de 40 anos e, como já elucidado no item 3.4, voltava ao Brasil como mulher divorciada:

Nós não estamos mais no tempo em que a única finalidade de uma jovem era arranjar marido. Felizmente, isso passou. Hoje, freqüentando [sic] Universidades, libertando-se dos falsos tabus que faziam da mulher um ser inferior e eternamente submisso, o problema casamento passou a ser encarado de forma mais acertada e serena. Se uma jovem não encontra o seu ideal, não casa, pronto. Nada de mal lhe advém daí. A sociedade esqueceu o antigo preconceito contra as solteironas, e a mulher passou a ser respeitada pelo seu valor próprio, sem precisar de uma presença masculina a seu lado para se impor. Existem ainda algumas mocinhas antiquadas que vivem esse drama ridículo do “caçar” marido. A essas, gostarei de aconselhar a acompanharem a época. Que queiram casar-se, ter seus lares e seus filhos, é natural. Naturalíssimo. Mas escolham seu marido como o companheiro de sua vida, o homem não hão de amar e respeitar até o fim de seus dias. Nada de precipitação. Se o homem ideal não aparece hoje, aparecerá amanhã. Um erro na escolha de seu marido pode ser a causa de todo um futuro estragado. Não apenas do seu futuro. Mas também de seus filhos. (Publicado em 30 de outubro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 74).

Clarice parece, a princípio, afirmar uma mudança de discurso, de padrão social, que não mais impõe o casamento como final feliz e adequado às mulheres (especificamente a quem a autora se dirige nas colunas), afirmando que já não existe mais preconceito com as “solteironas”, e que as mulheres já são valorizadas por suas aptidões, não sendo mais necessária a companhia de um homem para se sentirem bem-sucedidas.

Além disso, no momento de fala da autora, observava-se que, com o maior acesso e possibilidades de estudo e de trabalho para o gênero feminino, mais essas mulheres se tornavam exigentes, procurando alguém que lhes atingisse expectativas intelectuais e econômicas agora mais elevadas. Havia, entretanto, uma grande crítica perante o público masculino em relação a essas mulheres. Chamadas de “[...] interesseiras, fúteis, volúveis e invejosas. Tais discursos procuravam, dessa forma, controlar e apressar a escolha das mulheres” (MAIA, 2011). Clarice parece refutar esse apressamento, possivelmente algo explicado por sua experiência pessoal. Entretanto, com essa escolha vinha também a obrigação, a responsabilização perante a escolha do cônjuge, ou seja, que as mulheres aceitassem os comportamentos que as sujeitavam advindos da sociedade. Seriam caracterizadas como imprudentes e apressadas caso isso acontecesse, mas não havia um meio termo, porque a pressa

as levaria a uma escolha ruim, assim como existia também a crítica sobre escolher demasiadamente e/ou ser muito exigente.

No texto de Clarice estão os homens, os filhos, o casamento, a responsabilidade civil, a solteirona e a desquitada. São as matrizes de pensamento ainda ecoando nos 1960 e por intermédio de uma mulher amadurecida, mãe e divorciada.

Sobre isso, Del Priore escreve:

Nesse cenário, moviam-se moças de família. “Dar-se ao respeito” era a palavra de ordem. Não casar era sinônimo de fracasso e interromper carreira, na chegada do primeiro filho, considerado normal. [...] O sonho era casar na igreja de véu e grinalda, símbolo da pureza. (DEL PRIORE, 2013, p. 71).

O sonho continuava, existia. Era o destino feminino, completar o homem, ser mãe, e não possuir uma carreira. Terminando a fala, Clarice parece retomar o antigo discurso sobre a pretensão de casar, afirmando a naturalidade de tal ato, mas alertando sobre uma escolha acertada, prevenindo com aparente preocupação o que poderia acontecer no futuro dos filhos e de si mesma, no caso de uma escolha precipitada. Ridículo mesmo seria viver à caça de um homem, de forma desesperada, aceitando qualquer pretendente que aparecesse, isso apenas para realizar-se através dos ditames sociais. Então, retoma o lugar da mulher como ser passivo, que deve esperar a iniciativa do homem.

Um jovem poderá dar presentes de mais valor à sua namorada, se assim o desejar, mas com essa atitude estará dando maior importância ao vínculo sentimental. Ela poderá interpretar tal gesto como um desejo de aprofundar a amizade, ou simplesmente achará que o seu namorado é “mão aberta”.

De modo geral, *a jovem deverá sempre esperar a iniciativa do rapaz*, para então presentear-lo, quer dizer, quem deve iniciar a troca de presentes deverá ser sempre o homem, e não a mulher. (Publicado em 21 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 76, grifos nossos).

A mulher está na posição de submissão, de caça (e não de caçadora, enfatizando a primeira citação) em relação à iniciativa masculina. Aqui, especificamente, Clarice aborda a questão sobre quem deve dar o primeiro presente. Clarice tacitamente fala de “jovens”. Uma jovem mulher e um jovem rapaz; há aqui um indício de crítica ao homem velho, improdutivo e, portanto, não promissor.

Mesmo assim, porém, além dessa decisão aparentemente informal, sobrepõem-se as regras, quase que implícitas, de comportamento binário considerado adequado em um relacionamento da época.

Como se vê, foram séculos de modelagem. Na forma, a figura da esposa. Não a real, mas a ideal. Submissa, obediente, discreta. A mulher certa. Apenas ela merecia ser a mãe dos filhos, a santa no altar doméstico. (DEL PRIORE, 2013, p. 72).

Após realizar a genealogia do discurso (como foi feito aqui na primeira parte da pesquisa), Priore define o impacto causado: a modelagem de uma esposa ideal e suas características deveriam passar pela submissão, pela discricção. Só assim a mulher poderia assumir o papel social de mãe e esposa. Do contrário, seria excluída de seu desígnio social. É essa mesma genealogia que permite as indagações da autora:

Você está pronta para casar-se?
 Quanto maior número de vezes você responda “sim” às perguntas que se seguem, mais pronta você está.
 -Você evita planos de reformar ou corrigir seu futuro marido depois do casamento?
 -Você acha que terá prazer em ficar muitas noites em casa, ocupada com pequenas tarefas domésticas, se não estiverem ao seu alcance muitas saídas?
 -Você dispensaria um vestido novo ou um artigo de luxo em favor de um objeto para a casa?
 -Você adiará a “casa ideal” em prol da casa prática e realística que suas posses permitem? (Publicado em 30 de dezembro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 95).

Clarice estimula suas leitoras a se questionarem sobre o que é o casamento de forma quase didática. Na verdade, a sua base é real e não sonhadora, pois fala de sua trajetória, de sua própria saga. Fala, pois, de uma visão um pouco distante do casamento perfeito, com a festa imensa, a casa dos sonhos e o marido príncipe encantado do cavalo branco. Fala do homem real, que não pode ser reformado. Ela instiga suas leitoras a pensarem nos defeitos de seus pretendentes, e a pensarem na realidade e nas limitações financeiras nas quais a união está envolvida, entretanto não as emancipa dos cuidados domésticos e da abdicação de suas vontades em prol dos demais familiares, pois esse é o papel feminino:

Os jovens nubentes desejam sinceramente acertar, fazendo concessões razoáveis e não procurando medir o que dão na mesma medida do que recebem, têm um ponto muito importante a seu favor

e poderão dizer que a batalha está meio ganha. A felicidade, para ser conseguida, precisa ser duramente perseguida, atraída por dezenas de meios e modos. Nada de sentar-se à espera que ela nos chame. Nós é que devemos acenar-lhe com uma vida ordeira, de objetivo equilibrado e razoável, com uma dose de sacrifício, e o coração cheio de otimismo! (Publicado em 9 de março de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 81).

A autora relembra a juventude daqueles que ainda estão conquistando seus pretendentes, ou daqueles que ainda abdicam em prol de um relacionamento. Ela enfatiza a importância dessas abdições – soando como um empreendimento árduo –, abdições que ocorrem de ambos os lados no relacionamento, e precisam ser equilibradas. Não se deve dar atenção nem medir quem cede mais ou quem cede menos. Deve-se saber que o relacionamento precisa de sacrifícios, e olhar cada um deles de forma otimista, como se algo de bom ocorresse por cada um dos que se pratica.

As mudanças que o novo século e a “vida moderna” impunham causaram, por sua vez, reações. Uma sólida barreira feita de opiniões de juristas, médicos e da própria opinião pública reagia a tudo que pudesse ferir as instituições básicas da sociedade, sobretudo a imagem da família e do casamento. Não havia felicidade possível fora deles: marido e mulher transformavam-se em papai e mamãe. O amor conjugal era feito de procriação. Apenas. Nada de paixões infecundas, de amores romanescos, de sentimentos fora de controle. (DEL PRIORE, 2012, p. 252).

Apesar das mudanças ocorridas com o aburguesamento, com a virada do século, com a República, com a influência do *american way of life*, havia sempre os defensores da tradição e dos bons costumes (ver os itens 2.5 e 2.6). Se Clarice estimula suas leitoras a terem cautela, equilíbrio, amor, ainda assim não se exime de aconselhar um fim: o casamento, que, segundo Priore, era receita de felicidade.

E o flerte é o meio de pôr à prova o seu charme e, ao mesmo tempo, conhecer melhor os homens, julgá-los, descobrir o que cada um pensa das mulheres em geral e dela em particular... (Publicado em 26 de outubro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 114).

Por último, a citação novamente traz a necessidade de conversar com os envolvidos num possível enlace matrimonial, descobrindo afinidades, pontos de vista, mas levando em conta o que o homem quer em uma mulher e o que ele despreza, como se fosse possível analisar a disposição acerca de se tornar ou estar próxima daquilo que o homem deseja em uma esposa. Isso tudo porque:

[...] a esposa virtuosa era aclamada e cercada por comandos morais. Prescreveu-se para ela complacência e bondade, para prever, satisfazer e até adivinhar os desejos do marido; dedicação para compartilhar abnegadamente com ele os deveres que encerrava o casamento; paciência para aceitar suas fraquezas de caráter. E, coroando tudo isso, a virtude maior da amizade indulgente. (DEL PRIORE, 2012, p. 254).

Para ocorrer o entrelace matrimonial, era importante se dedicar ao marido, de corpo e alma. Há um imaginário social que envolve muitos outros elementos simbólicos: a casa, uma família, filhos e uma felicidade que, para a mulher, não era percebida fora desse enlace. A felicidade fora desses elementos era tida como impossível, pois fora a realidade era a da solteirona, da infértil, da feia, da sem habilidades... E, se era exigida quase uma “adivinhação” dos gostos do marido, essa busca certamente precisaria acontecer desde o início. O item que dá sequência a este aprofundará essa discussão.

Em seu conjunto, as falas sobre o casamento demonstram uma mulher já mais amadurecida, mais real como o pseudônimo que lhe ajuda a pensar uma identidade de mulher, com desvínculo familiar com o marido e no Brasil. Mesmo assim, contudo, a relação público e privado ainda está fortemente enraizada porque não concebe uma mulher fora dos papéis naturalíssimos, embora aponte a educação como meio de ascensão cultural, porém mesmo a mulher educada chegaria a um patamar de civilidade e modernidade, mas não necessariamente de negação de seu papel social no espaço privado.

5.6 Enfim, Casados

As colunas analisadas abordam também um item fundamental para o discurso normativo brasileiro: o casamento. Como cuidar do marido, como tratá-lo, como agradá-lo, o que o agrada, como ser boa esposa, boa mãe, entre outros:

Se um homem existe que merece de nós toda a simpatia, o carinho e todo o calor do nosso encanto, esse homem é o nosso marido que nos proporciona um lar, nos dá apoio nas horas de depressão, nos ajuda nas doenças, nos protege com o seu nome e a sua pessoa. Além disso, resta-nos ainda não esquecer que o fato de estar ligado a nós pela lei não o escraviza, e que outras mulheres há pelo mundo, também à procura do seu homem ideal, e que poderão desejar o nosso. Insatisfeito, sem nada receber do que se lhe deve, ele será presa fácil. E reconquistá-lo, depois de perdê-lo, é muito mais difícil do

que qualquer uma de nós pensa. Quase posso dizer que é impossível. (Publicado em 6 de fevereiro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 80).

Clarice esclarece algumas funções sociais atribuídas ao marido e à esposa. Antes de tudo, o homem é responsável por adquirir uma propriedade onde a esposa – posteriormente a família – irá morar, mas marido também apoia e auxilia quando estritamente necessário – ela cita o caso de doenças. Dessa forma, cabe à esposa recompensar todo o esforço material e social que lhe é ofertado – afinal, a mulher carrega consigo o sobrenome do marido, tratando este homem com carinho para mantê-lo satisfeito, sendo simpática, carinhosa e encantadora com ele, porque, como evidencia a escritora, existem as concorrentes que também estão à procura dessa subsistência e proteção que o homem provê, e estar casada não é garantia de posse sobre o marido, e nem se deve abusar/reclamar do que lhe é ofertado, porque a lei do casamento não torna o homem escravo da mulher.

Nesse sentido, Clarice parece estar evocando a naturalização dos papéis sociais de gênero, que procuram, “[...] por um lado, justificar o comportamento dos maridos através de argumentos da antiguidade do costume (ou seja, que sempre foi assim, é próprio do homem) como forma de torna-lo 'normal' e por isso aceitável” (MAIA, 2011, p. 158), onde o contrato de casamento instituía as relações hierárquicas e desiguais, onde a mulher contribuiria com o trabalho doméstico, tendo direito à sua proteção, e ao homem caberia a obrigação como provedor, sendo concedida a ele, portanto, a autonomia e obediência femininas.

No contrato do casamento não há libertação para o gênero feminino. Há sempre um homem a quem as mulheres precisam responder – seja ele um médico, o pai, o marido. A submissão existe para a mulher solteira, enquanto dependente do pai, e para a mulher casada, que transfere a submissão ao pai para a submissão ao esposo.

[...] as mulheres se livraram do despotismo da família patriarcal dentro de casa e passaram a girar em torno do despotismo do médico, exercido de maneira muito mais sutil porque revestido de “conselhos” e “receitas”. Ao mesmo tempo, os homens que perderam parte de seu poder no interior das casas foram premiados com um novo tipo de submissão das mulheres: a subordinação pelo amor ao marido, aos filhos e ao lar. (CAMPOS, 2009, p. 106-107).

Essa citação explicita a interferência dos médicos higienistas no cotidiano familiar brasileiro, assim como demonstra que a situação de submissão feminina é do

desejo masculino, ou seja, que essa submissão tenha continuidade. Assim como a fala de Clarice, a mulher passa a se preocupar com o amor. Isso tudo porque, anteriormente, o homem era soberano também no ambiente doméstico. Com os ditames higiênicos, esse espaço passa a ser de soberania feminina. Entretanto, os homens precisariam de algo em troca da “perda” do controle sobre esse espaço, e o que obtiveram foi a submissão feminina pelo amor.

Na descrição de Clarice, a mulher teme perder o apoio provido pelo marido, por isso deve ofertar-lhe o máximo de gratidão que puder, pois seu desígnio social é ser mãe e esposa, e não mulher pública. Ou seja, assumir os papéis e desempenhá-los dentro dos quadros imaginados; ser mãe ou esposa, isso significa deixar de ser mulher.

De acordo com Baubérot (2013), era ensinado para os homens que a conquista de mulheres os tornaria mais viris. Dessa forma, fora do ambiente familiar poderiam apresentar-se devassos, sem levantar suspeitas. O autor escreve que a “[...] atividade sexual [é] um dos critérios da virilidade”, assim como a potência, a dominação. No exército, como sugere o autor, havia as “festas da virilidade”, com imensas orgias e consumo de álcool, que serviam como um ritual folclórico de “recrutamento”, que os levaria à vida adulta.

Essa representação de virilidade não se rompe com o casamento. O homem continua exercendo a dominação masculina, inclusive através da (tão temida pelas esposas) poligamia.

Ainda assim, o discurso ensaiado e profetizado para as mulheres era o de que a insatisfação masculina é motivo da traição, da substituição. É culpa da mulher. Então, com papel da esposa aparece o medo de que o marido a substitua por outra mulher que cumpra melhor o intento social (em um período em que o divórcio começa a aparecer com maior frequência, embora ainda de forma tímida em comparação aos anos seguintes). Afirma-se, mais uma vez, a mulher fora do casamento como perigosa.

As mulheres têm e deverão ter grande influência na vida do marido. Há um ditado antigo e pouco original que diz que “A mulher faz o homem”. Nada mais verdadeiro, pois a esposa, com seu amor e capacidade de organização, pode ajudar o marido a subir na vida, fazendo com que ele ganhe mais confiança de si.

Uma mulher que recebe o chefe do lar com um ar cansado, e desfiando a ele um rosário de lamúrias sobre seus problemas caseiros, brigas com as empregadas e malcriação dos filhos, está

entediando o marido e só conseguirá que ele se aborreça gradativamente do seu lar. Numa tal atmosfera, os aborrecimentos que o marido talvez traga da rua, suas preocupações, seus problemas, não encontram uma válvula de escape e aumentam, tornando-o mal-humorado, nervoso e pouco apto para resolver as situações que o aguardam no dia seguinte.

[...] tomar interesse por seu trabalho, ouvir suas longas dissertações sobre os acontecimentos do dia, e procurar manter sempre a casa limpa, apresentar refeições gostosas e agradáveis à vista. (Publicado em 20 de dezembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 88).

Esses lugares são trazidos também na citação acima, demonstrando os homens como provedores, habitantes do ambiente público, que retornam para a morada e devem ser recompensados com o lar harmonioso, receptivo, limpo, aconchegante, organizado, porque o desenvolvimento do casal depende disso. Para conseguir a harmonia necessária, é indicado que as mulheres tenham interesses por assuntos que convenham aos maridos, evitando reclamar de seu cotidiano. Ao reclamar, as mulheres influenciam os homens a se afastarem do lar, não dão espaço para as reclamações deles e que precisam ser ouvidas (como se as mulheres não tivessem problemas). Essa atitude deixa o homem entediado, aborrecido: “A sustentação ativa do gênero feminino exige que as mulheres estejam disponíveis para fazer o que precisa ser feito na interação, para fazer o trabalho 'sujo' e não reclamar” (FISHMAN et al., 2010, p. 47). Em compensação, a influência positiva do amor, da organização, das funções domésticas bem realizadas e do ouvi-lo são benéficas, e funções femininas:

Veremos que o efeito geral da “linguagem das mulheres” – que significa tanto a linguagem restrita ao uso das mulheres quanto a linguagem descritiva das mulheres simplesmente – é este: ela submerge a identidade pessoal da mulher, por negar a ela os meios de expressar-se fortemente, por um lado, e por encorajar expressões que sugerem trivialidade do assunto e incerteza sobre ele; e, quando se está falando sobre uma mulher, por tratá-la como um objeto – sexual ou outro –, mas nunca como uma pessoa com posições individuais. [...]

O efeito maior dessas discrepâncias é que às mulheres é sistematicamente negado acesso ao poder, com pretexto de que elas não são capazes de sustentá-lo, como demonstrado por seus comportamentos linguísticos e por outros aspectos; e a ironia aqui é que as mulheres são produzidas para sentir que merecem tal tratamento, por causa das inadequações em sua própria inteligência e/ou educação. (OSTERMANN & FONTANA et al., 2010, p. 17-18).

Ao pensar na frase “A mulher faz o homem”, existe mais de uma forma de interpretá-la. A primeira traz a vontade de protagonismo do discurso, de participação nas decisões, no crescimento familiar. A outra implica o merecimento do tratamento recebido pelos homens, ou seja, de acordo com as maneiras das mulheres, os homens estariam devolvendo atitudes refletidas. Caso carinhosa, atenciosa, organizada, seria ela reconhecida e amada. Caso egoísta, tediosa, teria ela de volta o aborrecimento advindo do marido – lembrando que, muitas vezes, a principal característica apreciada pelos homens nas mulheres é a que sabe ouvir, que o coloca como centro da conversa. Dessa forma, a mulher é tida como agradável, impressionante, e o tempo com ela não parece tedioso para o homem.

Uma das qualidades mais apreciadas pelos homens nas mulheres é a *atenção*. A mulher que sabe ouvir agrada e impressiona seu interlocutor, a ponto dele se sentir bem em sua companhia e não notar que o tempo passa. (Publicado em 15 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 31).

A mulher não deve opinar, ela deve assistir. Não deve questionar, mas ouvir e aprender.

Os casais que brigam eventualmente são infelizes? Há mulheres que começam a falar cedo, tentando implicar com o marido, e se esse consegue guardar um silêncio heróico [sic], começam a acusá-lo de indiferente, cruel e marido que não presta atenção ao que diz a esposa. Essas mulheres, com tal atitude, estão apenas criando um enorme abismo entre elas e o marido, vítima da incompreensão e do egoísmo da esposa. (Publicado em 24 de maio de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 83).

Clarice menciona as brigas... e logo em seguida descreve mulheres que implicam com o marido, e as chama de egoístas. Já o homem é caracterizado como herói, incompreendido, por se silenciar (ou ignorar?) quando a mulher reage.

As mulheres que obtêm sucesso em controlar as interações são ridicularizadas, e são levantadas dúvidas sobre o seu *status* de mulher. Elas são frequentemente consideradas “anormais” – termos como “cadela castradora”, “dominadora”, “agressiva” e “bruxa” podem ser usados para identificá-las. Quando tentam controlar as situações temporariamente, as mulheres muitas vezes “iniciam” uma briga. Livros de etiqueta contêm instruções para as mulheres sobre como se fazer disponível. As mulheres que não se comportam bem são punidas por não gozarem de *status* feminino completo. (FISHMAN et al., 2010, p. 46).

Provocar uma briga é o mesmo que expressar sua vontade. Ao impor-se, a mulher é considerada egoísta, porque naturalmente uma mulher deve ser submissa, em nome do amor. Essas palavras desconfortáveis, como “herói” e “egoísta”, são utilizadas propositalmente, já que a autora parece intencionada em ridicularizar o papel feminino, para provocar uma emancipação, uma reflexão.

Existe no matrimônio um ponto limite, em que a tensão entre o marido e a mulher pode explodir com o menor incidente.

Um casal chegou à conclusão de que era-lhe impossível a vida em comum porque os dois não afinavam como parceiros de jogo. Mas, evidentemente, antes do jogo, outros desentendimentos haviam surgido que se foram acumulados até formar a famosa gota de água que transbordou o copo... (Publicado em 31 de dezembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 84).

A autora evidencia o esgotamento do matrimônio e a possibilidade do divórcio – realidade da autora, onde os cônjuges parecem exaustos, cada qual a partir de seu papel social, em que a distância entre eles impossibilita o diálogo, e qualquer mínimo problema enfrentado tende a virar o último desaforo aguentado. Ao tratar da impossibilidade da vida em comum dos cônjuges, Clarice desmistifica uma ideia construída do que Maia (2011) chama de “maravilhas do casamento” e, apesar de silenciar sobre possíveis culpados, a simples sugestão de que existem problemas e de que esses problemas podem se tornar irreparáveis quebra o padrão discursivo de que o casamento é o caminho para a felicidade, e deve ser buscado e mantido a qualquer custo.

Podemos afirmar que a citação seguinte segue o mesmo raciocínio, pensando no desaparecimento dos motivos de união familiar, a frieza com que se pode observar o outro, a falta de interesse, a falta de respeito.

O amor concilia tudo, prendendo-nos à vida, e pondo-nos no coração o medo de perdê-la.

Cuidemos muito bem do amor, que possuímos, pois se é verdade que ele nasce de menor coisa, também é verdade que se esvai com facilidade, e qualquer coisa pode matá-lo; às vezes a falta de uma carícia; outras vezes uma simples corrente de ar frio... (Publicado em 9 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 87).

Os sentimentos antes trazidos como papéis femininos, o amor²⁹, os cuidados e as carícias, aparecem como receita para resolver os problemas matrimoniais. Entretanto, a fala apresenta uma falta de controle sobre a instituição, porque qualquer coisa pode destruí-la... ela fala de seu próprio lugar, como divorciada, ou seja, de quem assistiu e protagonizou a experiência descrita. Clarice silencia e ameniza os exemplos de problemas cotidianos sofridos pelas mulheres de seu tempo no contrato familiar, mas, mesmo assim, consegue denunciar situações vivenciadas dentro desse contrato. Dessa forma, “[...] permitia que as mulheres casadas transformassem um problema individual (o ciúme, o abandono, os maus-tratos, o sofrimento, a opressão) em um coletivo comum” (MAIA, 2011, p. 160). De certo modo, estimula suas leitoras a pensarem sobre seus problemas, identificando-se com as sutilidades trazidas.

Os homens e as mulheres se aborrecem mutuamente! Quando se casam duas pessoas, elas concordam em viver juntas, olhar uma pela outra, e partilhar suas refeições, seus pensamentos, seus hábitos e suas férias, enfim, tudo, até a morte. Um mundo que não tem mais fim: - Nada de estranhar, portanto, que se aborream um ao outro.

De acordo com os psicólogos, um indivíduo do sexo masculino passa geralmente 1/3 de seu tempo sentindo-se aborrecido, enquanto que as mulheres se aborrecem com muito maior frequência [sic]. Só mesmo quando duas pessoas têm muitos interesses em comum e muita tolerância é que podem viver juntas sem períodos de desânimo (Publicado em 22 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 89).

Pretende explicitar um cotidiano tedioso na relação conjugal, explicando que o tempo empregado entre os cônjuges é grande, e o convívio torna-se repetitivo, diminuindo o interesse entre os envolvidos.

Clarice busca explicações científicas para justificar o motivo de as mulheres possivelmente sentirem mais aborrecimento do que os homens nessa relação de convívio constante, e acrescenta que duas coisas auxiliariam para amenizar o cansaço: ter interesses em comum e tolerância. Parece mirar novamente a sua experiência matrimonial.

²⁹ O amor permitiu à higiene realizar sua manobra mais ambiciosa e, talvez, mais bem-sucedida junto à família: converter quase completamente a figura sentimental do homem ao personagem do pai, e a da mulher ao personagem da mãe.

Essa identificação entre masculinidade e paternidade e entre feminilidade e maternidade será o padrão regulador da existência social e emocional de homens e de mulheres (COSTA, 2004, p. 239).

Entretanto, quando homens e mulheres são colocados em uma situação binária, onde um aparece como o oposto do outro, onde um é rosa e o outro é azul, onde um é público e o outro é privado, possuir interesses em comum nem sempre é tarefa simples, porque até mesmo nos esportes e nas práticas de lazer se separam as funções sociais dos sexos. Tolerância resume-se a enxergar as diferenças e a respeitá-las. Onde a desigualdade existe, evidenciando modelos e papéis sociais, reconhecer essas diferenças e praticar a tolerância seria buscar uma situação de maior igualdade.

Ah, se os maridos compreendessem que, pelo fato de ser casada, uma mulher não se transforma em estátua de pedra, que é natural que goste de ser cortejada e que se outro homem nota que ela é bonita e lhe diz isso, se repara nas suas mudanças de penteado ou num vestido novo – é natural também que ela preste ouvidos a quem lhe incute uma confiança em si mesma que seu marido se esquece de alimentar.

Mas talvez os maridos, depois de ler o que se disse acima, passem a ser mais atentos e a flertar, eles próprios, com suas esposas! (Publicado em 26 de outubro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 114).

O recorte acima soa como uma vontade da autora de ser vista/ouvida. Clarice elucida sobre a necessidade das mulheres de se sentirem valorizadas, de serem percebidas, mesmo que somente pelo que lhes é cobrado – a aparência, enfatizando a carência afetiva que as mulheres podem apresentar quando se sentem invisíveis aos olhos dos maridos.

Para Tannen (2010), essa é uma questão de dominação e controle, que pode ser observada, por exemplo, na interrupção da fala feminina, onde sua interação não é mais atraente ou interessante do que a masculina e, portanto, dominada. Encarando como uma espécie de competição, não apoia, não observa e, conseqüentemente, retiram a atenção do falante anterior. As mulheres não encaram como uma competição e, segundo a autora, cedem o lugar da fala, dando a impressão de submissão, quando simplesmente lhes foi ensinado a não se impor. E assim se sentem excluídas, sem receber atenção do cônjuge.

De certa forma, não deixa de ser uma percepção de que a mulher não deveria deixar de ser mulher somente porque está no quadro simbólico do casamento. Ocorrer que é uma percepção tensa, pois não evolui. Resta-nos então a dúvida sobre esse ser ou não um dos motivadores para ausentar seu nome das colunas e assinar com

pseudônimos, esse distanciamento “necessário” (imposto?) para promover o aconselhamento.

Ela se limita a clamar para que os homens parem de negligenciar atenção às esposas, que as elogiem por seus esforços ou aptidões, que percebam que outras pessoas podem valorizá-las, e naturaliza a atitude feminina de receber atenção de outro homem e corresponder a isso, mesmo que sem intenções de adultério. É como se o público feminino necessitasse da aceitação masculina, porque é por essa aceitação que o feminino brada.

Sobre a coexistência pacífica marital, a colunista escreve:

Desde que tratado com carinho, um pouco de mimos, raramente contrariado, todo homem é um anjo. Nem sempre isso é fácil, e nem sempre também é possível. Contudo, devemos ter cautela, tato e inteligência, quando decididamente não podemos concordar com ele. Nunca fazê-lo com sobrançeria e severidade. Isso desperta no homem o instinto de luta, e nasce a discussão muitas vezes destruidora do seu lar. Os homens detestam as discussões ainda mais que nós, ou dizem isso. A mulher, por seu temperamento mais afetivo e predisposto ao perdão, esquece com facilidade as más palavras surgidas numa discussão. Com o homem não acontece o mesmo. Conheço alguns que tiveram seus casamentos arrasados por uma palavra ou uma frase impensada de sua mulher.

Cuidado, portanto, na maneira como trata seu marido, minha amiga e leitora! Pense no que será perdê-lo... e faça-lhe as vontades. Quando não, use de diplomacia e delicadeza. Garanto que é o melhor meio de domá-los. (Publicado em 4 de setembro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 79).

Nesse contexto, o compromisso feminino – ser afetiva, ouvinte, cautelosa e ser predisposta ao perdão – era manter a qualquer custo o casamento. Isso incluía desconsiderar o adultério masculino, ausentar-se de queixas, submeter-se às ideias do marido para evitar brigas, cumprir as obrigações matrimoniais de esposa, mãe e “rainha do lar”, já que ao homem cabia o sustento e as decisões. Clarice aponta o quão difícil, quase impossível, seria agir como o esperado.

O homem não deveria ser contrariado e, mesmo pensando diferente ou discordando do que fosse exigido, as senhoras deveriam evitar o questionamento, utilizando a cautela, a inteligência, a delicadeza na impossibilidade de fazer o que o marido quer, ou de concordar com ele, para evitar que se enfureça e tente vencer, tente decidir, lutar para que sua vontade prevaleça: “Impor a vontade pode significar muito mais do que forçar alguém a fazer algo. Poder é a habilidade de impor uma definição de realidade sobre o que é possível, o que é certo, o que é racional, o que é

razão” (FISHMAN et al., 2010, p. 32). Caso não agissem dessa forma, as mulheres corriam o risco de provocar a fúria e o descontentamento do consorte, resultando no conflito, na bronca, no desquite, ou seja, na dissolução dos costumes e da família nuclear, sofrendo a reprovação social, já que romperia com a solidez da família e com o amparo da linhagem. Nisso está implícito também que, na vida social, haveria punição e constrangimentos em função do descumprimento de regras então conhecidas.

Lida a contrapelo, Clarice afirma a adversidade masculina, mas não consegue sair do mito logocêntrico do Pai. Sendo convencional a iniciativa masculina ao demonstrar interesses amorosos – ou assim se fazia parecer por intermédio feminino –, o casamento romântico, no momento em que as escolhas começam a ser exercidas levando em consideração os sentimentos, toma lugar na sociedade. Sociedade do afeto, da organização, da paz estabelecida entre os descendentes do Pai, que, segundo Derridá, é a civilização da culpa e da castração.

Em Cultura, significa o mesmo que ter o nome de seu Pai aposto ao seu. Em Cultura, o logocentrismo ocupa o lugar do Nome do Pai, a presença abstrata paterna que nos possibilita a todos “Saber com quem se está falando”. Nesse sentido, o Logos (ocidental) é o lugar do nome desse Pai. (DERRIDA, 2005, p. 122).

A cultura do pai, logocêntrica, tem muitas raízes, como já dispusemos na primeira parte deste texto. Ela se desdobra em muitos dispositivos de saber poder e de modo especial na construção simbólico do casamento.

Nas letras de Clarice, fica óbvio o interesse no matrimônio, na defesa dele como princípio fomentador da harmonia conjugal. É nesse aspecto que os discursos ditos ressoam nas letras da literatura nos jogos da relação poder/saber. Família é um imaginário que sustenta o discurso estatizante, da economia e da gestão em geral. É também o fundamento mitológico do cristianismo.

5.7 O Papel Social Feminino

As imposições ao feminino permeiam a construção da confiança no cônjuge, no interesse por seu trabalho, na atenção destinada sobre o que ele quiser discorrer, em manter a casa limpa e apresentar refeições agradáveis e gostosas, mas saber conversar sobre outras coisas, além de culinária, já que duas pessoas (com o tempo

mais, agregando os filhos) vão conviver tantos anos juntas que há de se ter uma certa inteligência para não aborrecer o outro:

A dona de casa tem que ser, antes de tudo, uma economista, uma “equilibrista” das finanças, principalmente com as dificuldades da vida atual. O lar é o lugar onde devemos encontrar a nossa paz de espírito num ambiente limpo, sadio e agradável e cabe à mulher providenciar isso. Muitas erram ao fazer de sua casa uma vitrina permanente, onde não há liberdade para o marido fumar o seu cachimbo, para o filhinho brincar. Essas, geralmente, fazem da vida do lar um inferno e quase sempre obrigam o marido a ir procurar conforto e bem-estar noutra lugar, quando não nos braços de outra mulher. (Publicado em 24 de fevereiro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 45).

As funções indicadas ao feminino são ser economista (e no próximo enunciado a colunista elucida que isso significa saber o preço do que se compra e evitar desperdícios, por exemplo) e ocupar-se com os afazeres domésticos, fazendo daquele espaço algo agradável aos olhos do marido e dos filhos. Nos deveres de dona de casa, tratava-se de construir um ambiente de conciliação, limpeza – mas não uma prisão, cheia de regras, que beneficiam apenas a si mesma. A boa mãe, a esposa compreensiva, ela não se importa de refazer o que foi desfeito, ela cumpre novamente com suas obrigações domésticas quando os filhos e o marido assim o fazem necessário: “A mãe amorosa conjugava perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos” (COSTA, 2004, p. 262). Procura não induzir o adultério do marido por fazê-lo infeliz, com uma esposa que não permite que o mesmo usufrua de sua propriedade. Então evita reclamações, para que não seja trocada por uma mulher e um lugar onde o usufruto das coisas é permitido.

Devem as esposas comprar com consciência de estar pagando um preço justo, evitar desperdícios, organizar um cardápio equilibrado e balanceado, ater-se ao uso apropriado do gás e da eletricidade, sem exageros.

Assim, a função do feminino é que as mulheres consigam, dentro de seus afazeres indispensáveis, manter o foco no que é realmente significativo, abstando-se de gastos individuais considerados egoístas e prejudiciais à família. Se comprarem, que seja visando o bem-estar da prole e do marido. João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais descrevem como era visto o papel dos cônjuges na relação econômica:

A diferenciação de funções persistia: o homem continuava o “cabeça do casal”, o “chefe da casa”, o encarregado de prover ao sustento da família; a mulher, a mãe, a dona de casa, a esposa. A relação entre o

marido e a mulher tinha deixado de ser regida simplesmente pela hierarquia de superior para inferior: [girando inclusive] (...) em torno do orçamento doméstico e das pequenas coisas que preenchem a rotina da vida cotidiana. (MELLO & NOVAIS et al., 1998, p. 612).

Responsável pelo engajamento do lar, a mulher não devia acarretar prejuízos para a família, para isso devia lidar de maneira inteligente, abnegada e adequada aos recursos disponíveis. Clarice reproduz, nos seus textos nas colunas, o rígido padrão de comportamento familiar, com funções definidas pelo imaginário do período, mesmo que justificado pela necessidade cotidiana, de ser mãe e esposa, ou seja, tem de dedicar aos filhos e ao marido muito amor, muita atenção e tolerância, já que os erros de comportamento, em ambos os casos, são resultado das escolhas femininas em relação à consonância familiar. A mulher fora do matrimônio é tida como perigosa para a instituição familiar.

5.8 Zelar pela Maternidade

Se a função social do casamento, dentro da sociedade, é gerar filhos, se dos homens se espera que financiem a casa e sustentem a prole, das mulheres se espera a maternidade, ou seja, o cuidado, a educação, para que sejam bons cidadãos, futuros trabalhadores em prol da nação. De que forma agir?

Uma verdadeira mulher e mãe sabe que seus deveres vão além de alimentar, enfeitar e agasalhar o seu filho. Antes de tudo, deve dar-lhe amor. Amor que é devoção, cuidado, orientação e, sobretudo, participação em seus problemas e suas dificuldades. Toda mãe deve conhecer o filho que trouxe ao mundo, e isso consegue chegando-se a ele, ouvindo-lhe as primeiras queixas e os primeiros desejos. Deixá-lo inteiramente entregue aos cuidados de uma estranha, de uma babá, vendo-o por minutos, apenas, beijando-o apressadamente no momento de exibi-lo às visitas, é mais do que erro. É crime. Depois se queixam dos desgostos que, adolescentes, essas crianças lhes trazem. Ressentem-se da predileção que o filho não esconde pelo pai ou pela própria babá.

Não seja o monstro responsável pelas futuras falhas de seu filho, deixando-o levemente crescer longe de seus olhos e seus carinhos. (Publicado em 9 de setembro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 33).

Mulher de verdade, mãe de verdade (dentro dos padrões sociais, cumprindo as funções de gênero) sabe que os filhos precisam de amor³⁰, transcrito pela colunista como delegação de cuidados, como dispor de seu tempo para ouvir os filhos, conhecê-los e orientá-los, participando de suas vidas e não delegando essas responsabilidades à babá. O pai³¹ nem é mencionado, já que “[...] o machismo foi utilizado como bastião da estabilidade conjugal e como agente auxiliar na redução da mulher ao papel de mãe” (COSTA, 2004, p. 253). Entretanto, o discurso médico higiênico delega ao pai funções que vão além do provedor financeiro. Ele “Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da *raça* e maximizar o patriotismo da sociedade” (Idem, p. 240). Ainda assim, a autora entende que a maior parte da responsabilidade é feminina e, por escrever para leitoras, não discorre muito sobre os papéis masculinos na educação dos filhos.

A criança desamparada pela mãe, de acordo com a fala da autora, vai preferir ter mais estima por outras pessoas, como a babá que dela cuidou, ou o pai. Essa mãe é definida na citação como um monstro, e se torna responsável pelas falhas dos filhos.

A mulher, nesse contexto, teria a função de educadora primeira: seu ofício seria preparar o servidor futuro do Gran-Ser e aperfeiçoar o atual. Formadora do caráter dos filhos, sua atuação seria privilegiada, pois dela dependia a regeneração moral da humanidade. Como esposa, deveria ser a substituta da mãe/sogra, ajudando o homem a reprimir seus instintos incivilizados. Para tanto, ela não deveria exercer nenhuma atividade fora do lar, nem dispor dos meios materiais de independentização. [...] a subordinação da mulher ao homem seria necessária para garantir a unidade de direção do lar. No entanto, esse seu papel deveria ser bastante repressivo, consistindo em educar os sentidos do marido e dos filhos. (RAGO, 1991, p. 150).

Clarice utiliza palavras impactantes como MONSTRO, ou o exemplo do item “ENFIM, CASADOS”, quando se dirige à mulher como EGOÍSTA e ao homem como

³⁰ Enaltecendo o amor, a higiene visava justamente estimular a responsabilidade do casal na manutenção do casamento. Gozar com amor significava tirar o máximo prazer da vida em família. O sexo precisava do amor para permanecer circunscrito nos limites da casa. Ao Estado interessava não só a família fecunda, mas a família responsável. Manter os filhos era tão importante quanto produzi-los. Do contrário, a carga financeira da educação dessas crianças abandonadas recairia, novamente, sobre a administração pública; ou pior, o que era mais grave, a mortalidade infantil tenderia a aumentar (COSTA, 2004, p. 234).

³¹ O pai higiênico nasceu com outra ética e outra profissão. Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da *raça* e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos, diminutos. Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da *raça* e maximizar o patriotismo da sociedade. Eram deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, os seus únicos direitos: direito de trabalhar e direito de fornicar (COSTA, 2004, p. 240).

HERÓI, para causar desconforto em suas leitoras, na tentativa de as fazer pensar sobre esses papéis, pensar na culpa atribuída às “falhas”, que assim são caracterizadas pelo social. É uma forma de questionar, de desacreditar, de desconstruir para si e para outros, de forma implícita, o que não lhe parece certo, apesar do que lhe foi/é ensinado. Afinal, trata-se de colunas de jornal³² em uma imprensa que sobrevive se criar diálogo e, portanto, consumo com o seu público extremamente reduzido. Público elite, registre-se; Clarice não escreve para a mulher operária.

No quadro simbólico da família, a autora fala da atenção aos filhos:

Será de grande vantagem para a criança que os pais lhe dêem [sic] atenção, escutando sem interromper as longas histórias que tem a contar, pontilhadas de erros e muitas vezes difíceis de serem interpretadas. O clima de confiança que a criança sentir ao redor de si é de grande importância para o seu bom desenvolvimento psíquico e sua adaptação ao meio. As dificuldades que encontra em seus contatos com o exterior são neutralizadas pela eficiente orientação dada pelos pais.

Uma criança bem compreendida em seu próprio lar tem as melhores armas para vencer na vida, quando tiver que enfrentá-la (Publicado em 5 de agosto de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 47).

Nessa citação, ambos, pai e mãe, são inseridos. A eles são atribuídas tarefas como escutar os filhos (mesmo que não se entendam, mesmo que não lhes despertem real interesse), para que se sintam confiantes e compreendidos, e socialmente seja possível espelhar-se nessa base sólida construída em casa. A segurança deve ser plantada pelos pais.

Desde bem pequenas, as crianças devem ter em seus pais os companheiros de quase toda uma vida. As mães especialmente podem ser excelentes amigas, se souberem levar a tolerância e paciência que têm para muito trabalho doméstico e para muitas distrações, até seus filhos.

A filha deve sentir que sua mãe é a confidente, a amiga que dá opiniões, que tendo experiência certamente discernirá melhor. Seria muito bom que certas mães saíssem de sua fria autoridade para discutir certos problemas de grande interesse para a filha, que muitas vezes parecem ao adulto assuntos tolos e infantis, mas que para os pequenos são de vital importância (Publicado em 22 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 49).

³² [...] o jornal não é só um produto significativo da cultura na qual ele está inserido, mas também produtor dessa cultura (CAMPOS, 2009, p. 32).

Apesar de iniciar sua fala convocando os pais para serem companheiros dos filhos, Clarice retoma a maternidade e os desígnios sociais femininos de mãe e esposa para bem desenvolver essa função: tolerância e paciência. Direciona o conselho para as mães de meninas, pedindo para que esqueçam um pouco a “fria autoridade”, colocando-se num patamar mais humano, de amiga experiente, que percebe os problemas que afligem suas filhas enquanto pequenas, mas que as auxilie a resolvê-los. Podemos pensar em uma situação de desconstrução do perfil de “mulheres inimigas”, perfil tão imposto pelo discurso machista, sempre colocando uma mulher contra a outra.

Ouvir, aconselhar, ser amiga é levar em consideração, é deixar de lado rivalidades e pôr em prática a empatia. Parece um pouco caridoso, lembrando preceitos religiosos, que enfatiza o amor entre os membros da família, o amor materno? Pode ser. Mas só o fato de imaginar mulheres que se auxiliam já é uma grande desconstrução. Ainda assim, o amor dos filhos é visto como substituto ao (des)amor do marido, ou seja, uma forma de compensação a essa ausência. Seria importante, portanto, cultivá-lo, por razões de autoconvencimento. Poderia não ser amada pelo marido, mas o seria, ao menos, pelos filhos. Ainda sobre os filhos, Clarice continua:

A maior parte das pessoas acha que uma mãe, enquanto tem filhos pequenos, nunca pode repousar porque tem que estar permanentemente ao lado deles. É verdade. Mas é verdade também que a mãe realizará melhor o seu trabalho se puder desfrutar de vez em quando de umas verdadeiras férias. Pois mães e filhos se cansam mutuamente: vigiar e ser vigiado é relação que fatiga um pouco os nervos... (Publicado em 11 de maio de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 61).

A mãe precisa se dedicar aos filhos, dar atenção, amor, ouvir, aconselhar, mas precisa descansar deles também, assim como eles precisam descansar da mãe. Clarice pensa que, mesmo com os filhos pequenos, uma pausa no convívio é importante para revigorar a relação, o que me faz pensar: Com quem essas crianças ficariam enquanto a mãe descansa!?. Claro, a partir de uma determinada idade existe a possibilidade de estudo, o que auxiliaria muito o papel descrito pela autora de vigiar os vigiados, onde a escola estaria mantendo essa vigília no lugar da mãe. De acordo com Foucault, o bom adestramento ocorre com a vigilância hierárquica, que pode ser obtida mediante a ação militar, médica, escolar, enfim, instituições que auxiliem o Estado para produzir um comportamento normatizador pelo controle intenso e

contínuo, onde observadores controlam e vigiam os indivíduos, sendo fiscais dos que se tornam fiscalizados. E antes? Talvez o auxílio de uma babá, pensando, no caso, em pais com uma condição financeira favorável:

[...] a propaganda da imprensa começava a exibir a imagem de donas de casa sem os aventais. Esse antigo registro do trabalho doméstico foi transposto para o corpo das empregadas, enquanto a dona de casa ilustrada pela publicidade, sempre branca e bem arrumada, sorria, mostrando-se adepta dos novos eletrodomésticos coloridos, práticos e fáceis de usar. (SANT'ANNA, 2014, p. 113).

Embora a medicina e a moral tenham repellido as “amas secas”, as famílias com poder aquisitivo favorável poderiam contar com as empregadas, assim como com a tecnologia do momento, ambas de “grande auxílio” ao público feminino. Clarice silencia sobre mulheres pobres, de etnias desqualificadas pelo social, como era o caso das afrodescendentes. Ela faz menção às mesmas mulheres referidas na citação por Sant'Anna.

Sem negligenciar as crianças, pensando na responsabilidade perante a formação dos futuros cidadãos do país, Costa escreve:

[...] as mulheres viram-se, contraditoriamente estimuladas e impedidas de usufruírem da sexualidade. Os higienistas ensinavam-lhes que tinham o direito de gozar, mas não lhes deixavam tempo para o gozo. Preocupados em salvar as crianças, a família e o Estado, colocavam-nas numa posição sexualmente paradoxal. Procuraram, então, abrir válvulas de escape à insatisfação feminina, sem contudo abortarem seus projetos familiares e populacionais. (COSTA, 2004, p. 263).

Apesar de o autor referir-se apenas ao gozo sexual, pensar no deleite sobre a vida se aplica ao exemplo. Tinham então o direito de obter algum prazer pela vida, mas infelizmente lhes faltava tempo. Em suas mãos e mentes, a preocupação com a educação e disciplina das crianças, o cuidado com as atividades domésticas, a função de mãe e esposa perante a sociedade, já descritas anteriormente nos itens 5.6 e 5.7, as deixavam atribuladas. Assim, outras instituições serviriam de auxílio no papel civilizador dos futuros cidadãos, procriadores e prestadores de serviços para a sociedade. Poderiam descansar, mas jamais abrir mão de seus projetos.

A culpa, minha amiga, é o método de educação que você está empregando. É preciso compreender o seu filho. E o caminho principal para chegar a essa compreensão é o amor. Amar seu filho, porém,

não é absorvê-lo, dominá-lo, moldá-lo às idéias [sic] e objetivos dos pais. Esse erro, muito comum entre pais que desejam ver seus filhos vitoriosos, provoca na criança ou no adolescente a reação para fugir à sufocante atmosfera do lar.

Outro erro na educação dos filhos é o “respeito” levado ao excesso. Manter os filhos à distância, destruindo qualquer elo amistoso, torna os pais e filhos estranhos entre si, criando na criança o sentimento de abandono e solidão.

Também a bondade excessiva, a condescendência exagerada afetam e prejudicam seu filho. Os pais que cedem aos caprichos infantis, que se lhes curvam sempre, passam a ser considerados pela criança um brinquedo, [...] O filho não sente nos pais a proteção, a compreensão e o apoio de que precisa. Perde a confiança que deveria ter nos adultos.

Cada criança é um mundo novo, e cabe aos pais descobri-lo para conquista-lo e fazê-lo frutificar. (Publicado em 6 de novembro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 66).

Atenção, mães! Atenção com a forma de seus filhos serem educados! – orienta Clarice. Os extremos são negativos. Muita autoridade, muita pressão distancia os filhos. É preciso permitir que sejam o que lhes convém, dentro de um limite de proteção, sem ceder demasiado, porque, dessa forma, como a fala elucida, quando adultos não terão confiança para enfrentar o mundo, a realidade, os eventuais problemas e frustrações que decorrem enquanto se vive. Aprender a disciplina, mas ser capaz de tomar decisões. Ambas as lições precisam ser aprendidas pelas mulheres em seus papéis secundários, de suporte. Assim, no lar, na educação familiar, na reprodução da espécie e, ao mesmo tempo, donas da culpa dos erros existentes no mundo, que ombros fortes têm essas mulheres, mesmo sendo caracterizadas como delicadas!?

Observa-se que as mulheres são idealizadas como seres a-temporais e a-históricos, suportes da história da humanidade. Entronizadas no lar onde exercem a doce e benéfica influência sobre a sociedade. Como “rainhas”, elas transformam esse espaço em “escola da família”. São as conveniências do espaço doméstico que ancoram a produção e veiculação de representações que forjam o imaginário materno caro ao mundo do trabalho. Nele, a mãe cristã católica é aquela que realiza sua natureza – reprodução, resignação, amor, filantropia –, educando e apaziguando a natureza masculina. [...] Ou seja, se a natureza masculina se manifesta e os homens tornam-se viciosos, a culpa é das mulheres – mães, esposas e filhas -, que não souberam, ou não quiseram, cumprir a sua missão de conduzir os homens na direção do progresso e da civilização, das práticas da virtude e do trabalho honesto e produtivo. (RIBEIRO JÚNIOR, 2015, p. 491).

Apesar de não entrar diretamente na questão religiosa, é sabido que o discurso religioso é parte integrante da construção genealógica discursiva que interdita os papéis de gênero na sociedade. A naturalização desses papéis, seja na educação materna, seja no reforço dos estereótipos binários, traz exigências e culpabiliza o gênero feminino pelas mazelas sociais. Essa naturalização deveria ocorrer, por exemplo, através da educação. Clarice exemplifica:

É preciso inculcar nas crianças certas regras de boa educação que possam perdurar por toda a vida.

Com os amiguinhos deve procurar ser gentil e não forçar os outros a fazer suas vontades. As renúncias devem partir de todos os lados, para que haja contentamento geral. Uma criança que brinca com todos e não fica mal-humorada é uma companhia ideal e será sempre procurada pelos companheirinhos [sic] para fazer parte de seus folguedos. Isso disciplina a criança, preparando-a para viver no mundo dos adultos, que é cheio de sacrifícios e concessões. (Publicado em 10 de agosto de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 67).

Cabe ensinar aos filhos as regras da convivência social, sabendo que existem sacrifícios e concessões por toda a vida. Isso se aprende desde cedo, quando as crianças estão a brincar, e já colocam em prática a gentileza de ceder um brinquedo, de agradar ao outro e não sempre a si mesmo. A criança precisa ser bem-vinda desde o início, para não se tornar um adulto egoísta e excluído, para ser companhia agradável e desejada. As mulheres se familiarizam muito com esse discurso propagado pela autora.

A função materna fundada no amor exige subserviência. A esposa, unida ao esposo, possui no amor o instrumento procriador, dando aos pósteros o papel primordial no seio familiar. Em nome desse amor, a mulher deve cumprir sua obrigação de praticar a renúncia, de dialogar com os filhos, de fumegar neles o senso de responsabilidade, tendo como gratificação a realização pessoal de seus descendentes.

Ser mãe, [...] era a mais nobre profissão à qual as mulheres poderiam almejar, já que esse era o destino verdadeiramente biológico constitutivo do gênero, e não a busca pela sobrevivência fora de casa, considerada uma aberração. Além disso, a maternidade consciente era a mais importante e útil contribuição social dada pelas mulheres ao País, já que a preservação ou a degradação dos primeiros anos da infância estava justamente em suas mãos. Conforme muitos diziam à época, caberia aos homens a preocupação com a sobrevivência da família, com a “luta cotidiana” e “individualista” do mundo moderno. As

mulheres deveriam ter uma profissão muito mais nobre e edificante do que qualquer outra: a maternidade. (CAMPOS, 2009, p. 111-112).

Como Clarice, a citação confirma o matrimônio saudável como o grande elo e que desemboca na formação dos filhos, pois que casal harmonioso gera filhos saudáveis. As filhas, ressalta a autora especialmente, devem acompanhar a mãe: “[...] a filha deve sentir que sua mãe é a confidente, a amiga que dá opiniões, que, tendo experiência, certamente discernirá melhor”. Mas reconhece que, na vida real, isso não acontecia ainda: “[...] seria muito bom que certas mães saíssem de sua fria autoridade [...]”, ou seja, na intimidade do lar, a autoridade é mãe; isto é: Clarice não nega a necessidade da autoridade, nem a masculina, nem a feminina, pois o seu tempo foi um tempo em que os discursos convergiam para o logocentrismo³³, cuja veridicidade estava focada em verdades construídas pela ciência e pela religião.

A maternidade, no ideário mostrado por Clarice, tem função fundamental. De um lado ela realizaria a própria existência do ser feminino, por outro, possibilitaria realizar a incumbência social que seria a de gerar filhos saudáveis. Tendo a opção de relegar seu desígnio de mãe às empregadas domésticas, comprometeria o futuro dos filhos, já que ao pai cabia trabalhar (para honrar a prole ao investir em sua saúde e educação), ser honesto (para dar exemplo), fiscalizar os filhos e poupar (pelo futuro dos mesmos), no encargo masculino de cidadão reprodutor racional.

As singelas mudanças não desobrigam a mulher de sua condição social como mãe e esposa, pois alcançar essas colocações é ser esclarecida, ainda mais em um momento, descrito por Mello e Novais, em que “[...] os filhos ocupavam crescentemente o centro da vida doméstica”. Então, apesar dessa valorização dos filhos, as funções femininas deveriam, contudo, ser mantidas integralmente, independentemente do grau de emancipação em que se encontrassem.

5.9 O que Desejar/Esperar do Homem

O papel social masculino não foge das delimitações discursivas porque eles também tinham funções a desempenhar nesse imaginário social. As mulheres

³³ Logocentrismo é um termo cunhado pelo filósofo alemão Ludwig Klages nos anos de 1920 e se refere à tendência, no pensamento ocidental, de se colocar o *Logos* (palavra grega que significa *palavra* ou *razão*) como o *centro* de qualquer texto ou discurso. Jacques Derrida usou o termo para caracterizar boa parte do pensamento ocidental desde Platão: uma busca constante pela "verdade".

esperavam algumas aptidões, desejavam algumas atitudes na busca pelo futuro companheiro. E tratar delas é de fundamental importância na construção das relações de poder e do discurso normativo.

Clarice escreve:

Que conjunto de qualidades, virtudes e aptidões precisaria ele possuir para satisfazer as exigências de uma esposa.

De acordo com a opinião das moças, um marido deverá ser carinhoso e fiel. Esses são os principais atributos. Deverá ser também trabalhador, preferindo umas, depois dessa qualidade, que o marido em apreço seja ambicioso. Outras preferem que além de trabalhador seja pacato, amante do lar.

Portanto, carinhoso, fiel, trabalhador e ambicioso ou pacato, são essas as principais qualidades que um marido ideal deverá ter. Mas será que o marido ideal existe mesmo, ou só vive para a imaginação das moças sonhadoras?

Não é tão difícil – achamos – encontrar um marido que preencha as exigências das filhas de Eva. Isso porque, quando um homem está apaixonado, ele consente em se tornar aquilo que sua amada deseja que seja. É pena que passado o período da paixão aguda, o homem volta a ser o que era, com todos os seus defeitos e limitações. (Publicado em 21 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 76).

Não existia uma exigência discursiva acerca do “marido ideal”, e, de fato, o que se esperava do homem eram comportamentos “naturalmente” masculinos, como a infidelidade e a autoridade. Assim, portanto, que as mulheres aprendessem a ser tolerantes, porque a vitimização masculina era proporcionalmente frequente à responsabilização feminina. As mulheres, de acordo com Clarice, elegeram as características do “homem ideal”, o sonho inalcançável. A autora aponta as principais, como ser carinhoso, fiel, trabalhador, ambicioso e pacato (com o detalhe da ausência da exigência estética!). Analisando as características sociais da época, é um perfil um tanto quanto difícil de ser conseguido, apesar de parecer que elas pouco exigem. E, quando alguém assim é encontrado, pode estar usando a dissimulação com a finalidade de conquista, não havendo garantias de continuidade. Essa dissimulação, para a autora, pode ser realizada também pelas mulheres, inclusive, como já explicitado, quando forem discordar do marido. Não é necessariamente algo negativo, mas uma forma de tentar manter a boa convivência. Ao referir-se à fidelidade e ao homem caseiro, era sempre aconselhado que as mulheres agissem para “reconquistar” o marido, no lugar de confrontá-lo quando agia diferentemente. Assim explicita Pinsky:

Ser “leviano” é praticamente um direito natural masculino. Permitir que seja exercido é algo justificável não apenas em nome da estabilidade do casamento, mas também de algo mais sublime, o amor. Além disso, uma mulher só pode realizar-se emocional e financeiramente ao lado de um marido. Assim, a dissolução do casamento deve ser evitada por ela a todo custo.

O modelo tradicional da “boa esposa” – que “jamais fica amuada e de maneira alguma aborrece o marido” – também desfila pelas páginas de *Claudia*. Se a “boa esposa” desconfia da fidelidade do marido, simplesmente “redobra os carinhos e as provas de afeto” com relação a ele. (PINSKY, 2014, p. 254).

Se ele traiu, algo tido como natural de seu gênero, atraí-lo novamente é muito aconselhado, porque o homem foi vítima de uma inimiga: a mulher com quem ele traiu. Isso tudo é proposto porque, como explicita Pinsky, só “através” do homem a mulher tem chances de se realizar sentimental e financeiramente – o que já explica a escolha pelos homens trabalhadores/ambiciosos.

Um homem tipo galã está sempre cercado de admiração feminina, e a admiração vai a tal ponto que muitas mulheres chegam a desprezar o fato de o homem ser comprometido.

Se, de um lado, uma esposa casada com um homem bonito tem um justificado orgulho de ser acompanhada por ele e receber seu amor, por outro lado, viverá sempre em constantes sobressaltos, porque sabe que seu marido é terrivelmente cobiçado. Em compensação a esposa de um homem feio, sem ter a seu lado um galã, que atrai a atenção de todas as mulheres com quem cruza, terá uma vida mais tranquila e sem apreensões, pois sabe que seu marido quase passa despercebido. (Publicado em 7 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 82).

Clarice reafirma não só os papéis prescritos para a dona de casa e mãe de família ideal, como também, no contraponto, descreve papéis de homem ideal. Casar era formar uma dupla. Para isso, eram balanceadas as preocupações acerca das escolhas, essas com menor interferência familiar, ou seja, mais individual. Para a felicidade conjugal, eram importantes a fidelidade, a divisão das preocupações e, em menor quantidade, a aparência: Um homem tipo galã está sempre cercado de admiração feminina, e a admiração vai a tal ponto que muitas mulheres chegam a desprezar o fato de o homem ser comprometido.

Para se casar, o par deveria sentir que possivelmente se entenderia, que combinaria. Assim, ao selecionar os candidatos para o matrimônio, a colunista elenca características essenciais, considerando importante o homem carinhoso, leal, trabalhador, posto que as mulheres desejam um novo lar sobre o qual prologar e fazer

valer sua existência. No que tange aos aspectos físicos, que o homem seja belo não é prioridade, porque sua aparência atrai a concorrência, interferindo na estabilidade, na tranquilidade do matrimônio. Clarice não julga interessante apoiar-se na aparência masculina, que, ao cativar tanta admiração feminina, aumenta a concorrência e o incômodo. É preferível, portanto, o marido desprovido ou com pouca beleza, que passa despercebido, que não chama tanto a atenção, já que as mulheres, tanto as conceituadas como desprovidas de moral, quando encantadas pela beleza masculina, parecem não ser capazes de respeitar o casamento alheio.

Sobre a aparência masculina, Sant'Anna escreve:

A feiura masculina usufrui de maior aceitação do que a feminina. Homens medonhos ainda assim puderam ser considerados charmosos. No caso das mulheres, tudo se complica. [...] em culturas nas quais os homens são os principais encarregados da luta pública pelo sustento familiar e a administração social, suas aparências precisam expressar alguma ferocidade. E a aparência feroz está menos comprometida com uma suposta doçura ou alguma harmonia das feições. [...] a imprensa brasileira divulgou numerosos exemplos em forma de chacota: homens baixinhos, barrigudos ou magricelas, compuseram alguns dos tipos preferidos das piadas publicadas. Tornavam-se, contudo, charmosos se fossem espertos e engraçados. [...].

O feiozinho podia seduzir e provocar risos ao fazer pilhéria de seu próprio estado. (SANT'ANNA, 2014, p. 71 e 72).

A mulher feia sofria muitos preconceitos sociais. O homem feio possuía várias saídas: ser engraçado, ser feroz, charmoso... porque sua função social não era embelezar, mas ser provedor. Doçura e harmonia não combinavam com determinação e ferocidade – o que se esperava socialmente do homem. Percebe-se, mais uma vez, que uma mesma situação aponta diferentes exigências para homens e mulheres. Ainda sobre isso:

[...] espera-se que a voz de um homem seja grossa. Seu modo de andar também precisa confirmar a firmeza do seu sexo. [...].

Esperava-se que um homem de verdade fosse provedor e predador. Nunca a caça, sempre o caçador. Toda a sua silhueta devia expressar firmeza e destemor. Especialmente o tórax: anteparo, armadura, prova de força para agarrar o mundo e proteger o suposto sexo frágil. (SANT'ANNA, 2014, p. 105 e 106).

Homens e mulheres precisavam ser diferentes, precisavam agir diferentemente, precisavam parecer diferentes, além de ocupar espaços e funções

diferentes. Das mulheres se esperava, muitas vezes, o oposto do que era exigido aos homens.

5.10 A Mulher Esclarecida

No caso de mulher esclarecida, ter assunto e saber conversar são requisitos, mas devem ser limitados. Clarice afirma que as mulheres deveriam ler mais e melhor, mas sem necessidade de aprofundamento:

Digo-lhes que “esclarecida” é a mulher que se instrui, que procura acompanhar o ritmo da vida atual, sendo útil dentro do seu campo de ação, fazendo-se respeitar pelo seu valor próprio, que é companheira do homem e não sua escrava, que é mãe e educadora e não boneca mimada a criar outros bonequinhos mimados.

O fato de uma mulher ser livre não implica que ela deva libertar-se também dos liamos de moral e pudor, que são, afinal, embelezadores da mulher, e, portanto, indispensáveis à sua personalidade.

A mulher esclarecida sabe disso. Ela estuda, ela lê, ela é moderna³⁴ e interessante sem perder seus atributos de mulher, de esposa e de mãe. Ela cultiva, especialmente, sua capacidade de ser compreensiva e humana.

A futilidade é fraqueza superada pela mulher esclarecida. (Publicado em 21 de agosto de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 18).

Nós, mulheres, principalmente, que sabemos encontrar tempo para tantas coisas, devemos arranjar uns minutos diários para a leitura. Não é necessária a leitura prolongada, nem são precisos os livros complicados. Coisa leve, variada, que nos dê uma visão rápida do mundo em que estamos e do que acontece nele, no campo das ciências, das artes, da política e... dos “disse-me-disse”. (Publicado em 28 de outubro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 44).

Quando Clarice escreve “dentro do seu campo de ação”, ela imediatamente delimita para a mulher o espaço social do discurso normativo e ainda sugere que a mulher respeite seu valor, o que faz pensar na frase “dar-se ao respeito”, como se houvesse a necessidade de provar, a partir do comportamento e da aparência, que, sendo uma mulher dentro das normas sociais, deveria ser respeitada. Ser livre

³⁴ Aos olhos da década de 1940, uma mulher moderna era aquela que se responsabilizava pela escolha de seu futuro marido, ou seja, com pouca ou nenhuma intervenção dos pais. Esse direito de escolha era tido como algo moderno nesse período, e trouxe consigo a preocupação da conquista conjugal, ou seja, já que a função primordial do gênero feminino se definia no ambiente privado, podendo ler-se como esposa e mãe, conquistar um marido se tornou um mérito pessoal, do qual características como a estética e o porte físico contavam imensamente, assim como dotes domésticos. (MAIA, 2011).

significa, na escrita da colunista, continuar nos padrões morais, embelezadores, onde a personalidade é definida por esse padrão estético. Que a leitura seja leve, variada, mas sem muito aprofundamento. Continuar mãe educadora, evitando ser mimada e também evitando mimar os filhos. É, de fato, um modelo de mulher burguesa, como ressaltado pelo professor francês Gabrielle Houbre (2002).

A artificialidade e a futilidade são atribuídas às mulheres mundanas, como elucida Schpun:

Diametralmente oposta à Luz, as mulheres “mundanas” não recusam nenhum meio de sedução, empregam todos os artifícios para conquistar os homens. Elas não atingem jamais seu objetivo: caracterizadas como mulheres fúteis e nada “naturais”, elas constituem mau exemplo e acabam sempre perdendo. (SCHPUN, 1997, p. 85).

Schpun elucida porque Clarice reprova a futilidade, já que essa característica é reflexo do comportamento de mulheres mundanas, excluídas, que saem perdendo, ou seja, não atingem o famigerado e desejado casamento. Rago elucida sobre o momento brasileiro e a genealogia de seu discurso contemporâneo:

[Na virada do século XIX para o XX] Estamos entrando numa época em que as mulheres passavam a valorizar mais fortemente a elegância, a sofisticação visual, a atração que podiam exercer pela aparência e em que várias vozes se levantavam em favor da decadência e da moralidade. A roupa se transformava num sistema semiótico e a preocupação em definir claramente a diferença entre as “honestas” e as “mulheres de vida airada” ficava mais premente. Mas, como estabelecer esses limites? Mais uma vez o medo diante da presença das mulheres falava alto em determinados setores da sociedade.

Nos espaços públicos de diversão, o regulamento propunha recato e silêncio às meretrizes pobres. Valorizava-se o ideal da mulher doméstica, contida, que não exprime suas emoções, que controla as pulsões corporais e o desejo. A prostituta era tão reificada pelos vestimentos estratégicos do poder no controle de sua aparência quanto nas relações sexuais com os fregueses. O papel a ser representado era o não-papel, a não-existência para não ser percebida pela multidão e não se destacar de outras mulheres, silenciosas como ela. Se o ideal do indivíduo sem rosto visava atingir toda a sociedade, no caso da prostituta ele era explicitado sem insinuações, já que ela era destituída de toda espiritualidade e percebida como pura encarnação sexual.

Vale lembrar que, nessa época, mulheres vestidas com trajes masculinos haviam sido encaminhadas à polícia ou ao hospício, e que, com vestidos mais curtos do que habitualmente se usava, não conseguiam andar livremente nas ruas da cidade. (RAGO, 1991, p. 115).

Pode parecer limitada a afirmação de Clarice acerca de mulheres esclarecidas vinculadas diretamente à aparência, mas, como Rago bem pontua, a valorização da sofisticação e, por conseguinte, da aparência, seria importante para que os “tipos” de mulher pudessem ser classificados. Assim, a partir da escolha das roupas e do comportamento adotado, saber-se-ia que mulheres são (des)honestas, ou seja, o comportamento e a aparência conduziriam ao julgamento, onde o padrão normativo higiênico as classificaria. Dessa forma, tornava-se possível punir/excluir quem transgredisse.

Para Costa, a questão dos limites é abordada para manter a ordem hierárquica dos sexos:

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias [sic] que reforçassem a imagem da mulher-mãe. A mulher intelectual dava mal (sic) exemplo às outras mulheres. Obrigava-as a ver, e quem sabe a acreditar, que podiam substituir por iniciativa própria, sem concurso dos maridos. Emancipada intelectual e profissionalmente, a mulher comprometia o pacto machista firmado entre a higiene e o homem. (COSTA, 2004, p. 260).

A mulher independente, intelectual, sugeria uma vida fora do que a sociedade esperava das mulheres, uma vida que já era atribuída aos homens e, portanto, não cabia a mais ninguém ocupar. Essa escapada da realidade bagunçaria a ordem imposta aos sexos, comprometendo o bom funcionamento da sociedade.

(...) profissões urbanas ocupadas majoritariamente por mulheres e que colaboraram para sua emancipação, como a docência primária, a enfermagem, a telefonia ou o secretariado. [...] requeriam qualidades supostamente constitutivas do *sexo frágil*, como paciência, docilidade, sensibilidade e disposição intrínseca à submissão. (CAMPOS, 2009, p. 83).

Assim, era importante que as mulheres limitassem sua ambição, de acordo com Clarice, “dentro do seu campo de ação”.

A mulher inteligente não é escrava dos caprichos dos costureiros, dos cabeleireiros ou dos fabricantes de cosméticos. Antes de adotar a última palavra da moda, ela estuda o efeito da mesma sobre o seu tipo. A mulher inteligente sabe que mais importante que parecer “chique” é parecer bonita. Não quero dizer que ela ande fora de moda, use roupa e penteados antiquados. Mas o que ela usa é o que lhe fica bem, ajuda na sua figura, realça a cor e o brilho de seus olhos e cabelos, a cor da sua pele, remoja-a e torna-a ainda mais *interessante*

para os olhos masculinos. (Publicado em 11 de dezembro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 29, grifos nossos).

No caso da palavra "inteligente", quando adjetivo atribuído a uma mulher, remete à aparência. Inteligência seria reconhecer seu biótipo e "o que lhe cai bem". Resumindo, mulher inteligente é aquela que sabe se arrumar, não com qualquer coisa que esteja à venda, mas com aquilo que lhe parece visivelmente correto. Diferentemente, ser escrava da moda a faria cometer erros estéticos, além de induzir o consumismo, ruim aos olhos do provedor. E, por fim, é formulada a frase de maior desconforto, de um ponto de vista crítico atual, ser "interessante aos olhos masculinos", ou seja, agradar os homens, para atingir o casamento, para ser mãe, para cumprir os desígnios femininos. Não era permitido às mulheres agradar a si mesma? Vestir-se para si mesma? Fazer feliz a si mesma? Decidir segundo sua própria vontade?

De modo geral, herdeiros das luzes, médicos e juristas reforçavam os argumentos de que as mulheres em geral possuíam um físico débil e um temperamento frágil, razões pelas quais deveriam estar mais sujeitas à vigilância do que os homens. Sua entrada na esfera pública só poderia ser muito conturbada.

Por isso mesmo, recomendavam a censura de leituras que excitassem a imaginação, de vistas obscenas, de conversas insinuantes e a interdição de companhias perigosas. (RAGO, 1991, p. 144 e 145).

O discurso aqui construído genealogicamente aponta argumentos que justificam o comportamento descrito como correto por Clarice. As mulheres, frágeis e delicadas, não eram vistas como capazes de tomar decisões. Por isso, os homens, caridosos e conhecedores do mundo, faziam escolhas por elas. Esse era o argumento, inclusive, para tentar evitar a emancipação intelectual e econômica das mulheres.

Se você for inteligente, a idade será "mais" um motivo de atração e não uma desvantagem. A experiência adquirida, a serenidade, que apenas o tempo lhe dá, a distinção, a compreensão farão de você uma companhia atraente e agradável. (Publicado em 26 de agosto de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 35).

Inteligência se define, com o passar do tempo e com o amadurecimento, como serenidade, experiência, distinção, compreensão e boa companhia. Que as mulheres amadurecidas pela idade entendam que seu valor é mensurável, mesmo não obtendo mais características anteriores, como a juventude corporal, a oportunidade de progeneração. Numa sociedade que vê com maus olhos o envelhecimento feminino, "[...]

perda de prestígio social, o afastamento do convívio social” (SCHPUN, 1997, p. 104), afirmar valor às não tão jovens é, até mesmo para a autora já com cerca de 40 anos, preocupação e vontade de ainda ser aceita e admirada.

- 1) procure variar e ampliar suas atividades. A limitação de interesses torna você própria limitada;
(...)
- 3) A teimosia sem fundamento é sinal de pouca inteligência;
(...)
(...)
- 6) estude, procure instruir-se interessando-se por toda espécie de leituras. (Publicado em 2 de outubro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 65).

Havia que ampliar e variar seus assuntos e atividades para não ser limitada e repetitiva, para conseguir conversar com o sexo oposto sem aborrecê-lo. Entretanto, discutir, impor seu ponto de vista e argumentar são julgados, quando ações vindas do feminino, como teimosia. Aqui vale lembrar a explicação de Costa posta logo acima sobre a emancipação feminina e o desequilíbrio social a partir da prática. Por estarem em ambientes diferentes, os casais desconheciam ou não se interessavam por assuntos alheios. Isso poderia gerar conflitos e desestimular a comunicação entre os cônjuges. Assim, caso as mulheres soubessem brevemente alguns assuntos semelhantes aos homens, seria viável um diálogo mais aproximado. Entretanto, importante mesmo, para saber conversar, era saber ouvir, para o que reapresentamos um excerto já anteriormente apresentado:

Uma das qualidades mais apreciadas pelos homens nas mulheres é a atenção. A mulher que sabe ouvir agrada e impressiona seu interlocutor, a ponto dele se sentir bem em sua companhia e não notar que o tempo passa. (Publicado em 15 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 31).

Saber ouvir é sinônimo de silenciar-se, de submeter-se ao argumento do outro, de concordar com o outro. Aquela que concorda agrada, aquela que não discute é boa companhia, discurso que vem a calhar com as explanações já feitas. Ao conversar, as consortes deveriam levar sempre em consideração seu tom de voz, mantendo-se discretas:

Em primeiro lugar, lembre-se de que deve evitar falar como se estivesse numa feira movimentada. Corrija-se, a cada minuto, se tiver esse defeito. Em segundo lugar, sua voz deve sair naturalmente, rica em entonações discretas, apenas, e não exageradas. (Publicado em 22 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 32).

Os interesses femininos são encarados como diferentes dos interesses masculinos. Preocupar-se com a boa criação dos filhos, que deveriam, pelas mãos das mães, tornar-se adultos satisfeitos e bem resolvidos, assim como agradar o cônjuge, eram assuntos mais adequados às mulheres, assim como o conhecimento sobre a boa aparência, a vida saudável, e seus pares. Um conhecimento raso, apenas para fugir da futilidade das compras, da alimentação, de assuntos que de nada interessavam aos homens, eram a proposta para manter a opressão machista sobre o feminino, já que intelecto demais era perigo. Rago afirma:

Fundamentalmente, a teoria da diferença biológica dos sexos foi utilizada de maneira extremamente conservadora para justificar tanto a opressão machista sobre a mulher, quanto sua exclusão do campo da vida pública, num momento em que estava em jogo o debate sobre os direitos de cidadania na sociedade. (RAGO, 1991, p. 162).

Eram recomendadas pelos médicos e juristas leituras que não aguçassem a imaginação, para evitar questionamentos como reconhecimento de direitos de cidadania. Propondo a inferioridade biológica, física e mental das mulheres, argumentada pelo fato de elas se deixarem levar por suas paixões e por serem extremamente carentes, o que as colocaria em um estado de passividade, o homem parecia ter direito de propriedade sobre o corpo e a mente da esposa. Basicamente, o universo feminino, em suas linhas, parecia resumir-se em obrigações sobre a aparência, tanto doméstica quanto física, para agradar e manter o homem.

Outra questão de alerta para as mulheres: julgar que, porque casou com ele, está dispensada de seduzi-lo, é outro grave erro. O homem é volúvel. Sua busca da “mulher ideal” é apenas uma forma romântica com que encobre essa volubilidade, e podem envelhecer sem descobrir realmente o que querem da mulher. Só sabem que a querem – sempre bonita e renovada, se possível.

A faceirice é, portanto, obrigação para a mulher. Nem a mulher de negócios, nem a cientista, nem a mulher de letras, nem a esportista dispensam esse dever primordial para a conquista do homem [...]. Façamos, portanto, por conquistá-los. (Publicado em 23 de dezembro de 1959. LISPECTOR, 2006, p. 15).

Também as mulheres que adquirissem interesses que extrapolassem a maternidade e os afazeres domésticos deveriam sempre se lembrar de jamais estarem em débito com essas prioridades, pois de cada um delas também dependia a conquista do homem, que não deveria ser limitado em suas exigências. O

entusiasmo com sua condição era, para a autora, uma qualidade essencial na relação entre gêneros. Soa como uma estratégia feminina para sempre atrair o masculino, já que a mulher intelectual e trabalhadora se equipararia ao homem, pervertendo com seu mau exemplo a moral da mulher-mãe, o que dissolveria a família, pois acabaria com a inferioridade feminina e com o propósito do machismo.

Mesmo que Clarice aconselhe as mulheres a adquirir um estilo que combine com suas respectivas personalidades, os limites a serem observados deveriam partir da mentalidade masculina. Essa devotada inquietação em agradar os homens confere ao papel feminino o aviltamento constante, mascarado por delicadeza, tolerância, beleza ou alegria impostoras.

As entrelinhas do discurso silenciam a reprovação acerca da escolha feminina por uma carreira, e não pelo casamento. Mulher solteira é ameaça à heterossexualidade compulsória, ou seja, ao equilíbrio de se formarem pares heterossexuais. A solidão era proferida enquanto antagonista da felicidade, para convencer as mulheres de que seriam ou eram felizes no casamento. A mulher sozinha não teria com quem “[...] dividir os duros encargos da vida” (MAIA, 2011, p. 203). Investir em estudos e em uma carreira não deveria ser pensamento feminino, pois assim estaria competindo com um espaço masculino na sociedade e, dessa forma, o equilíbrio também sairia prejudicado: “[...] assumir uma profissão significava para algumas mulheres correrem o risco de permanecerem solteiras” (MAIA, 2011, p. 189). Mulheres que pensam sobre carreira e estudo perdem seu momento de juventude, que deve ser dedicado ao encontro do cônjuge. Deveria haver uma opção entre marido e profissão – os dois, não.

Caso a escolha fosse o marido, escolha essa esperada e desejada pela sociedade, era importante lembrarem-se de manter a submissão. Existe, para tanto, a “arte de discordar”, que Clarice anuncia:

A arte de discordar consiste, especialmente, em não agredir... discordar sem “agredir com palavras” ou com tonalidade de voz é um modo de, possivelmente, chegar a um acordo. Ou pelo menos é assim que se pode comunicar um pensamento, uma opinião, sem criar à toa um inimigo. (Publicado em 7 de novembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 31).

Se for argumentar, que seja de forma branda, sem inferiorizar a opinião masculina. Manter-se delicada, não questionar, não se impor, mas, caso necessário, saber ceder até encontrar um equilíbrio do que é desejado por ambos.

[...] a fala das mulheres soa muito mais “bem-educada” do que a dos homens. Um aspecto da boa educação é o que acabamos de descrever: deixar a decisão aberta, não impor sua opinião, ponto de vista ou posição a ninguém. (LAKOFF et al., 2010, p. 27).

Sabemos o que já foi dito pela autora sobre casamentos que acabaram devido às palavras mal ditas pelas esposas.

5.11 A Aparência Feminina

O que fazer para não ser excluída? Como evitar essa situação? Que cuidados e procedimentos seguir? De que homogeneidade estamos tratando?

Clarice nos dá algumas dicas: as citações tratam de situações semelhantes, onde a regra é o controle, ou seja, o combate ao excesso. Excesso de quê? Em todas as citações, é enunciado o excesso sobre comer e acumular gorduras, ao mesmo tempo em que isso se vincula à ideia de excesso fórmulas para combater esses males e regras para evitá-los.

Por exemplo, a *mania de estar sempre comendo* alguma coisa, como um chocolate, um caramelo, um sorvete, como se vivesse eternamente com fome. Além de ser extremamente deselegante, dá a impressão de que não come o bastante em casa. Os *homens detestam* isso. Sem falar nas gordurinhas supérfluas que essa gulodice constante faz aparecer.

Outra mania prejudicial é aquela de *falar alto, rir alto*, esquecer quem está ao seu lado para dirigir-se ao público à volta. Os *homens* costumam *fugir* apavorados desse tipo de mulher. (Publicado em 3 de fevereiro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 16).

A fome constante é deselegante, assim como é deselegante parecer que não tem comida em casa, ou seja, a falta, o vínculo com a pobreza, além de ficar evidenciada no corpo a marca da falta de limites, ao tratar das “gordurinhas supérfluas”. Além disso, reafirma o modelo estético desejado: sem obesidade, sem feiura. Vemos no discurso que a obrigação feminina é manter o controle, sobre a alimentação, sobre os risos, sobre a sua conduta. Sem esse controle, a mulher não obtém o direito ao casamento. Assim escreve Sant’Anna em obra supracitada:

Os conselhos foram exaustivos em suas repetições e insistências. Tratava-se de conter qualquer exagero, de controlar meticulosamente a presença corporal e emocional. Mulher bela devia saber se conter: gritos, risos longos, choros compulsivos, bocejos, tudo isso podia

enfear o “brotinho” e deixá-la solteira para sempre. (SANT’ANNA, 2014, p. 92).

A violência é revestida de beleza, quando coloca como feia a mulher a gorda, a pobre, a exagerada, a “encalhada” que não conseguiu casar. O discurso de controle é exercido no sentido da educação corporal, na preparação para o convívio social, através da normatização de regras de cunho moralizante.

Não saber parar de se *enfeitar* é como não saber parar de *comer*. Só que, na elegância, a *indigestão é dos olhos*. (Publicado em 15 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 21, grifos nossos).

Na segunda citação, é enunciada uma analogia sobre percepção dos limites. Quando não há controle na alimentação é sentida a indigestão. A analogia pende para a falta de controle quando a mulher não consegue “parar de se enfeitar”, que supostamente causaria “indigestão aos olhos”, ou seja, não traria a ela uma aparência agradável.

A ideia proposta pelo discurso incentiva o limite na maquiagem, nas joias, nas roupas, assim como na alimentação, porque quando se foge dos cuidadosos procedimentos estabelecidos, aparece a caracterização do anormal, trazendo a construção de uma figura que deve ser excluída, por se tornar indesejada, já que não segue (ou rompe) com as normatizações morais estabelecidas pelo discurso. Rago explica que as mulheres passavam por uma espécie de ritual para se tornarem prostitutas:

Trocando de nome, a prostituta mudava também a cor do cabelo, encurtava e decotava as roupas, passava a se maquiar com mais extravagância, enfeitava-se com jóias [sic] que revelavam seu *status*, produzia marcas no corpo, como tatuagens. Além disso, devia aprender toda uma nova maneira de falar, conhecer as gírias desse meio, assim como as modalidades diversificadas de conduta que eram mais valorizadas. (RAGO, 1991, p. 238).

Assim, manter-se no padrão de normalidade imposto pela formação discursiva era também uma questão de preservar a integridade familiar, além de diferenciar-se das mulheres da rua. A violência ocorre com as mulheres extravagantes nas cores, nas maquiagens e nas joias, consideradas “mulheres públicas”.

“Mulher pública”, a prostituta foi percebida como uma figura voltada para o exterior, mulher do mundo sem vínculos nem freios, ao contrário

da mãe, toda interioridade, confinada no aconchego do espaço privado. (RAGO, 1991, p. 148).

Ser diferente da prostituta, mulher que vivia no ambiente público, na rua (espaço por excelência do homem), fazia a mulher do espaço privado, do lar, uma mulher íntegra, engendrando com isso a normatização de um comportamento através de uma ação (ou ações) pela qual esta não faz o que aquela faz.

Quem eram essas mulheres divergentes? Como eram classificadas? Rago elucida:

A presença feminina no cenário urbano incomodava de várias maneiras; seja como trabalhadora, seja como prostituta; fumando ou usando roupas mais curtas. Desconhecida, a sexualidade feminina se tornava um grande medo e uma atração. Daí o enorme interesse em torno do desvendamento do corpo da mulher, desde meados do século passado, tanto pelos saberes científicos, quanto pelas artes. Como ameaça sexual, é visível a irritação provocada pelas prostitutas, quando abordavam diretamente os homens. Medo? Segundo nosso código moral, ao sexo forte cabia a iniciativa de aproximação sexual, segundo um modelo masculino que valoriza a virilidade, os pêlos [sic], a coragem e a força. (RAGO, 1991, p. 122).

Prostitutas, concubinas, mulheres que rompiam com os padrões de conduta estabelecidos, trabalhadoras, públicas, adúlteras, de sexualidade aflorada, ninfomaníacas que acabavam em hospícios, que mantinham seu corpo à mostra, despudoradas, perseguidas, estigmatizadas, todas eram basicamente uma ameaça! E como deveria, então, proceder a mulher adequada? De acordo com Clarice, a “[...] mulher inteligente procura, portanto, a discrição como regra básica de toda a sua vida. Discrição no vestir-se, no maquilar-se, nos gestos, na voz e até mesmo nas opiniões [...]”, evitando tanto ofuscar o cônjuge, quanto parecer vulgar, já que “Chamar a atenção não é a finalidade de uma mulher elegante e inteligente” (LISPECTOR, 2006, p. 17) Inteligência vira sinônimo de recato, submissão, ao se tratar da mulher. Estupidez seria renegar esse padrão. Essa arbitrariedade é explicada pelo medo da emancipação feminina, que poderia transformar a mulher em “concorrente do homem”, abandonando a ideia do casamento, do matrimônio, para estudar, para trabalhar, desenvolvendo uma sexualidade desenfreada, participando da esfera pública, local considerado naturalmente masculino. Tudo isso porque as mulheres, com sua fisiologia débil e seu temperamento frágil, necessitavam da vigilância masculina para continuarem mentalmente saudáveis. A mulher emancipada não possuiria esse amparo masculino.

Clarice alega que as mulheres que agem de forma inadequada não interpretam corretamente a modernidade, pois abrem mão de sua feminilidade e não são consideradas inteligentes e elegantes. Fazem com que os homens percam o interesse por elas.

Muitas de vocês, leitoras, não de conhecer esse tipo feminino, infelizmente hoje não tão raro quanto seria de desejar: a mulher de gestos exagerados, palavras livres e atitudes deselegantes. Interpretando mal a independência da mulher moderna, ela fuma como um homem, em público, cruza as pernas com uma desenvoltura chocante, solta gargalhadas escandalosas, bebe com exagero, usa gíria de mau gosto, palavreado grosseiro quando não se desmoraliza repetindo palavrões.

A transformação causada pelos tempos, pela instrução, pela vida moderna, está mais na mentalidade, na cultura, nas idéias [sic], em si, que nas exteriorizações ridículas de um feminismo caolho. A mulher continua mulher, motivo de encantamento e inspiração para o homem, ideal de pureza e doçura para o filho, e deve proceder sempre como tal. Os homens adoram a mulher bem feminina. (Publicado em 19 de fevereiro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 30).

Além disso, havia as mulheres públicas, que se maquiavam de forma mais extravagante, utilizavam joias em excesso para demonstrar poder aquisitivo e, enfim, seduziam e inseriam gírias ao palavreado. Entretanto, para a higiene científica, que ganha ares de higiene de costumes e de tradição, a mulher, para casar, continuava sendo a mãe e esposa, discreta, feminina, mas também bonita e interessante.

Mas, para casar, agia diferente: procurava uma moça virgem, prendada, discreta, paciente, não muito ciumenta, capaz de ser boa mãe, boa dona de casa, boa esposa. Mas este ideal, ao menos em algumas camadas da sociedade, já estava se alterando: a beleza, o charme, “ter assunto”, “saber conversar”, passavam a contar cada vez mais. (MELLO & NOVAIS et. al., 1998, p. 612).

Não bastava saber cuidar da casa, ser economista e educar bem os filhos. Para as mulheres sem tantos atributos físicos, eram imprescindíveis a “[...] alegria, a delicadeza e a feminilidade nos gestos, nas atitudes, nas palavras, por exemplo [...]”, assim como “[:::] um pouco de vaidade, um pouco de coqueteria, um pouco de malícia risonha, um pouco de ternura, um pouco de abnegação”, mas apenas uma quantidade dosada, num limite estabelecido (LISPECTOR, 2006, p. 95) ou até mesmo “[...] senso de humor e dignidade e deve saber resguardar sua individualidade. A única qualidade que a mulher não precisa ter é... lógica” (Idem, p. 100). Mulheres demasiado

intelectualizadas contestam, são consideradas histéricas, querem trabalhar fora e ter autonomia, ou seja, devem ser evitadas.

A mulher, para casar, deveria evitar, de forma ávida, “a mania de estar sempre comendo alguma coisa”, já que resulta em “gordurinhas supérfluas”, podendo causar o desinteresse de seu galanteador, que passaria a dar atenção às outras pretendentes. Caberia a ela também abandonar “a mania de ser vítima que tem algumas mulheres. Queixam-se dos filhos, do marido, dos parentes, do ar que respiram”, porque o “[...] mau humor, o sentimento de frustração, a amargura marcam a fisionomia, apagam o brilho dos olhos, cavam sulcos na face mais jovem, enfeiam qualquer rosto” (LISPECTOR, 2006, p. 24).

Algo que ajuda muito nessa tarefa é ter “[...] a memória ruim, ela consiste em esquecer o que nos causou desgosto e lembrar só das horas boas. As pessoas infelizes, frequentemente, o são por sua própria culpa” (Idem, p. 60), porque “homens detestam a mulher sempre irritada” e “Uma coisa é certa: nós, mulheres, desejamos e temos o dever de agradar aos homens. Ou, pelo menos, ao homem que amamos, não é verdade?” (Idem, p. 17). Reclamar é expor a família, é contar os segredos íntimos, é abrir mão do amor e da abnegação delegados ao feminino, é não levar em consideração o dia agitado e cansativo de trabalho do marido, enchendo-o com sua pequenez e insignificância.

Melhor seria esquecer, reprimir, porque a felicidade não depende das pessoas que compõem o convívio, pois a felicidade se cria e se mantém por si só, ou seja, acusar alguém por não alcançar algo que é mérito seu é assumir papel de vítima. A função da mulher é tida como agradar o marido, aquele que a sustenta, que sustenta a família, e por isso merece devoção, amor, compreensão e cuidados.

Poderiam ainda as moças de aparência desagradável recorrer à “[...] cirurgia plástica [que] consegue corrigir a maior parte dos defeitos e os cosméticos apropriados são capazes de esconder cicatrizes no rosto e outras deformações [...]”, mesmo porque a “[...] maior parte dos problemas de personalidade desaparecem com a melhora da aparência geral” (Idem, p. 19). Dessa forma, reitera a autora, assim como Mello & Novais, sobre o ato de ocupar-se com sua aparência, sendo feliz para ser bonita e alcançar a finalidade primordial de agradar o cônjuge ou um futuro candidato ao cargo, o provedor, principalmente sem ofuscá-lo. E isso é dito, pontue-se, em um período em que a cirurgia plástica no Brasil era completamente desconhecida. Isso

evidencia que Clarice, enquanto sujeito histórico, compõe cenários de reflexão com elementos de sua experiência pessoal vivida em outros países.

Era muito importante tomar cuidado para não agir como uma prostituta, não ser confundida com uma, garantindo o respeito, e tentando garantir um futuro pretendente a marido. Além disso, a regra servia para que a beleza não enganasse o homem, que poderia se casar com a mulher artificial e descobri-la tão diferente do que seus olhos a percebiam. Essa mulher que enganava com artimanhas visuais era desonesta, assim como a prostituta, visto que ambas desejavam esconder suas falhas de caráter.

Os ossos sob a pele são um espetáculo grotesco, mas não é menos a *gordura transbordante*. Assim, devemos, de acordo com nosso tipo e idade, determinar o peso que mais nos convém e mantermo-nos nele.

Se quer um conselho, economize em outras coisas, mas se dê ao luxo de adquirir uma *balança* que lhe permitirá pesar-se todos os dias, sem roupas e à mesma hora (duas coisas importantes), e que atuará como uma espécie de “voz da consciência” para dizer-lhe exatamente a quantas você anda. (Publicado em 9 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 22. Grifos nossos).

Estava aí proposto um vigiar constante, mediante o uso de uma balança. A anormalidade é enunciada também na falta, que mais uma vez remete à pobreza, pois as magras o são porque muito trabalham; ou até na excessiva restrição alimentar. Não exceda nos gastos, mas vigie seus gastos para ser possível comprar uma balança. Ela irá dosar o veredicto. O limite alimentar, o limite de exercícios, o limite econômico. Sant’Anna elucida essa questão ao descrever a importância da gestão feminina em relação à economia doméstica:

Segundo as revistas, uma boa gestão econômica do orçamento doméstico passou a depender mais do que nunca da felicidade fundada no amor conjugal. E cabia à esposa manter-se atenta ao possível apagamento da chama amorosa. Também cabia a ela cozinhar e provar seus dotes culinários diariamente. Em suma, manter as chamas – na cozinha e na cama – era uma responsabilidade feminina. (SANT’ANNA, 2014, p. 103).

Analisando recortes de revistas que destinavam escritas para o público feminino, os enunciados sobre economia e a responsabilidade da mulher são encontrados de forma frequente. Equilíbrio econômico e equilíbrio alimentar faziam o limite do orçamento, o que incluía o preparo do alimento, sua escolha. Assim fazem mães e esposas, já que o papel dos homens é o de provedor. Cuidados com a

cozinha, assim como com a economia. A balança trata diretamente do cuidado com a aparência magra, porém curvilínea, vinculada ao desejo sexual masculino.

A *cintura* não poderia ser esquecida, ao se observar que ela *engrossava* prematuramente; os *cabelos seriam escovados* e rigorosamente lavados com xampu próprio; os *dentes* seriam logo *tratados* ao primeiro sinal de cárie. (Publicado em 10 de junho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 24, grifos nossos).

Nesse trecho citado, o enunciado é uma espécie de alerta: Pare com os maus hábitos antes que seja tarde! Pare com os excessos antes que sejam visíveis! A aliança entre os exercícios e a boa alimentação garantiriam o padrão corporal desejado para a mulher, contanto que o exercício fosse adequado.

Schpun escreve que, em São Paulo, a prática da ginástica – não era tida como competitiva ou agressiva, mas, sim, como um exercício individual que pode ser praticado em casa – não afetaria as obrigações domésticas, por isso era bem vista para a prática feminina:

Para as mulheres, mesmo que possam praticar outros esportes, a ginástica será sempre indicada. Ela apresenta vantagens significativas como o exercício individual, que não exige utilização de equipamentos especiais nem grandes espaços nem companhia e permite ainda às mulheres que se exercitem em casa, sem se afastar do lar, e que conciliem obrigações domésticas e forma física.

[...] a ginástica oferece a rara possibilidade de modelar o corpo e de marcar as formas segundo os cânones da beleza. [...] Se o tronco e os braços devem permanecer finos e frágeis, as pernas e os quadris podem ser reforçados. (SCHPUN, 1997, p. 41).

Como já escrito, tratava-se de manter as chamas na cama e na cozinha. E o melhor é que isso elas poderiam realizar sozinhas, sem sair de casa, mantidas no ambiente naturalizado como feminino. Então era recomendado que elas se exercitem o necessário para continuarem saudáveis e em forma, vale dizer, com o corpo magro, porém curvilíneo, mais uma vez. Eis as obrigações domésticas, mais uma vez.

A primeira condição para *manter a juventude* são os cuidados para a conservação da saúde. Visitas periódicas ao médico, quando houver distúrbios no organismo ou suspeita de doença. Cuidados com a *alimentação*. Comer pratos saudáveis, pouco condimentados, alimentar-se o máximo possível com verduras, legumes e frutas, não esquecendo a carne, o leite e os ovos. Não *abusar* de bebidas e praticar ginástica diariamente. (Publicado em 23 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 36, grifos nossos).

Você precisa saber do *preço* dos gêneros. E do gás e da eletricidade. E você mesma é quem deve determinar, em linhas gerais, o cardápio da semana: a família terá *refeições* bem equilibradas sob o ponto de vista de nutrição, e sem desperdícios. (Publicado em 1º de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 69).

Ginástica ou educação física, esse era um dos pressupostos do conhecimento, do controle e da exploração potencial do corpo, como nos alertou Lenharo (1986). Eugenia, higiene, beleza estética e política se encontram novamente.

Evidencia-se, aqui, a preocupação acerca da alimentação que influencia a juventude. Os jovens fazem com que os velhos não sejam imitados, mas imitem. A juventude aparece como sendo o elemento a ser desejado. De acordo com Schpun:

O discurso médico insiste sobre a importância dos hábitos regulares – através da prática de exercícios e da alimentação equilibrada – e dos cuidados com a pele (do rosto e do corpo), com os cabelos, unhas, olhos, dentes, pilosidade, tudo isso não somente para conservar a saúde, mas também para preservar a firmeza das formas e a frescura da tez, enfim, manter o corpo plenamente jovem. (SCHPUN, 1997, p. 82).

Schpun descreve a aliança entre os bons hábitos e o consumo da cosmetologia para se obter a juventude por mais tempo. Comer como manda o discurso higienista, exercitar-se também de acordo com esse discurso e evitar muita bebida, tudo isso era recomendado para manter a saúde, pois ser saudável era ser feliz e ser saudável era ser jovem.

A partir da ideia da época clássica descrita em *Vigiar e Punir*, Foucault demonstra que o corpo é enunciado “[...] como objeto e alvo de poder. [...] ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil” (FOUCAULT, 1997, p. 117).

O autor afirma que o corpo é inserido entre limitações, proibições e obrigações, em uma coerção infundável, constante, para a obtenção do controle do sujeito, de sua sujeição, ou seja, sua dominação. O sujeito adere às disciplinas impostas como regras coagidas e forçadas que qualificam e reprimem, onde os melhores são compensados, e os que não se adaptam sofrem a pena da exclusão, do desrespeito no meio social.

Aqui tratamos dessas regras impostas como o combate aos excessos. Os excessos, como tratados nas citações anteriormente apresentadas neste texto,

envolvem hábitos alimentares, higiene, artifícios de beleza, personalidade e economia familiar.

Assim, as regras do discurso construíram a mulher perfeita, a mulher que poderia ser descrita como magra, curvilínea, de beleza natural, delicada, discreta e econômica de acordo com os limites de seu provedor, o marido. Ser escolhida por um homem é muito importante, segundo Schpun, mas, para isso, era preciso ter beleza:

Nesse contexto, a feiúra é, efetivamente, um grande defeito para as mulheres. E o combate de cada uma pela beleza, para atrair para si os olhares masculinos, está vinculado à inserção social. O investimento feminino na apresentação física é o signo de um acordo tácito sobre as vantagens sociais trazidas pelo estatuto de esposa. (SCHPUN, 1997, p. 90).

Ser notada, para atrair interesse masculino e obter a vantagem de se tornar esposa, eis a carreira principal imposta às mulheres, de acordo com a autora. Tratava-se, de fato, da imposição de uma estética diferente do biótipo brasileiro, transformada em obrigação, como se fosse simplesmente uma escolha somada à força de vontade, de disciplina.

O combate ao excesso de comida para não ficar gorda e, conseqüentemente, feia (onde ser feia ou velha é ser infeliz e doente), assim como o combate ao excesso de maquiagem, joias, cores, é para não enganar os pretendentes e também para diferenciar a mulher honesta da desonesta. Sobre tal ainda afirma Schpun que:

Ligada à idéia [sic] de excesso de apetite, de falta de limites, a obesidade é vinculada ao enriquecimento ilícito, mas também à imoralidade, aos excessos de prazeres mundanos, à falta de moderação e à decadência das elites. (SCHPUN, 1997, p. 104).

A busca incansável pela manutenção da juventude é a marginalização da velhice, assim como a obesidade ridicularizada leva à busca (também incansável) pelo corpo esbelto. Consuma-se, assim, uma intensa tirania, que faz daquela que não está inserida no padrão uma incapaz, desleixada, sem vontade, pecadora, imoral. Gordura e velhice vão se tornando, a cada dia, características que devem ser abatidas. Assim, acresce Joana de Vilhena Novaes, que, “Para os desconfortos do envelhecimento, a reposição hormonal; para os sinais da passagem do tempo, as cirurgias e a cosmetologia” (NOVAES et al., 2011, p. 491).

Nesse ínterim, observa-se também a discrição, ao sorrir e não gargalhar, ao falar baixo e não chamar atenção. E, por último, a responsabilidade dos cuidados com

as finanças familiares nas compras para a casa. O lar é o ambiente feminino por lei. E a mulher é por ele é responsável. Existe um espelhamento do sujeito na formação discursiva transferida pela mídia impressa. Sobre isso, Onice Payer elucida que:

Pois se o sujeito se espelha na mídia visualizando outras imagens em si, que passa a perseguir como ideais, este reflexo não deixa de atingir o funcionamento simbólico mais geral.

[...] passam a ter uma existência no meio social porque apoiados em uma *formação discursiva* que os produz, que os sustenta e propaga. (PAYER, 2005, p. 21).

Sendo assim, é percebida uma cobrança midiática que se torna desejo do sujeito. Existe um ideal de “mulher perfeita”, sustentada e propagada pela formação discursiva introduzida pela mídia feminina aqui analisada. Todas essas obrigações adentram a intenção de obter o direito ao casamento. As mulheres ainda tinham como função vital ser esposa e mãe. Ou seja, precisam fazer de tudo para agradar o homem. E mantê-lo. De acordo com Novaes:

[...] os qualitativos estéticos têm uma função preponderante na felicidade amorosa, familiar e sexual. Não basta ser uma boa mãe, esposa dedicada e uma profissional competente: é preciso estar enxuta para que cada um desses papéis seja mais valorizado socialmente.

Esforços não devem ser poupados na obtenção do belo corpo. (NOVAES et al., 2011, p. 503).

Por mais que Novaes esteja escrevendo sobre a formação discursiva brasileira do século XXI, é notável que as obrigações relativas às mulheres não só não mudaram, mas ainda aumentaram. O discurso normativo enunciado por Clarice em suas colunas não findou.

A estética é supervalorizada e é ingrediente indispensável para a obtenção da felicidade amorosa, familiar e sexual, além das obrigações de mãe e esposa. Essas questões deveriam ser continuamente postas em prática, porque o direito ao casamento poderia ser perdido, caso o homem assim quisesse. As mulheres vivenciavam essa condição em uma posição subalternizada, já que dependiam dos homens financeiramente. Apesar disso, contudo, no imaginário do Pai, enquanto jogo social, mesmo que no espaço privado, o poder patriarcal se constrói em oposição ao papel patriarcal e público.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E, agora sei, tanto procurou me esmagar e humilhar-me, porque me invejava. Desejou acordar-me, porque desejava que eu também sofresse.

(Do conto *Obsessão* – Clarice Lispector)

Antes da realização da construção genealógica não parecia possível identificar as similaridades do discurso nas colunas de jornais de autoria de Clarice Lispector com os estereótipos de gênero. Ao entrar em contato com o discurso médico-higienista, a fonte começou a dar indícios de resposta para a hipótese, isso ocorrendo gradativamente, na medida em que se aclarava o padrão binário, que define papéis sociais e lugares para o sexo masculino e para o sexo feminino, e o conceito de família nuclear. Só então a real função do trabalho veio à luz: o conhecimento informa, desconstrói, e pode conscientizar, trazer futuros planos de ações que evitem a reprodução de um padrão desigual, responsável por muitas mazelas sociais.

Esta pesquisadora, algumas vezes, ao trabalhar em sala de aula as relações de gênero como ocorriam na Grécia Antiga, adentrando especialmente a sociedade ateniense, ocorria indignação das alunas acerca da submissão feminina no local. As mulheres-meninas não entendiam como alguém poderia aceitar e se submeter àquela realidade. Depois, no entanto, na medida em que se amplia a perspectiva, especialmente sob a análise do discurso, identificando matrizes discursivas, os grandes marcadores ou instâncias de discursos, então se vislumbram os saberes se definindo.

A construção genealógica do discurso patriarcal elucida heranças ainda tidas como verdades dentro das sociedades. Os papéis sociais binários para os gêneros devem ser entendidos, não como “naturais” e eternos, mas como construções discursivas que se utilizam das instituições a que podem ter acesso e se convencem de sua utilidade, para propagar lugares, moral e ações aos sujeitos.

Pensar em família nuclear é pensar em papéis de gênero, espaços sociais. É trazer o discurso médico higiênico aliado à eugenia e sua raiz na Antiguidade Clássica, à saúde. Esses conceitos trazidos pelo discurso patriarcal não definem apenas um padrão de normalidade, mas trazem o oposto, o anormal, porque o rompimento com o padrão trazia o perigo de desestabilizar o funcionamento discursivo.

Nesse diapasão, muitos dispositivos funcionaram para normalizar os papéis sociais, dentre eles os textos jornalísticos e literários. Segundo esses dispositivos, a mulher precisava manter-se submissa para que a sociedade funcionasse.

Nesse cenário funcional, o sexo foi relegado ao controle doméstico, sem prazer e com fim fecundo, ou seja, com fim de procriação. Nesse jogo de papéis sociais, homens e mulheres têm funções a desempenhar.

Clarice Lispector foi jornalista no Brasil em um período de censura, antes de seu casamento. Quando casada, tentou sair da sombra de seu marido mantendo-se como escritora no exterior, encontrando entraves para as suas publicações. Seu retorno ao Brasil é como mãe e mulher divorciada, onde, mais uma vez, ocupa o ambiente público, trabalhando em jornais e publicando as colunas aqui estudadas. O Brasil vivia um momento de maior abertura para o trabalho feminino, mas, ainda assim, Clarice ocupava um espaço raro para as mulheres.

Os pseudônimos da autora são como seus personagens literários, refletindo momentos e situações de sua vida. Cada qual construído para atender uma determinada finalidade. Seus pseudônimos aconselham as leitoras, reproduzindo muitas vezes o estereótipo heterossexual binário. Outras vezes instigam uma reflexão crítica, uma reflexão menos romantizada da realidade, avançando para uma tentativa inicial de igualdade – pelo menos no que tange ao ambiente privado e à responsabilidade com os filhos.

Através de seus conselhos, a autora sempre aborda temas referentes ao casamento, à felicidade conjugal, à harmonia do lar, à maternidade e à preocupação com a aparência.

A maior parte do discurso efetivado mantém o padrão feminino, de mulher que é mãe e esposa, e bem-sucedida quando bonita. Mesmo em momentos em que a autora parece transgredir esse discurso normativo e parece criticar esse ambiente feminino no privado, trazendo mulheres que leem, trabalham e se interessam por uma gama um pouco mais variada de assuntos e coisas, Clarice retorna ao arquétipo, valida o que a imprensa feminina do período massifica como papel social dos sexos.

É, entretanto, de grande valia sua tentativa de valorização, de dar voz ao feminino. As provocações da autora, assim como sugere a epígrafe, estimulam o senso crítico das leitoras para não absorverem simplesmente todos os conselhos e regras femininas que se puserem à frente delas, mas para se observarem, se

conhecerem, acordarem, ampliarem seus interesses, fazendo-as pensar sobre seu papel social e suas escolhas com consciência.

É pertinente citar que Foucault, quando, em *O que é um autor?*, comentava algumas críticas que recebeu à *As Palavras e as Coisas*: “[...] de um lado, disseram-me: você não descreve Buffon convenientemente, e o que você diz sobre Marx é ridiculamente insuficiente em relação ao pensamento de Marx. Essas objeções estavam evidentemente fundamentadas, mas não considero que elas fossem inteiramente pertinentes em relação ao que eu fazia; pois o problema para mim não era descrever Buffon ou Marx, nem reproduzir o que eles disseram ou quiseram dizer: eu buscava simplesmente encontrar as regras através das quais eles formaram um certo número de conceitos ou de contextos teóricos que se podem encontrar em seus textos”. Essa lembrança sintetiza o modo como utilizamos a fonte jornalística de Clarice para a pesquisa. Não pretendemos falar de Clarice; isso já está efusivamente demonstrado. Sequer foi pretensão fazer uma datação da produção da autora e os contextos da produção. O investimento aqui realizado foi o de deslumbrar conceitos, construções de dispositivos e coercitividades cujo intuito seja de construção de verdades. Verdades sobre gênero e/ou papéis sociais de homens e de mulheres.

Esse crivo perpassa a vida da pessoa, da autora Clarice e dos seus personagens pseudônimos. No conto “Obsessão”, a personagem principal é uma mulher que inicialmente não pensava sobre suas decisões e sobre o mundo, mas, após encontrar um homem que a fizesse refletir, teve inquietações e vontades posteriormente realizadas. Antes vivia no marasmo do cotidiano, do não refletir. Depois, tornou-se dona de si e de suas escolhas. A possível ignorância a fazia viver tranquila? Talvez. A reflexão pode elucidar uma realidade de submissão cruel e sofrida para as mulheres, mas é melhor que saibam.

Por fim, a análise de tais fontes como dispositivos de discursos nos permitiu sair do pormenor – a fonte jornalística – para o propósito do saber mais geral, mais global. Havia, no período em estudo, todo um investimento na construção da nacionalidade do Brasil – uma identidade nacional que, se construída sob o manto do mito das três raças, encontrou no eugenismo e no higienismo do século XIX uma ancora fértil para germinar o mito e redesenhar os papéis sociais de homens e de mulheres.

O Estado Nacional, pensado como um corpo burocrático, contrastava com o corpo individual, domesticado e conhecido pela normalização. Tal era o mito do pai;

um mito que servia a propósitos de edificação de uma sociedade planejada, sob controle e socialmente eficiente.

Os textos publicados por Clarice demonstram esse imaginário social da ordem, do progresso – uma sociedade cujo modelo era a família, fértil e laboriosa.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, M. **A circulação transatlântica dos impressos**: a globalização da cultura no século XIX. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/ensaio.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado**: ensaios de teoria da história. São Paulo: EDUSC, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Disponível em: <https://new.vk.com/doc259715455_314878368?hash=7ed08d30138922e147&dl=ce61f64b4afd45294f>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BASSANEZI, C. **Virando as páginas, eevendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945 – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo** – vol. 1 e vol. 2. 9. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BONFIM, E. & ALMEIDA, A. G. **Educação física escolar no século XXI**: do adestramento coletivo à educação pelo movimento. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd189/educacao-fisica-escolar-no-seculo-xxi.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BORBA, M. P. & HENNINGER, I. **Composições do corpo para consumos**: uma reflexão interdisciplinar sobre subjetividade. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3872>>. Acesso em: 26 jan.2016.

BORGES, V. R. História e literatura: algumas considerações. In: **Revista de Teoria da História**. Ano 1, nº 3, p. 94-109, 2010.

BORGES, M. L. Beleza e gênero. In: COLLING, A. M. & TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2015. p. 70-75.

BRASIL, Código Civil de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071impressao.htm>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRASIL, Código Penal de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRASIL, Constituição de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRITO, L. A. N. de. **O discurso da mulher esclarecida na produção de Clarice Lispector**: o caso *Feira de Utilidades*. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22082007-154608/pt-br.php>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940): Educação e História**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLLING, A. M. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2014.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DEL PRIORE, M. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2011.

_____. **História do amor no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ELIADE, M. **Imagens e símbolos**. Disponível em: <http://www.projetoex-votosdo-mexico.net/uploads/4/4/8/9/4489229/eliade,micea_imagens-e-simbolos.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FERRARI, M. **Globalização no século XIX**: Projeto revela uma intensa circulação de bens culturais, sobretudo impressos, entre França, Inglaterra, Portugal e Brasil. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/02/19/globalizacao-no-seculo-xix/>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 299.

_____. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **O que é um autor?** (Debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl). *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63º ano, nº 3, jul./set. 1969.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GONÇALVES, A. L. **História & gênero**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

GOULART, S. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HOUBRE, G. **A belle époque das romancistas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14960>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEVY, M. S. F. **A escolha do cônjuge**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/pop/v26n1/v26n1a09.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LISPECTOR, C. Correio feminino. In: NUNES, A. M. (Org.). **Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. Clarice na cabeceira: jornalismo. In: NUNES, A. M. (Org.). **Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

LORENZON, F. **Sentidos de patrimônio: da propriedade à apropriação**. Disponível em: <http://www.academia.edu/15452105/SENTIDOS_DE_PATRIM%C3%94NIO_DA_PROPRIEDADE_%C3%80_APROPRIA%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 4 jul. 2016.

MAIA, C. de J. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011.

MARCELLO, F. de A. **O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/25426/14752>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

MATOS, M. I. S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Volume 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MOSER, B. (Org.). **Clarice Lispector: todos os contos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MOSER, B. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NOVAES, J. de V. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: DEL PRIORE, M. & AMANTINO, M. (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

Os vários papéis dos pseudônimos na literatura. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2013/07/21/os-varios-papeis-dos-pseudonimos-na-literatura-90533.php>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

PAYER, O. **Linguagem e sociedade contemporânea**: Sujeito, mídia e mercado. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640774/8311>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 15, nº 29, 1995.

PINSKY, C. B. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PIZARRO, M. A. P. Higienismo. In: COLLING, A. M., & TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2015. p. 320-322.

PROST, A. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIÉS, P. & DUBY, G. **História da vida privada**: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PUGA, V. L. Trabalho feminino / profissões femininas. In: COLLING, A. M. & TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2015. p. 644-647.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO JÚNIOR, F. P. Um menino é o que é *d'elle* faz sua mãe: trabalho, ordem e progresso no Brasil republicano. In: MAIA, C. & PUGA, V. **História das mulheres e do gênero em Minas Gerais**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2015.

RISTOW, M. R. **Artes de prevenir**: educação e saúde pelas visitadoras sanitárias no Paraná (1920-1940). Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2011.

RODRIGUES, J. M. & MARQUES, E. C. de R. **O civilizar da mulher na história da educação**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/view/310/386>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ROSA, J. A. F. **Estudos da performance, ética e pedagogia**: desconstruindo a Lei do Pai. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9640/1/JulianaRosaSeg.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

ROSA, M. A. B. & FERREIRA, E. S. Gênero e mídia: as representações sociais do feminino na publicidade das revistas Nova e Playboy. In: ROGRIGUES, J. F. S. & VANNUCHI, M. L. (Org.). **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2014. p. 237-264 (Volume 27, número 1),

SABINO, F. **Cartas perto do coração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANT'ANNA, D. B. de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, M. R. dos. **Nelson de Oliveira passa a assinar como Luiz Brás**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/nelson-de-oliveira-passa-a-assinar-como-luiz-bras-2wyigfw130r0vbe28ghixaoge>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: SENAC, 1999.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo, 1992.

SOARES, I. **Memória Globo**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/ilka-soares/trajetoria.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SOIHET, R. História das mulheres. In: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

_____. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: DEL PRIORE, M. & AMANTINO, M. (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. p. 283-312.

SOARES, A. C. C. Feminilidade/feminino. In: COLLING, A. M. & TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2015. p. 242-244.

SOHN, A. O corpo sexuado. In: CORBIN, A. (Org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUSA, J. P. de. A cólera, a tuberculose e a varíola: as doenças e seus corpos. In: DEL PRIORE, M. & AMANTINO, M. (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. p. 223-249.